

KÁTIA ELAINE DE SOUZA BARRETO

**A FUNCIONALIDADE DE “*NO CASO DE (QUE)*” NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: UM CASO DE
GRAMATICALIZAÇÃO E
INOVAÇÃO LINGUÍSTICA**

**TRÊS LAGOAS - MS
2013**

KÁTIA ELAINE DE SOUZA BARRETO

A FUNCIONALIDADE DE “*NO CASO DE (QUE)*” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM CASO DE GRAMATICALIZAÇÃO E INOVAÇÃO LINGUÍSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza

**TRÊS LAGOAS – MS
AGOSTO/2013**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL
Presidente

Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL
Membro Titular

Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Membro Titular

Prof. Dr. Eduardo Penhavel de Souza
Universidade Estadual Paulista – UNESP/IBILCE
Membro Suplente

Ao Deus Emanuel. O Deus que “abre portas e que ninguém pode fechar, e que se fecha ninguém pode abrir” (Ap. 3:7). A Este Emanuel faço minhas as palavras de Jó: “Bem sei que tudo podes e nenhum dos teus propósitos pode ser impedido” (Jó 42:2). A Ele, não somente dedico este trabalho, mas O reverencio e declaro toda a honra, toda a glória e todo o louvor por esse estudo, “porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas (Rom. 11:36).

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus. Ao Deus 'Emanuel', em cuja presença estive, a Quem orei e clamei durante todo este tempo. Agradeço por ter sido Deus comigo, "Deus conosco" em cada leitura, em cada seminário, em cada viagem... Em todo o tempo... Trazendo-me ao coração a certeza de que o meu trabalho não era solitário, pelas palavras de Mateus: "E estarei convosco até a consumação dos séculos" (Mt: 20:28). Agradeço-te por não me deixar esquecer a verdade expressa nesta sentença: "Sem mim, nada podeis fazer" (Jo 15:5c). Obrigada pelo privilégio da Tua companhia também nesse tempo de estudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza, que sem dúvida, foi o grande mentor do meu projeto de pesquisa e o anfitrião que me conduziu ao Funcionalismo. Seu olhar firme e ao mesmo tempo tranquilo, sua sabedoria, ética, generosidade e os discretos "puxões de orelha" me transferiram confiança, segurança e um saudável peso de responsabilidade. Não tenho palavras para agradecer...

Ao meu esposo, Daniel Alves Barreto, homem cordato e de grande valor para mim, meu encorajador porque sempre me diz: "Vá"! "Eu endosso"! "Eu abençoo"! Obrigada, esposo de minh'alma, por endossar sempre os meus sonhos e projetos em detrimento dos seus... Obrigada por compreender minhas obstinações... Quero sempre estar ao seu lado.

Ao meu filho, Daniel Alves Barreto Filho, que também como meu marido, foi sacrificado no tempo que lhes poupei... Filho de minh'alma, ser sua mãe é ter o maior título que uma mulher, pequena como eu, pode ter recebido do Seu Deus, nesta vida. Eu o amo muito.

À grande mulher de minha vida: Minha mãe, Francisca Ferreira de Souza, minha referência de coragem e atitude; minha incentivadora e mentora na minha vida. Obrigada, mãezinha, por tudo que fez por mim...

Ao meu saudoso pai, Antônio Francisco de Souza (em memória), que se fosse vivo, estaria orgulhoso de mim. Sou grata a Deus pelos 12 anos que vivi com ele.

À minha irmã, Feliciano de Souza Montanha e sua família pelo carinho, amor e por fazer parte da minha vida e me ajudar sempre que preciso... Obrigada, minha irmã, por ter cuidado do Daniel enquanto cumpria créditos.

Ao meu padrinho-pai, Francisco Bezerra de Araújo, que sempre me incentivou a estudar, que acreditou em mim e me ajudou em tudo o que precisei...

Aos meus sobrinhos Camila e Mateus, que são também a razão da minha vida. Eu amo vocês...

Ao meu querido sogro, Pedro Alves Barreto (em memória), que sempre me apoiou em tudo e além de pai para mim, foi um grande amigo, e que infelizmente, faleceu nesse meu período de estudo.

À mulher mais forte que já conheci nesta vida, Maria Moura Barreto, minha amada sogra, que sempre me recebeu com um sorriso nos lábios. Obrigada, D. Maria, por ser uma inspiração na minha vida e por seu senso de humor tão apurado que nos faz rir nas situações mais adversas.

Aos meus cunhados, cunhadas e todos os sobrinhos. Amo vocês.

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pela concessão da bolsa.

Ao Sr. Emerval, Supervisor de Ensino e membro da Comissão do Programa Bolsa/Mestrado, o meu muito obrigado por se empenhar em defender meus interesses, por me orientar sempre com dedicação e seriedade. Não poderia ter melhor representante. Guardo, com carinho, seus conselhos e seu exemplo de ética, moral e vida cristã.

À professora e escritora, também colega de trabalho, Kátia Pelegrino pelo apoio, amizade e a ajuda com o inglês.

Às professoras Silvana Gazim e Nely, pela ajuda com traduções.

À Prof. Dr^a. Kelcilene, Coordenadora do Programa Mestrado em Letras, sempre gentil e pronta a atender.

À Secretaria do Mestrado, especialmente o Claudionor e Camila que foram muito atenciosos sempre.

À Prof. Dr^a. Taísa Peres de Oliveira, pelas valiosas contribuições tanto no cumprimento dos meus créditos quanto na banca de qualificação. Obrigada por tudo, professora. Vou levar para sempre comigo o respeito às visões de linhas de pesquisa que são diferentes da minha, porque você e o Edson me ensinaram isto. Valeu!

À Prof. Dr^a. Vanessa Burgo, especial carinho, pelo incentivo em publicações, pelo respeito à minha linha de pesquisa e também ao meu jeito tímido de escrever um texto científico.

A Todos os professores do Mestrado: Edson, Taísa, Vanessa, Claudete Cameshi, Eduardo Penhavel, Vânia Guerra e também à Prof. D^a. Flávia Hirata, que esteve em meu seminário de pesquisa e pode contribuir com minhas pesquisas.

Aos colegas de mestrado: Laís, Janda, Margarida, Wellington, Thiago, Bruno, Maria Francisca, Fabíola, André, pelas trocas partilhadas tanto de alegrias quanto de preocupações. Amei conhecer vocês.

À Banca Examinadora. Obrigada pelas contribuições.

Aos meus grandes amigos: Alzira, Gervázio, Dani, Fábio, Tati e Carlos e às crianças: Samuel, Vitória, Ana Júlia, Sophia e Benjamim, que gentilmente cuidaram do meu filho para mim, enquanto eu viajava para estudar ou a trabalho. Obrigada pela amizade sincera e por tornar real, na minha vida, as palavras de Provérbios: “O amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade” (Pv. 17:17).

À Patrícia, que comigo esteve em cada viagem, em cada aula, em cada congresso, partilhando das mesmas vitórias, das mesmas alegrias, sendo respaldadas por uma palavra do Senhor, que diz: “É melhor ter companhia do que estar sozinho, porque

maior é a recompensa do trabalho de duas pessoas” (Ec. 4:9). Parceira nos gritos de alegria, parceira nos sussurros do enfado.

Ao amigo Márcio Batista, que viajou conosco a Congressos e nos fez rir muito. Valeu, Márcio! Se precisar, conte comigo!

Ao meu amigo e colega de trabalho Prof. Ms. Fernando Lopes pelos sábios conselhos, pelas dicas, enfim por sua amizade. Valeu!

Ao amigo e irmão em Cristo Fábio Rosas, pela ajuda com as normas da ABNT, por estar sempre por perto quando preciso... Valeu, Fábio!

Não poderia me esquecer do pastor Claudeir e de sua esposa, Andreia, os quais conheci nesse período de estresse e correria, mas que tive o privilégio de me tornar uma amiga. Obrigada por estarem por perto quando precisei.

Aos pastores Jetro e Léia, pelo incentivo e orações.

À escola em que trabalho, por quem trabalho e para quem trabalho, que nas palavras de Paulo Freire, “é o lugar onde se faz amigos... é, sobretudo, gente...” À Escola Estadual Prof. Idene Rodrigues dos Santos, onde trabalho há 13 anos, aos amigos que nela fiz.

Ao professor e querido amigo, Antônio Carlos Pereira, por ter torcido por mim, desde o tempo em que era meu coordenador pedagógico e continua se alegrando com minhas conquistas mesmo estando aposentado e um pouco distante. Obrigada, Toninho, por sua amizade.

A todos esses meus amigos e amada família, que, direta ou indiretamente, me acompanharam no meu sonhado mestrado, obrigada. Muito obrigada! Os léxicos não bastam, nem quaisquer palavras gramaticais são suficientes para que eu expresse o quão grata eu sou a todos. As reticências, em algumas partes do texto, evidenciam mais que lacunas ou suspensão de pensamentos; funcionalmente estão presentes neste discurso

por falta de enunciados que traduzam a minha gratidão, primeiramente a Deus, e a todos vocês, com carinho especial ao meu orientador, por ter acreditado em mim, pela paciência, humanitarismo e ricas contribuições. Obrigada mais uma vez!

“E, se alguém cuida saber alguma coisa, ainda não sabe como convém saber.” (1 Coríntios 8:2).

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Figuras

Figura 1- Modelo de interação verbal

Pág.

22

Quadros

Quadro 1 – Paradigma formal e informal

28

Quadro 2 – Ocorrência da unidirecionalidade

33

Quadro 3 – Metáfora e metonímia

34

Quadro 4 – Prótase e apódose

56

Quadro 5 – Conjunções condicionais

72

Quadro 6 – Conjunções condicionais do português

72

Quadro 7- Parataxe, hipotaxe e subordinação

74

Tabelas

Tabela 1 – Unidade composicional da oração principal

79

Tabela 2 – Unidade composicional da oração subordinada

81

Tabela 3 – Correferência entre sujeitos

84

Tabela 4 – Modo verbal na oração subordinada

86

Tabela 5 – Tempo verbal da oração principal

87

Tabela 6 – Tipo de operador

90

Tabela 7 – Forma de manifestação do sujeito

92

Tabela 8 – Posição da oração subordinada

94

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é descrever o comportamento funcional de “no caso de (que)” no português brasileiro, sob a perspectiva teórica da Gramática Funcional (GIVÓN, 1979; DIK, 1989) e da Gramaticalização (GR - HOPPER & TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 1995), levando em consideração as motivações responsáveis pelas diferentes funções que a expressão assume em determinados contextos de uso. Como *corpus*, utilizamos recortes do *corpus* do português (<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>) no qual pudemos observar, num viés sincrônico, os vários usos de “no caso de (que)”. Entre os resultados, verificamos que os vários usos da locução “no caso de (que)” mostram aumento de gramaticalidade da expressão e mudança de categoria lexical, passando de “nome” a “conjunção” (de valor condicional), o que confirmou a nossa hipótese de que o articulador em questão (“no caso de (que)”) constitui um caso de GR. As mudanças semânticas da expressão atestam o *continuum* (de *concreto* > *abstrato*). Entre os resultados gerais, verificamos que: (i) as orações condicionais inseridas pela locução conjuncional “no caso de (que)” tendem a designar uma entidade de terceira ordem (proposição), ao passo que a oração principal tende a designar uma entidade segunda ordem (evento); (ii) as orações condicionais introduzidas pela locução conjuncional “no caso de (que)” tendem a ocorrer na forma não-finita (com o verbo no infinitivo); (iii) a forma de manifestação mais recorrente dos sujeitos da oração hipotática (condicional) é o sintagma nominal, seguida da forma pronominal; (iv) os sujeitos da oração condicional e da oração principal não são correferenciais (os sujeitos das duas orações são distintos em termos referenciais), fato que aponta para um grau menor de integração sintática entre as duas orações; por fim, (v) as orações condicionais introduzidas pela locução conjuncional “no caso de (que)” podem ocorrer no português brasileiro tanto na posição inicial (em 47% dos dados analisados) quanto na posição final (em 53% dos dados), evidenciando, assim, uma ordenação mais flexível da oração condicional em relação à oração núcleo.

Palavras-chave: Gramaticalização, Locução conjuncional, Condicionalidade.

ABSTRACT

The aim of this research is to describe the functional behavior of "no caso de (que)" (in case (that)) in Brazilian Portuguese, from the theoretical perspective of Functional Grammar (GIVÓN, 1979; DIK, 1989) and Grammaticalization (GR - HOPPER & TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 1995), taking into account the functional motivations which are responsible for the different roles that the expression "no caso de (que)" takes in certain contexts of use. As research material, we used the Corpus Portuguese (<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>), in which we observed, in a synchronic way, the various uses of the expression "no caso de (que)". Among the results, we found that the various uses of "no caso de (que)" that show the increased of its grammaticality, passing from lexical to grammatical (name > conjunction), which confirmed our hypothesis that the connective "no caso de (que)" is a case of GR. The semantic changes of expression attest the *continuum* (concrete > abstract). Among the general results, we found that: (i) the conditional clauses inserted by conjunctive element "no caso de (que)" tend to designate an entity of third order (proposition), while the main clause tends to designate a second entity order (event), (ii) the conditional clauses introduced by conjunctive element "no caso de (que)" tend to occur in a non-finite (verbal infinitive), (iii) the most frequent manifestation form of the subject of the conditional clause is the noun phrase (first) and the pronoun, (iv) the subject of the conditional and the main clauses are not the same, which points to a lesser degree of syntactic integration between the clauses; (v) the conditional clauses introduced by conjunctive element "no caso de (que)" in Brazilian Portuguese can occur both in the initial position (47% of the data) and in the final position (53% of the data), indicating, thus, a more flexible ordering of conditional clause in relation to the main clause.

Keywords: Grammaticalization, Conjunctive locution, Conditionality.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
0. INTRODUÇÃO	15
1. FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO	19
1.1. Introdução	19
1.2. Princípios teóricos do funcionalismo	20
1.2.1. O funcionalismo de Simon Dik	21
1.2.2. O funcionalismo de Givón	24
1.3. A gramaticalização na perspectiva funcionalista	25
1.4. Os princípios de gramaticalização	32
1.5. Gramaticalização e a formação de locuções conjuncionais	34
1.6. Considerações parciais	35
2. OS USOS DE ‘NO CASO DE (QUE)’ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E O SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO	36
2.1. Introdução	36
2.2. O processo de formação de “no caso de (que)” no português brasileiro	38
2.2.1. Os usos de ‘caso’ como forma nominal	38
2.2.2. Os usos de ‘no caso de’ como locução prepositiva	41
2.2.3. Os usos de ‘no caso de’ como locução adverbial conectiva	42
2.2.4. Os usos de ‘no caso de que’ como locução conjuncional	45
2.2.5. Os usos de ‘no caso de (que)’ como introdutor de tópico	47
2.3. Ambiguidade nos usos de ‘no caso de’	49
2.4. Considerações parciais	50
3. AS LOCUÇÕES CONJUNCIONAIS NO PORTUGUÊS	52
3.1. Introdução	52
3.2. As locuções conjuncionais no português	53
3.2.1. As locuções conjuncionais de base nominal	57
3.2.2. As locuções conjuncionais de base verbal	60
3.2.3. As locuções conjuncionais de base adverbial	61
3.2.4. As locuções conjuncionais de base prepositiva	64
3.3. As locuções como um processo de inovação linguística	66
3.4. Considerações parciais	68
4. CONJUNÇÕES CONDICIONAIS E ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES	69

4.1. Introdução	69
4.2. As conjunções condicionais	69
4.3. Articulação de orações	72
4.4. Considerações parciais	76
5. O COMPORTAMENTO FUNCIONAL DE “NO CASO DE (QUE)” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	77
5.1. Introdução	77
5.2. Procedimentos metodológicos	77
5.3. Análise e interpretação dos dados	78
5.3.1. Tipo de entidade designada pela oração principal	78
5.3.2. Tipo de entidade designada pela oração subordinada	81
5.3.3. Correferência entre os sujeitos das orações envolvidas	83
5.3.4. Factualidade	85
5.3.5. Modo verbal da oração subordinada	86
5.3.6. Tempo verbal da oração principal	87
5.3.7. Tempo verbal da oração subordinada	88
5.3.8. Tipo de operador	90
5.3.9. Forma de manifestação do sujeito da oração subordinada	92
5.3.10. Forma verbal da oração subordinada	93
5.3.11. Posição da oração subordinada em relação à oração principal	94
5.3.12. Tipo de gênero discursivo	95
5.3.13. Existência de material interveniente entre as orações envolvidas	96
5.4. Aplicação dos critérios de Kortmann para a definição de conjunções	97
5.5. Considerações parciais	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar a funcionalidade da construção “no caso de (que)”, formada por *prep+det+N+prep+(que)*, com base nos preceitos teóricos da Gramaticalização (TRAUGOTT, 1982, 1995; HOPPER e TRAUGOTT, 1993; HEINE *et alii*, 1991) e do Funcionalismo (GIVÓN, 1979; DIK, 1997), como em:

- (a) Com a decisão, o PMDB assegura o governo de Santa Catarina. **No caso de o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado, o vice assumirá o cargo.** O presidente não proclamou o resultado, porque ainda vai consultar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o quórum válido, mas a vitória de Hülse dificilmente será revertida. # ao contrário do governador Paulo Afonso Vieira, que na segunda-feira só obteve os 11 votos da bancada do PMDB, Hülse contou com a ajuda do PFL e do PDT. (19N:Br:Recf)
- (b) À S. Ex.^a o Sr. Conde Granville, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Calcutá, 13 de agosto de 1883. Senhor Conde Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado Secretário de Estado das Colônias dou conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença a V. Ex.^a para resumi-los aqui, no caso de que o governo de Sua Majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado, ou vai sê-lo. Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Ex.^a que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé. (18:Machado:Balas)

Como se pode observar, nas ocorrências (a) e (b), a expressão “no caso de (que)” é usada como elemento conectivo para estabelecer a relação de condição entre duas orações, diferenciando-se apenas no que diz respeito ao modo temporal da oração subordinada. Assim, por estar associada a aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, é que justificamos a escolha dos pressupostos teóricos do Funcionalismo e da Gramaticalização (GR) como suporte teórico do trabalho.

O funcionalismo tem como principal objetivo verificar a maneira como uma língua é usada pelos falantes para fins de comunicação e interação social. Além do interesse especial pelas funções que a língua exerce, o paradigma funcionalista se atém ao fato de que a língua é dinâmica e passível de mudanças. Da necessidade de mudanças podem surgir, então, processos de GR. É nesse contexto que investigamos o uso da expressão “no caso de (que)”, entendendo que há, nos diferentes contextos em que a construção é usada, ganho de gramaticalidade e marcas evidentes de polissemia, o que nos faz considerar a possibilidade de um processo de GR em curso. Nesse estudo,

tomamos por base as considerações sobre o fenômeno da GR feitas por Traugott (1982, 2003), Hopper e Traugott (1993), Heine *et alii* (1991) e Bybee (2003) que concordam que a gramaticalização constitui um processo linguístico no qual itens lexicais ou construções passam a exercer funções gramaticais (ou itens gramaticais passam a exercer funções mais gramaticais ainda) de maneira gradual e em sentido unidirecional.

Neste trabalho, apresentamos uma descrição dos usos de “no caso de (que)” no português brasileiro, argumentando que, no português, há quatro diferentes usos para a expressão em questão: (i) *no caso de* (locução prepositiva), (ii) *no caso de* (locução adverbial conectiva), (iii) *no caso de que* (locução conjuncional de valor condicional) e (iv) *no caso de* (introdutor de tópico). A classificação está relacionada à observação de seu comportamento funcional no enunciado e leva em consideração questões como estatuto linguístico, tipo de função e codificação morfossintática. Por fim, buscamos também apresentar explicações para a formação da construção “no caso de (que)” e sua multifuncionalidade, partindo de amostras do português brasileiro contemporâneo (textos falados e escritos). À luz de uma teoria pragmático-discursiva, consideramos, pois, neste estudo, os processos cognitivos metafóricos e metonímicos atrelados à composição da construção “no caso de (que)”, incluindo os contextos de ambiguidade.

Objetivos do estudo

O objetivo geral da pesquisa é descrever, a partir de uma perspectiva funcionalista da linguagem, a funcionalidade da construção “no caso de (que)” no português brasileiro, bem como o seu processo de formação, com base em materiais escritos do português publicados no *Corpus* do Português (DAVIS e FERREIRA, 2006), tendo em vista as suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmático-textuais.

Considerando que o item ou a construção que se encontra em GR pode se transferir de um domínio mais concreto (lexical) para um domínio mais abstrato (gramatical), a pesquisa que aqui se propõe tem os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar os contextos linguísticos que propiciam a leitura da expressão “no caso de (que)” como locução conectiva/ conjuncional no português brasileiro;
- b) explicar o processo de Gramaticalização atrelado à formação da locução conectiva/conjuncional “no caso de (que)” no português escrito brasileiro;

- c) verificar as motivações funcionais para o uso da perífrase conjuncional “no caso de (que)” em contextos em que outras conjunções condicionais, tais como “se”, também poderiam ser usadas pelos falantes;
- d) descrever os vários usos da expressão “(no) caso (de) (que)”, bem como os casos de polissemia, nos dados do português brasileiro;
- e) analisar especificamente os usos de “no caso de (que)” como locução conectiva/ conjuncional, e sua estruturação interna, a partir das seguintes observações: a correferencialidade dos sujeitos das duas orações; a correlação tempo-modo verbal das orações principal e subordinada; e a posição da oração subordinada introduzida pela perífrase conjuncional condicional “no caso de (que)” no português brasileiro.

Sendo assim, o intuito é descrever o comportamento sintático, semântico e pragmático da expressão “no caso de (que)” no português brasileiro e levantar os contextos linguísticos que propiciam o desenvolvimento dessa locução.

Para a teoria funcionalista, a GR tende a ocorrer nos casos em que uma palavra ou uma construção se tornam mais regulares ou frequentes na língua (BYBEE, 2003). A esse respeito, Meillet (1912), Heine *et alii* (1991) e Heine (2003) acreditam que são as necessidades comunicativas do falante que desencadeiam o processo de GR. Hopper & Traugott (1993) e Bybee (2003) consideram a existência de um *continuum* que parte de um significado lexical (mais concreto) para gramatical (mais abstrato), negando, dessa forma, uma separação estrita ou discreta entre as classes de palavras.

Ao adotar uma abordagem funcionalista da linguagem, pretendemos, assim, mostrar que as pressões comunicativas podem afetar o funcionamento da gramática, como por exemplo, a classe dos nomes e das conjunções, contribuindo, pois, para a compreensão do comportamento funcional desses elementos e demais expressões similares, que numa interação verbal passam a desenvolver novas funções gramaticais.

Hipóteses de trabalho

A nossa hipótese de trabalho é a de que a locução percorre o seguinte trajeto de Gramaticalização: *caso* (nome, com sentido de fato) > *no caso de* (locução prepositiva, com a função de exemplificador) > *no caso de* (locução adverbial conectiva) > *no caso de que* (locução conjuncional de valor condicional).

Meillet (1912), e Heine et *alii* (1991) acreditam que são as necessidades comunicativas do falante que desencadeiam os processos de Gramaticalização nas línguas. Essas necessidades, segundo os autores, explicariam a busca constante de formas linguísticas mais adequadas para expressar ideias mais abstratas da língua.

Nesse contexto, descrever o comportamento funcional da construção “no caso de (que)”, pressupõe também a consideração de vários elementos contextuais/pragmáticos (inferência, metonímia, metáfora, polissemia, etc.) que são extremamente importantes para a devida descrição dessa locução.

Corpus de análise e metodologia

O universo de investigação da pesquisa, que é de natureza qualitativa e quantitativa, é composto por textos escritos do Português brasileiro que integram o *Corpus* do Português: <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>. O banco de dados permite pesquisar fácil e rapidamente mais de 45 milhões de palavras de quase 57 mil textos em português do século XIV ao século XX. O *corpus* também propicia a comparação da frequência e distribuição de palavras, frases e construções gramaticais a partir da observação dos gêneros textuais oral, fictício, jornalístico e acadêmico.

Todas as ocorrências coletadas são submetidas a um conjunto de parâmetros de análise, que abordam questões morfossintáticas, semânticas e pragmáticas.

Organização geral da dissertação

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. No capítulo 1, descrevemos os princípios teóricos do Funcionalismo e da Gramaticalização, bem como os mecanismos e os critérios de Gramaticalização que motivam a ocorrência de mudanças.

No capítulo 2, discutimos a formação e o processo de constituição das locuções conjuncionais no português. O capítulo 3 traz uma breve explanação sobre conjunções e orações condicionais. Já no capítulo 4, tratamos dos usos e do processo de formação da locução “no caso de (que)” no português brasileiro e as questões semânticas e pragmáticas relacionadas ao uso dessa construção.

No capítulo 5, por sua vez, apresentamos a análise do comportamento funcional da locução “no caso de (que)” no português brasileiro. Por fim, trazemos as considerações finais que encerram o trabalho.

CAPÍTULO 1

FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO

1.1. Introdução

Na abordagem funcionalista, a língua é usada de maneira a satisfazer as necessidades comunicativas do seu usuário, já que a função principal da mesma, em termos funcionalistas, é servir como instrumento de comunicação, de interação social entre seus usuários. Dessa forma, pode-se dizer que a característica básica do funcionalismo é explicar de que modo a língua é usada no processo interacional/ de comunicação. Sob o enfoque funcionalista, consideramos que não se pode analisar uma construção ou determinar a classificação morfossintática de uma palavra fora de seu contexto de uso, pois a análise/interpretação dos dados pode ser comprometida. Por isso, concordamos que apenas a análise de questões gramaticais (formais) não dão conta de explicar determinadas expressões linguísticas, devido à influência de fatores externos à língua, fato este que favorece a ocorrência de processos de GR.

Para Neves (2006, p.21), a GR é um processo que tem encontrado abrigo privilegiado no funcionalismo, porque, segundo a autora, se explica por necessidades pragmáticas. Para Neves, “pode-se dar a um item primitivamente lexical um uso gramatical em um novo contexto, e nesse momento ele se gramaticaliza”.

As primeiras considerações sobre GR remetem a Meillet (1912), que explicou o fenômeno como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma no sistema da língua. Sendo assim, Traugott (1993) acrescenta que itens, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Neste trabalho, concebemos a GR como um processo de mudança linguística de caráter unidirecional (que pode partir do léxico para a gramática, ou de algo já gramatical para algo ainda mais gramatical), em que itens linguísticos ou construções (TRAUGOTT, 2003) passam a exercer funções gramaticais no decorrer do tempo.

Em vista do exposto, pode-se dizer que a GR tende a ocorrer por conta de necessidades comunicativas ou por razões cognitivas, o que, de certa forma, explicaria o surgimento de novas formas ou construções linguísticas na língua. Sobre essa questão, Heine et *alii* (1991) e Meillet (1912) assinalam que tais formas ou construções podem se desenvolver a partir de estruturas linguísticas já existentes na língua (estruturas

velhas/gastas funcionalmente), como é o caso da forma portuguesa de pretérito mais-que-perfeito composto (*tinha falado*), ao lado da forma simples *falara*.¹

O que de mais geral se pode dizer sobre a GR é que o processo, dinâmico e histórico na sua essência – embora a interpretação possa ser sincrônica – é unidirecional, com uma unidade menos gramatical na ponta de partida e uma unidade mais gramatical na ponta de chegada, implicando, portanto, necessariamente, codificação nova, e envolvendo, necessariamente a morfologia (NEVES, 1997, p. 129).

Nesse íterim, analisamos o papel da perífrase conjuncional “no caso de (que)” na organização *textual* (coesão), e nos componentes *proposicional* e *expressivo*², segundo Traugott (1982). Analisamos ainda os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos atrelados ao funcionamento desse item, e também as motivações funcionais que promovem o uso dessa forma conjuncional no português.

1.2. Princípios teóricos do funcionalismo

Para Neves (1997), caracterizar o funcionalismo é uma tarefa difícil, visto que, dentro do que vem se denominando “funcionalismo”, há modelos diferentes. Apesar das várias vertentes, há que se concordar, porém, que elas apontam para o fundamento de que uma análise linguística tem de levar em conta a interação social. Desta forma, na proposta do funcionalismo, deve-se estudar as estruturas linguísticas considerando sua função dentro do contexto de uso, sendo que os aspectos sintático-semântico-pragmáticos de uma dada estrutura não devem ser analisados separadamente.

Uma abordagem funcionalista de uma língua tem seu interesse voltado à observação do modo como os falantes se comunicam com eficiência, considerando, afinal que a língua é um instrumento de interação social e que por isso, deve-se fazer análise das expressões linguísticas em circunstâncias reais de interação verbal.

Neves (1997, p. 2), ao falar de uma caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista, afirma que:

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Em princípio se poderia dizer, pois, que o que o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame é a competência comunicativa.

¹ Exemplificado por Neves (1997, p. 130)

² O modelo de Traugott (1982) será retomado e explicado nos capítulos seguintes.

Na visão funcionalista, a língua só existe com o propósito da interação social e a linguagem se constrói pela necessidade que o homem tem de interagir com esse contexto. Primeiramente a língua existe em função do uso e ainda que seja um sistema de estruturas, deve ser explicada funcionalmente. Em outras palavras, no funcionalismo, a ênfase está na interação verbal, em se fazer uso apropriado da linguagem dentro de uma interação social, na qual a comunicação se realiza efetivamente, a partir da troca de papéis entre falante e ouvinte, na intenção de atingir os seus propósitos.

Vemos que a língua apresenta muitas variações. A língua varia com o tempo, varia de acordo com o espaço em que é falada. Temos ainda outros tipos de variações: socioeconômica, de nível de instrução, urbanas, rurais, enfim; que exercem pressões no uso, no que se refere à organização gramatical, por isso o funcionalismo reconhece que a competência comunicativa está relacionada à proposta de que o indivíduo faça uso social apropriado da linguagem e interprete as expressões de maneira satisfatória.

De acordo com Neves (1997), o conceito de funcionalismo em linguística está ligado à Escola Linguística de Praga. Além dos linguistas de Praga, a visão funcionalista é também representada por Dik (1989, 1997), Givón (1979), entre outros. Dentre as várias vertentes funcionalistas, iniciamos, neste trabalho, pelo pensamento de Dik e a visão funcionalista de Givón na sequência.

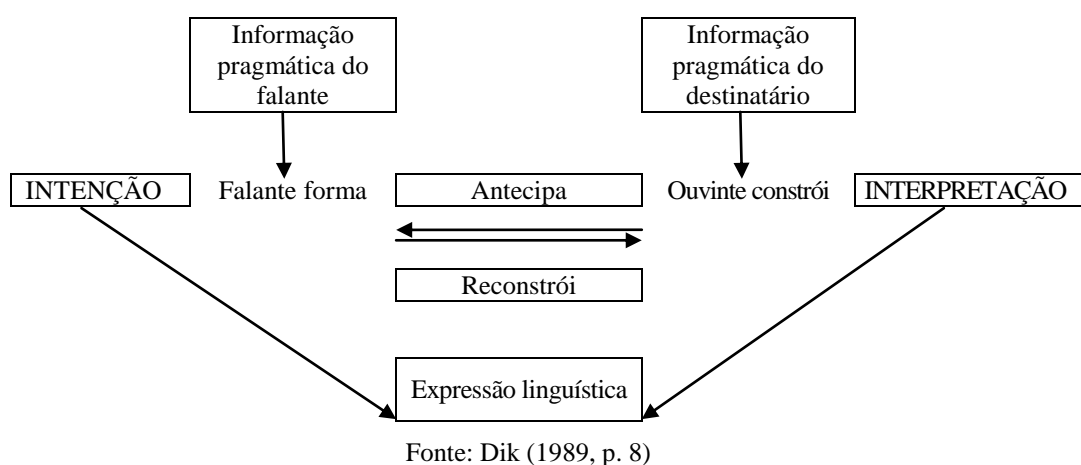
1.2.1. O funcionalismo de Simon Dik

Na concepção de Dik (1989), a gramática tem de estar associada à teoria pragmática numa interação verbal, considerando que o falante tem expectativas quanto à interpretação que o ouvinte faz da sua informação. Nessa capacidade linguística em que o emissor produz e interpreta as expressões linguísticas, atuam as capacidades epistêmica, lógica, perceptual e social. Nessas diferentes capacidades linguísticas ocorre uma integração em que o usuário se vê capaz de construir, explorar conhecimento, produzir e interpretar expressões linguísticas, atingindo seus objetivos particulares de comunicação, numa dada situação comunicativa. Para Dik, a análise linguística deve relacionar dois sistemas de regras: regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e regras pragmáticas. O sistema da língua e seu uso são passíveis de distinção, mas não se deve estudar o sistema independentemente do uso, ou vice-versa.

Assim, a análise das ocorrências da língua deve considerar a situação comunicativa, ou seja, a relação falante/ouvinte e a contextualização temporal e local da enunciação.

Na definição do autor, a interação verbal é uma atividade cooperativa e estruturada. Cooperativa porque são necessários pelo menos dois participantes e estruturada pelo fato de ser governada por regras, normas e convenções. A respeito de sua concepção de interação verbal, Dik propõe um modelo que explica a sua proposta, e que está exemplificada na figura a seguir:

Figura 1: Modelo de interação verbal



Nessa descrição de interação verbal, a informação pragmática é vista como um conjunto de valores, suposições, opiniões que o interlocutor dispõe no momento da interação e que é importante para o processo de comunicação. Segundo Dik (1989, p. 9), a informação pragmática é formada por três componentes fundamentais:

- (i) *informação geral*: informação de longo prazo relacionada às características naturais e culturais do mundo real, bem como de um mundo imaginário;
- (ii) *informação situacional*: informação derivada das experiências e percepções dos indivíduos na situação em que ocorre a interação;
- (iii) *informação contextual*: informação derivada das expressões linguísticas que são intercambiadas antes ou depois de qualquer momento dado na interação verbal.

De um modo geral, falante e ouvinte participam de uma situação de comunicação, na qual a informação pragmática está disponível ora para o falante, ora para o ouvinte, de forma intercambiável. É preciso destacar que, de acordo com o modelo de interação verbal de Dik, essa relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida pela expressão linguística, e na

existência dessa mediação, o falante deve ter uma intenção comunicativa, a fim de modificar de algum modo a informação pragmática de seu ouvinte.

Conforme Dik (1981, 1989), uma gramática funcional deve conformar-se a três princípios de adequação, quais sejam:

- a) **Adequação tipológica:** capaz de explicar a gramática de qualquer língua natural, e ao mesmo tempo suas diferenças e semelhanças.
- b) **Adequação pragmática:** capaz de explicar as propriedades e as funções interativas das expressões linguísticas entre ouvintes e falantes.
- c) **Adequação psicológica:** capaz de relacionar-se de forma íntima com os modelos que explicam os processos de produção e interpretação.

De acordo com Dik (1989), a interação social por meio da linguagem, depende de três fatores: (i) da intenção do falante; (ii) da sua capacidade pragmática; (iii) da antecipação que ele faz da intenção do destinatário, como apresentado na figura 1.

Neves (1997) afirma que uma gramática funcional que queira ter adequação pragmática e psicológica deve refletir uma dicotomia entre produção e compreensão, sendo que os modelos de produção definem como os falantes constroem as expressões linguísticas e os modelos de compreensão definem como os ouvintes interpretam as expressões linguísticas (usadas como mediadoras do processo de comunicação).

Para Dik (1978), uma teoria da gramática não deve limitar-se a expor as regras da língua como um fim em si mesma, mas deve explicar essas regras em relação aos usos e aos propósitos desses usos.

Com relação à interação verbal, em se tratando não somente da teoria de Dik, mas de qualquer teoria funcionalista, deve-se fazer, aqui, menção da noção de “*conhecimento mútuo*”, que para o autor, se refere à teoria que falante e ouvinte têm a respeito da informação pragmática um do outro no momento da interação.

Nessa teoria, vê-se que o falante antecipa a interpretação do ouvinte pela informação pragmática que tem deste ouvinte. Desta forma, a interação verbal, pode-se dizer, se funde com a principal função de realizar alguma mudança na informação pragmática do ouvinte. Essa mudança, de acordo com Dik, pode acontecer de três maneiras: pela *adição* (o falante fornece alguma informação nova); *substituição* (o falante informa que alguma porção de sua informação precisa ser substituída;

lembranças (o falante lembra o destinatário de alguma porção de informação que ele – o destinatário – já possuía, mas que não estava ciente em dado momento)³.

Ressaltamos como interesse da teoria funcionalista a importância de descrever a linguagem não como um fim em si mesma, mas como um quesito pragmático da interação verbal (DIK, 1989, p.2). Reforçamos, então, que as expressões linguísticas devem ser estudadas em circunstâncias reais de interação verbal, tendo em vista sim a sua forma, uma vez que a língua é governada por normas e convenções, porém, ao concordar-se que a língua é um instrumento de interação social, com propósitos comunicativos, deve-se também admitir que as expressões linguísticas têm de ser analisadas nas dependências do contexto de uso, ou seja, sob um enfoque funcionalista.

1.2.2. O funcionalismo de Givón

Enquanto Dik (1997) abriga, aos temas funcionalistas, a questão da pragmática na gramática, Givón se volta para a relação entre gramática e cognição (GIVÓN, 1991) e a iconicidade (GIVÓN, 1990, 1991). Embora os focos de pesquisa sejam diferentes, tanto os trabalhos de um quanto do outro são importantes para tentarmos descrever as questões que estão envolvidas em casos como o de GR, mesmo porque as duas teorias postulam um correlato psicológico.

³ Exemplo de como a oração é organizada em camadas:

dar(Maria(o livro)(ao aluno))	Os <i>Predicados</i> designam propriedades ou relações, enquanto termos são usados para se referir a entidades, sejam elas entidades de primeira ordem ou não.
Maria deu o livro ao aluno na livraria. $e_i = \text{pass}[[\text{dar}(\text{Maria})(\text{o livro})(\text{ao aluno})](\text{na livraria})]$	O <i>Estado-de-coisas</i> (EsCo) indica “alguma coisa que acontece no mundo real” ou que pode ser criado no “mundo mental” do falante e do ouvinte. É algo que ocorre em algum mundo, é localizado no tempo e no espaço, pode ter certa duração e pode ser visto, ouvido ou percebido de alguma forma.
Pedro acredita que Maria deu o livro ao aluno na livraria. $\text{Pres}[\text{acreditar}(\text{Pedro})(X_i)]$ $X_i = \text{Pass}[[\text{dar}(\text{Maria})(\text{o livro})(\text{ao aluno})](\text{na livraria})]$	A predicação, que designa um EsCo, pode ser construída dentro de uma estrutura de ordem mais alta do que a predicação, que designa um <i>Conteúdo Proposicional</i> , um fato possível.
DECL(X) $\text{Pres}[\text{acreditar}(\text{Pedro})(X_i)]$ $X_i = \text{Pass}[[\text{dar}(\text{Maria})(\text{o livro})(\text{ao aluno})](\text{na livraria})]$	Quando uma força ilocucionária é aplicada a uma proposição, tem-se um <i>Ato de fala</i> . Lembremos que a força ilocucionária tende a ser aplicada a proposições, já que EsCos não podem ser declarados, interrogados ou ordenados.
Entidades e estrutura hierárquica da oração (DIK, 1989; 1997)	

Para Givón (1995, p.9), o funcionalismo adota os seguintes princípios: (i) a linguagem é uma atividade sociocultural; (ii) a estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa; (iii) a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica; (iv) a mudança e a variação estão sempre presentes; (v) o significado é dependente do contexto e não-atômico; (vi) as categorias não são discretas; (vii) a estrutura é maleável, não-rígida; (viii) as gramáticas são emergentes; e, (ix) as regras da gramática permitem desvios.

Segundo o autor, a gramática é emergente, pois está em processo de modificação pelo uso da língua. Givón (1979) aposta na ideia de uma gramática que remete às estratégias que o falante utiliza de forma criativa para organizar seu texto para o ouvinte em um dado contexto de situação. Em seus estudos sobre GR, todavia, o autor admite que fatores comunicativos e cognitivos estão na base das mudanças linguísticas.

Mudanças estas que, principalmente neste último século, vêm sendo estudadas no uso da língua em situação real de comunicação, esses estudos porém, têm ênfase particular no usuário, por ser considerado, digamos, o responsável pelos processos de transformação das estruturas que são verificadas nas línguas.

De acordo com Givón (1993), um dos princípios centrais na linguística funcional é o princípio da iconicidade, que diz respeito à relação motivada entre forma e significado, ou seja, expressão e conteúdo; e mostra que por razões de economia, entre outras, os seres humanos gramaticalizam suas ações verbais. Neste caso, a gramática deve ser entendida como um instrumento maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes em suas situações de interação discursiva.

Assim, vemos que, de uma maneira geral, as abordagens funcionalistas se aproximam, apesar de suas diferenças, no sentido de que a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo (à margem do contexto), já que o sistema linguístico só pode ser entendido a partir de noções como *cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação*, etc. (NEVES, 1997, p. 3).

1.3. A gramaticalização na perspectiva funcionalista

De acordo com Hopper e Traugott (1993), a GR se trata de um processo que tem encontrado abrigo privilegiado dentro do funcionalismo, justamente por refletir a relação entre o sistema e o funcionamento da língua no ato discursivo.

Dentre os postulados teóricos da GR temos a proposta de Hopper (1991, p. 17-35), “que rejeita a noção de uma gramática estável, dizendo que todas as partes da gramática estão sofrendo mudanças, e, por isso, os fenômenos gramaticais em geral podem ser pensados como envolvidos na gramaticalização”.

Em termos de funcionalidade, a gramática não é, simplesmente, um conjunto de sentenças, mas o engenho que permite que a comunicação seja estabelecida entre falantes de uma língua. É a sintaxe, a semântica e a pragmática integradas, e que servem como força para a comunicação. Todos estes indicadores, no caso, estão presentes nos estudos sobre GR, já que são exploradas características de perdas ou ganhos semânticos, morfossintáticos, além de redução fonética, entre outras características que, enfim, se somam aos interesses desse tipo de processo linguístico. A noção de “perda”, que fora discutida nos trabalhos de Meillet (1965 [1912]), não é sustentada por Traugott (1982) e Traugott e König (1991), cujo foco é analisar a GR numa abordagem que envolve “ganho” de significado, e é esta última posição que adotamos em nossa análise.

Desde Meillet tem havido grande avanço nesses estudos, reconhecendo-se no processo em si uma cadeia de desenvolvimento sem fim. O autor aponta que a GR é um processo interminável, pois o desgaste funcional das palavras é um acontecimento constante nas línguas, o que resulta, então, na necessidade de se criar novas formas para atender às expectativas comunicativas dos usuários. Depreende-se, dessa definição, que a GR envolve perdas e ganhos e que as formas linguísticas se adequam às mudanças.

À noção de perda se juntam também estudos de Givón (1979), Heine et *alii* (1991), Hopper (1991) e Lehmann (1995), que compreendem que a GR de um item lexical sofre perda de material semântico e pragmático. Por sua vez, Traugott (1982) Traugott & König (1991), que se dedicam à análise dos aspectos semânticos e pragmáticos ligados à GR, têm como prioridade, nos seus estudos, analisar o que é adicionado no processo de GR. Desta concepção da GR como um processo que envolve o aumento de expressividade dos itens linguísticos, também participam autores como Sweetser (1991) e Bybee (2003). Do trabalho ora proposto, destacamos a visão de Traugott (1982) e Traugott & König (1991) e suas contribuições sobre os tipos de mudança de significado que ocorrem nos processos de GR. Para estes autores, a GR tanto envolve o fortalecimento da informação pragmática quanto envolve o fortalecimento do processo metafórico, e este último que indica aumento de abstração, é uma observação a ser considerada no uso do item “no caso de (que)”.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a GR de formas e construções linguísticas constitui um processo constante nas línguas, que pode ocorrer devido a forças externas e internas que operam na composição de suas gramáticas. Trata-se de um processo de mudança que, segundo Heine (2003), tem o objetivo de descrever a maneira como as formas gramaticais emergem e se desenvolvem na língua através do tempo e do espaço, e explicar porque elas são estruturadas do modo como são em uma dada sincronia.

E nessa evolução da língua, no que tange aos casos de mudança linguística via GR, fala-se tanto em perdas quanto em ganhos semânticos (CASTILHO, 2001; CAMPBELL e JANDA, 2001), fala-se em desgaste das palavras gramaticalizadas, semântica e pragmaticamente. O processo de GR envolve tanto questões de analogia como também de outros possíveis elementos contextuais/pragmáticos que atuam no referido processo, como: inferências, metonímias, metáforas, polissemia, ambiguidade. Daí, portanto, a opção do modelo funcionalista para a realização desta pesquisa.

Du Bois (1955 apud NEVES, 1997, p. 112) diz que:

forças motivadoras originadas em fenômenos externos penetram no domínio da língua, onde se encontram com forças internas; nessa visão, fenômenos reconhecidos como intrinsecamente linguísticos são tratados como forças dinâmicas, em vez de estruturas fixas, categorias, ou entidades.

Nesse sentido, pode-se dizer que a GR está estreitamente vinculada a uma motivação interna (fonológica, morfológica, sintática) e externa (pragmática) e que tal “processo é dinâmico e histórico na sua essência – embora a interpretação possa ser sincrônica – é unidirecional, com uma unidade mais gramatical na ponta de chegada, implicando, portanto, necessariamente, a morfologia” (NEVES, 1997, p. 129).

No que se refere aos estudos de GR, Neves diz que, numa visão funcionalista, “ver a língua em seu funcionamento implica vê-la a serviço das necessidades dos usuários, e a partir daí, em constante adaptação.” (NEVES, 1997, p. 117).

De acordo com Nuyts (2000, p. 126 apud Butler, 2003, p. 14; tradução nossa)⁴:

a função geral da língua é a comunicação, mas a comunicação é um processo altamente complexo envolvendo diferentes dimensões nos vários níveis de análise [...]. Cada uma dessas dimensões impõe seus próprios requisitos sobre a estrutura e o uso, e quase sempre eles não são mutuamente compatíveis, daí o sistema linguístico estar em constante movimentação, num processo de adaptação que nunca termina.

⁴ The general function of language is communication, but communication is a highly process, involving very many different dimensions at many levels of analysis [...]. Each of these dimensions imposes its own requirements on structure and use, and these requirements are not always mutually compatible, hence the linguistic system is constantly torn back and forth between them in a never ending dynamic process of adaptation. (Nuyts, 2000 apud BUTLER, 2003, p.14).

É pertinente ressaltar que para Butler (2003), o funcionalismo tem como princípio central o uso da língua, principalmente, como meio de comunicação humana em contextos culturais e psicológicos. Nesse caso, uma teoria funcionalista da linguagem deve considerar a relação entre língua, cognição e contexto sociocultural de uso.

Outra questão bastante relevante é o entendimento, por todos os funcionalistas, de que a sintaxe é governada pela semântica e pragmática, rejeitando-se, portanto, o princípio formalista da autonomia da sintaxe em relação às demais dimensões.

Os formalistas, entre eles os gerativistas, têm seu foco nos estudos da estruturação e composição do sistema linguístico; estudam, portanto, a língua fora do seu contexto de uso, ao passo que a abordagem funcional não admite uma investigação da linguagem independente do uso. Tem-se, a seguir, de acordo com os escritos de Dik, a contraposição entre funcionalismo e formalismo, da seguinte forma:

Quadro 01. Paradigma Formal e Funcional

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão dos pensamentos.	Comunicação.
Correlato psicológico	Competência: capacidade de Produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano.	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Fonte: Dik (1978, p. 5; adaptação de NEVES, 1994)

Ao se falar na relação entre a pragmática, a semântica e a sintaxe, observamos que, no paradigma formal, tem-se uma proposta de uma sintaxe autônoma, enquanto na visão funcionalista não há lugar para a autonomia da sintaxe.

De acordo com Neves (1997, p. 46), o que Dik diz sintetiza-se no seguinte:

no paradigma formal, uma linguagem natural é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso, enquanto, no paradigma funcional, considera-se que as expressões linguísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas têm propriedades sensíveis a, e codeterminadas por, determinantes pragmáticos da interação verbal humana.

Enquanto na proposta de Givón (1984, p. 40) a sintaxe é vista como a codificação de dois domínios funcionais distintos que são a semântica (proposicional) e a pragmática (discursiva), Dik (1980), em uma visão funcionalista mais moderada, propõe nas palavras de Neves (1997, p. 25) que:

a gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela, pois, que seja “pragmaticamente adequada”, embora se reconheça que a linguagem só pode funcionar comunicativamente por meio dos arranjos sintaticamente estruturados.

No formalismo, as prioridades vão da sintaxe para a pragmática, via semântica, porque a sintaxe é enxergada como base estrutural da língua e a organização está em torno da frase. Diferentemente do funcionalismo que vê a semântica como base, organização em torno do discurso, nesse caso, as prioridades vão da pragmática para a sintaxe, via semântica. A estrutura é determinada, então, pelas pressões do uso.

A sintaxe, portanto, deve ser analisada de acordo com a pragmática e a semântica. É com base nessas considerações teóricas funcionalistas que se analisa, pois, os diferentes usos da locução “no caso de (que)” e as suas motivações funcionais no português brasileiro. Trata-se, nesse caso, de um estudo que alia os princípios e os critérios de GR com os postulados teóricos da teoria funcionalista, com vistas a uma reflexão em torno da estruturação da gramática do português, em especial sobre os instrumentos linguísticos disponíveis no português para a articulação de orações.

Nos estudos atinentes aos processos de mudança linguística, a GR tem sido bastante observada nas línguas, principalmente por se atribuir a formas existentes novas funções e vice-versa, fatos estes que vêm confirmar a concepção de uma “gramática emergente”, posição, aliás, que é defendida por muitos pesquisadores da área.

Para muitos linguistas, a GR pode ser tratada como um processo (proposta mais acatada) ou um paradigma; também pode ser estudada, segundo Hopper e Traugott (1993), a partir de dois pontos de vista: diacrônico e sincrônico. Optamos, neste trabalho, pelo estudo sincrônico, no qual a GR é tratada como fenômeno sintático e pragmático do discurso, em que um item pode adquirir várias funções.

Nesse estudo, concebemos a GR como um processo de evolução linguística, cuja motivação está atrelada às necessidades comunicativas dos falantes, em que é possível observar a mudança de itens lexicais e construções linguísticas em estruturas mais gramaticais, numa escala unidirecional, rumo ao plano mais abstrato da língua. Ao

concebermos o fenômeno como um processo de mudança linguística, passamos, inevitavelmente, a questionar as noções de correto e incorreto, impostas pela Gramática Tradicional, e, inevitavelmente, a verificar que itens ou construções gramaticalizados assumem novas funções gramaticais em contextos específicos de comunicação.

De acordo com Hopper e Traugott (1993, p. 15), “a GR é um processo pelo qual itens gramaticais passam a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.”

Nesse sentido, o processo linguístico de mudança, especificamente por GR, tende a se desenvolver pelo ganho de outras funções – mais gramaticais e expressivas, sendo o percurso inverso (do mais gramatical para o mais lexical) aparentemente improvável. A esse respeito, Neves (1997, p. 121) assinala que “a unidirecionalidade da GR é tida como uma característica básica do processo, partindo-se do princípio de que uma mudança que se dá numa direção específica não pode ser revertida.”

Vale mencionar a existência de falta de consenso na definição de unidirecionalidade, devido à inter-relação com a irreversibilidade por parte de alguns autores. Entretanto, apesar das opiniões diversas, esse princípio descreve com muita clareza as causas ou motivações que regem a GR. Essas causas ou mecanismos como *bleaching*, *reanálise*, *analogia*, “*erosão*” fonética, *gradualidade do processo*, *aumento de frequência de uso*, etc, atuam no processo de GR e são regidos pelo princípio da unidirecionalidade, ainda que considerados, segundo Gonçalves et al., (2007, p. 38) “não necessários nem suficientes para caracterizar um processo de GR como tal.”

É, ainda, importante ressaltar que no processo evolutivo da GR, as mudanças não acontecem de forma abrupta, pois uma forma antiga não é descartada de imediato, pelo contrário, ela como também a forma nova competem no uso na língua por longo tempo. A esse respeito, Hopper e Traugott (1997, p. 6; tradução nossa)⁵ destacam:

Básico para o trabalho em GR é o conceito ‘cline’ [...] Do ponto de vista da mudança, as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, mas passam por uma série de transições graduais, transições que tendem a ser semelhantes em outros idiomas.

De acordo com Heine e Rech (1984 apud Heine et al. 1991, p. 15-16), quanto mais uma unidade linguística passa pelo processo de GR,

⁵ “Basic to work on grammaticalization is the concept of a ‘cline’ (...) From the point of view of change, forms do not shift abruptly from one category to another, but go through a series of gradual transitions, transitions that tend to be similar in type across languages”.

- a) mais perde complexidade semântica, significação funcional e/ou valor expressivo;
- b) mais perde significação pragmática e mais ganha significação sintática;
- c) mais reduzido é o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;
- d) mais há decréscimo na variabilidade sintática, ou seja, mais a posição na oração torna-se fixa;
- e) mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e não gramatical em outros;
- f) mais se aglutina semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades;
- g) mais há perda de substância fonética.

Para Heine e Rech, o processo da GR se dá por um *continuum* evolutivo, em que a transição ocorre sempre do léxico para a gramática e não o contrário. Nos usos de “no caso de (que)”, observa-se que, na medida em que se gramaticaliza, menos autônomo o elemento conectivo se torna e mais traços gramaticais ele adquire.

Lehmann (1988, p. 201), por sua vez, define a GR como um processo diacrônico e um *continuum* sincrônico que levam um item de lexical a gramatical. Neves (1997, p. 117) diz que: “uma questão de grande pertinência nos estudos de gramática funcional é a oposição entre sincronia e diacronia”, divergência, aliás, considerada pela própria autora, “a primeira na consideração da gramaticalização”, já que, segundo ela, Hopper e Traugott (1993) indicam que há duas perspectivas de estudo da GR: a histórica que estuda as origens das formas gramaticais e a mais sincrônica que estuda a GR a partir do uso linguístico (das formas em convivência).

Como se vê nas colocações acima, assim como há várias vertentes para a teoria funcionalista, há também definições diferentes para a GR, entretanto, apesar das divergências, os estudiosos da área entendem (o que parece ser um consenso) que a “GR é sempre concebida como um processo” (HEINE et al., 1991a, p. 4).

Observamos, aqui, que nas palavras de Gonçalves et al. (2007, p. 29):

a GR muito frequentemente é vista como uma ferramenta linguística necessária para recuperar o percurso diacrônico de algumas formas linguísticas, ou que pode também ser empregada para a reconstrução interna da gramaticalidade de padrões sincrônicos. Como processo, as mudanças que se caracterizam como GR se implementam sempre de maneira gradual, numa escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade/abstratização.

Tendo em vista o consenso de que a GR é concebida como um processo por vários estudiosos do assunto, acrescentamos que de uma maneira geral, o fenômeno

revela-se por alterações que envolvem a migração de uma categoria à outra, levando sempre uma unidade do menos gramatical para o mais gramatical.

1.4. Princípios de gramaticalização

Considerando que há processos de mudança que não se identificam como casos específicos de GR, é importante explicitar as propriedades básicas sobre GR de modo a oferecer um quadro teórico mais preciso para o tratamento de questões linguísticas.

Em se tratando dos cinco princípios de Hopper (1991), o próprio autor admite que não é necessário que todos esses princípios sejam observados nos casos de GR, ademais, um processo de GR pode ser iniciado e interrompido, ou seja, pode cair no esquecimento da comunidade linguística, não chegando ao ponto terminal. Assim, ressaltamos a importância de se verificar alguns princípios e motivações como critérios que confirmam um processo de GR, já que tal processo de mudança obedece a essas leis.

Além dos princípios de GR propostos por Hopper, o processo de mudança linguística também pode envolver aspectos cognitivos que afetam a gramática da língua, remodelando alguns setores gramaticais. No entanto, apesar das diferentes filiações teóricas e de autores que apontam diferentes trajetórias para o caminho da mudança linguística, parece ser um consenso nos estudos linguísticos que a GR segue uma trajetória unidirecional (sempre do léxico para a gramática), já que o trajeto inverso, ainda que também seja defendido por alguns autores (CASTILHO, 2003), é questionável, justamente por se apoiar em argumentos instáveis e imprecisos. Castilho critica o princípio da unidirecionalidade defendendo que este deve ser substituído pelo princípio de multidirecionalidade, por não envolver, segundo o autor, uma única direção. Ao discordarmos de Castilho, argumentamos que ainda que um item desenvolva várias trajetórias de mudança, tal processo ocorrerá sempre numa única direção.

Segundo Gonçalves et al. (2007), para termos uma dimensão mais precisa do processo de mudança/variação, é necessário observarmos conjuntamente os mecanismos e os princípios que regem a GR. Dessa forma, fica evidente que o princípio da unidirecionalidade é um recurso eficaz para o reflexo dos critérios pelos quais se constata a GR de um item linguístico ou de uma expressão linguística (TRAUGOTT, 1999).

Vejamos abaixo, no quadro extraído de Gonçalves et al. (2007), a ocorrência da unidirecionalidade nos cinco níveis de análise linguística:

Quadro 02. Ocorrência da Unidirecionalidade

Nível	Mudança unidirecional	Processo
Fonologia	mais material fonológico > menos material fonológico	redução fonológica
Morfologia	lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	recategorização (morfologização)
Sintaxe	menor coesão > maior coesão	reanálise (alteração da fronteira de constituintes)
Semântica	concreto > abstrato	dessemantização, processos metafóricos
Pragmática	estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas	sintaticização

Fonte: Gonçalves et al. (2007, p. 37)

Em vista do exposto, consideramos, portanto, que a unidirecionalidade pode ser encarada como uma espécie de aliada essencial na análise dos processos de GR, não devendo ser, dessa forma, vista como um argumento contra a GR. Diante dessas colocações, ressaltamos que a unidirecionalidade da GR, segundo Neves (2007, p. 121), “é tida como uma característica básica do processo, partindo-se do princípio de que uma mudança que se dá numa direção específica não pode ser revertida.” Reconhece-se, então, ser imprescindível a verificação de todas essas motivações funcionais na formação e no uso da perífrase “no caso de (que)”, a fim de que se possa explicar o processo de mudança pelo qual vem passando a expressão em questão.

De acordo com Cunha (2008), o funcionalismo trata a gramática como um organismo flexível que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas de seus usuários. Nesse caso, a GR possui um papel importante, pois se trata de um fenômeno que provoca a oxigenação da língua, com a renovação e criação de novas formas.

Hopper (1987) entende que a gramática das línguas é constituída de partes cujo estatuto negocia-se na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso. Com base nessa colocação, entendemos que não há gramática como produto acabado/ estabilizado, mas sim em constante evolução.

Nesse contexto, os fatores de ordem cognitiva que motivam a GR são: a metáfora e a metonímia. Para Hopper & Traugott (1993), os principais desencadeadores da relação entre os muitos sentidos de uma única forma são os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia. A metáfora, segundo os autores, envolve a abstratização de significados, isto é, diz respeito à maneira que os seres humanos encontram para compreender e conceituar o mundo a sua volta, de entender uma coisa como outra.

A metonímia, assim como a metáfora, envolve uma ampliação do significado. Lakoff & Johnson (1980) dizem que a metonímia tem uma função referencial que permite usar uma entidade em substituição à outra. Também funciona como mecanismo

de entendimento, ou seja, aponta especificamente mais aspectos do que está se referindo. A metonímia pode envolver, por exemplo, a substituição “da parte pelo todo”, “do produtor pelo produto”, “do objeto usado pelo usuário”, dentre outros.

Sendo assim, pode-se dizer que a metáfora e a metonímia são mecanismos que podem ajudar a compreender a passagem de um item lexical (ou de expressão/construção como um todo) para o gramatical e do gramatical para o mais gramatical.

No quadro, a seguir, apresentamos diferenças entre a metáfora e a metonímia, elencadas e discutidas em Gonçalves *et al* (2007, p. 49):

Quadro 03. Metáfora e Metonímia

Metáfora	Metonímia
Opera no eixo sintagmático	Opera no eixo paradigmático
Opera na inter-relação sintática dos termos	Opera na inter-relação de domínios conceptuais
Opera por reanálise (abdução)	Opera por analogia
Envolve implicaturas conversacionais	Envolve implicaturas convencionais

Fonte: Gonçalves et al (2007, p. 49)

Essas motivações são desencadeadas nos campos da semântica e da pragmática e, juntas, influenciam outros níveis e outras dimensões da gramática de uma língua.

Segundo Heine (1994), “para se dar conta da gênese e desenvolvimento de categorias gramaticais, é necessário analisar a manipulação cognitiva e pragmática, razão pela qual a transferência conceptual e os contextos que favorecem uma reinterpretação devem ser observados, envolvendo dois mecanismos, a saber: (i) a transferência conceptual (metáfora), que aproxima domínios cognitivos diferentes; (ii) a motivação pragmática, que envolve reinterpretação induzida pelo contexto.

Todas essas motivações funcionais estão inclusas no processo de GR, confirmando, pois, a noção de que a língua muda e que não constitui um produto pronto e acabado, mas que se renova, portanto, a fim de atender às necessidades do falante.

1.5. Gramaticalização e a formação de locuções conjuncionais

Nos últimos anos, foram publicados vários estudos sobre o funcionamento e a caracterização semântico-pragmática de conjunções e perífrases conjuncionais no português brasileiro, dentre eles, o de Longhin-Thomazi (2003) sobre a perífrase conjuncional “só que”, Pereira e Paiva (2004) sobre a formação de locuções de base “(prep) + det + N temporal + (prep) + que”, Seron (2007) sobre a locução “desde que”, Galbiati (2008) sobre as perífrases conjuncionais “agora que” e “já que”, e Oliveira

(2008) sobre as conjunções condicionais complexas. Em geral, essas pesquisas mostram que o quadro de conjunções do português brasileiro está passando por um processo de mudança linguística, no qual podemos identificar, inicialmente, dois processos de inovação da classe conjuncional do português brasileiro: (i) itens conjuncionais já desgastados pelo tempo estão assumindo novas funções na língua, e (ii) formação de novas perífrases conjuncionais a partir da junção de “nomes”, adjetivos” e “advérbios”.

Estudos desses autores, além de outros, podem nos ajudar a entender a origem do quadro das conjunções do português e a formação de locuções/perífrases conjuncionais integradas à partícula “que”, formação esta que já ocorria no latim vulgar. A respeito da formação de perífrases, Said Ali (1964, p. 222) faz a seguinte colocação:

O processo criador de novas conjunções ou locuções conjuncionais revela-se fecundo nas combinações de advérbios e dizes de caráter adverbial com a partícula *que*: *a fim de que, contanto que, antes que, depois que*, etc. Nestas, como em outras locuções conjuncionais, o elemento advérbio nada mais é que um vocábulo deslocado de uma oração para outra. Devia modificar a um verbo, mas desvia-se dele, emigra da respectiva oração, atraído por uma partícula, à qual se une, resultando desta liga uma conjunção de nova espécie.

Observa-se, nesse trabalho, que o processo de GR tem um papel fundamental na formação da construção “no caso de (que)”, visto que o uso do item perifrástico revela um processo de mudança, no qual se observa aumento de gramaticalidade - de abstratização/novas funcionalidades (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

1.6. Considerações parciais

Nesse estudo, utilizamos como base teórica os princípios teóricos do funcionalismo e da GR, a fim de descrever os usos da construção “no caso de (que)” no português brasileiro, em especial os usos como conectivo e locução conjuncional, e comprovar que a referida expressão está passando por um processo de GR, no qual se pode observar o aumento de abstratização (do mais concreto para o mais abstrato) e ganho de novas funcionalidades, tendo em vista as propriedades sintáticas, semânticas e pragmático-textuais responsáveis pela inovação da classe conjuncional.

O estudo que aqui se propõe se insere nos pressupostos teóricos do funcionalismo, já que “o funcionalismo é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas”, ou seja, “se ocupa das funções dos meios linguísticos de expressão” (NEVES, 2006, p. 17), estando, assim, em sintonia com a GR.

CAPÍTULO 2

OS USOS DE “*NO CASO DE (QUE)*” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E O SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO

2.1. Introdução

Neste capítulo, trataremos dos usos e da formação da expressão “no caso de (que)” no português brasileiro, com foco nos seus aspectos funcionais e estruturais. Para a realização da análise, selecionamos como material de investigação os textos que compõem o *Corpus* do Português (disponível no endereço: <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>). O objetivo é mostrar o processo de constituição da construção “no caso de (que)”, listando desde os usos da palavra “caso” como item lexical pleno até os usos dessa palavra no interior da locução adverbial conectiva “no caso de”, definido aqui como um uso intermediário, e da locução conjuncional condicional “no caso de que”. Vale ressaltar que o nosso intuito aqui não é apresentar uma análise exaustiva dos usos de “no caso de (que)”, mas sim apenas listar alguns usos – catalogados no *córpus* – que empregam o item “caso”.

Os usos abaixo, com a palavra “caso” como elemento nuclear, com funções distintas, é ilustrativo do processo de gramaticalização atrelado à constituição da locução “no caso de (que)” no português brasileiro:

- (1) O **caso** é muito problemático. (Google)
- (2) A diferença **no caso de** sangramento em um aborto espontâneo é realmente a quantidade de sangue, já que a presença de um pouco de sangue na calcinha ou no papel higiênico depois de urinar é comum no início da gravidez. (Google)
- (3) **No caso de** you não ter nenhum conteúdo impróprio no seu perfil, espere alguns dias que, após verificar sua conta, o Orkut volta a liberá-la. (Google)
- (4) **No caso de que** as províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura portuguesa, tidas em sequestro, se devolvam na paz geral à Casa de Bragança, em troca de Gibraltar, Trindade e outras colónias, que os ingleses têm conquistado à Espanha e seus aliados, o novo soberano destas províncias terá, relativamente a Sua Majestade Católica o Rei de Espanha, as mesmas obrigações que tem o Rei da Lusitânia Setentrional e o Príncipe dos Algarves, e as terá debaixo das mesmas condições. (Google)
- (5) **No caso de** férias coletivas, o que o funcionário tem direito a receber e quais são os descontos permitidos? (Google)

No exemplo (1), a palavra “caso” é usada no seu sentido mais concreto, indicando um acontecimento, um fato ou uma ocorrência. Já no exemplo (2), a locução prepositiva “no caso de” parece atuar como exemplificador (com função de especificação, de situação particular), diferenciando-se, pois, do exemplo anterior, em que o termo “caso” possui um valor argumental. No caso em questão, o uso de “caso” possui ainda traços de elemento lexical, no entanto, sua função passa a ser mais marginal no interior do enunciado. No exemplo (3), por sua vez, tem-se uma ocorrência em que “caso” integra a locução adverbial “no caso de”, de valor conectivo, com a função de articular duas orações, a saber: a oração subordinada condicional “*você não ter nenhum conteúdo impróprio no seu perfil*” e a oração principal “*espere alguns dias que, após verificar sua conta, o Orkut volta a liberá-la*”. Nesse caso, o que permite classificar a expressão “no caso de” como locução adverbial conectiva é a possibilidade de esse elemento ser substituído pela conjunção condicional “se”. Em termos textuais, o uso de “no caso de” como locução adverbial conectiva opera na coesão do texto, estabelecendo a relação semântica de condição entre duas orações adverbiais, com o verbo no infinitivo. No exemplo (4), temos uma ocorrência de “no caso de que” como locução conjuncional de valor condicional, responsável por conectar duas orações, levando o verbo da oração subordinada, quase sempre, para o modo subjuntivo. Em contextos como (4), a locução conjuncional tende a ocorrer no início da oração. Por fim, no exemplo (5), temos um uso de “no caso de” como introdutor de tópico (assunto) no contexto de interação. Trata-se de um uso responsável por introduzir o assunto a ser discutido pelos falantes ou pelo escritor do texto em uma dada situação. Em geral, nessas situações, a expressão “no caso de” aparece sempre no início da oração e pode ser parafraseada da seguinte forma: “**Quanto a/Com relação a** férias coletivas, *o que o funcionário tem direito a receber e quais são os descontos permitidos*”.

Em seu estudo sobre a trajetória de gramaticalização das conjunções portuguesas no século XVIII, Barreto (2003) tece algumas considerações sobre o surgimento da locução conjuncional “caso que”, a conjunção “caso”, a locução prepositiva “no caso que/ no caso de” e a associação “se caso” no português.

Segundo Barreto, a locução conjuncional “caso que” é resultado da combinação do substantivo “caso” com a conjunção “que”, usada como conjunção subordinativa condicional (no século XVI). Com o passar do tempo, já no português contemporâneo, a locução conjuncional “caso que” reduziu-se à conjunção “caso”. Conforme Barreto, além do processo de recategorização [de nome passou a conjunção],

a conjunção “caso” sofreu um processo de reanálise, em que a palavra “caso” perdeu o valor semântico de origem e assimilou, em função das pressões de uso, o valor funcional da conjunção “que” condicional, passando a expressar, também, já como conjunção independente, a relação semântica de condição. Isso mostra que a conjunção “caso” de valor condicional originou-se de uma outra forma conjuncional (*caso que*) já existente no português, descartando, assim, qualquer relação de parentesco ou proximidade com as formas conjuncionais “se caso” e “no caso de (que)”, que, segundo Barreto (2003, p. 4), surgiram posteriormente no português (no século XVII).

No século seguinte (século XVIII), Barreto relata que, antes de constituir a locução prepositiva “no caso de”, observada nos registros atuais do português brasileiro, a expressão “caso que” foi também utilizada como locução prepositiva, fato este que aponta para uma oscilação funcional no que tange ao uso dessas formas no século XVIII. A nosso ver, tal evidência histórica em muito contribui para explicar os usos atuais de “no caso de” como locução prepositiva e locução adverbial conectiva. Dessa forma, além da recategorização observada na composição da forma “no caso de” [*caso*-nome > *no caso de*-locução prepositiva > *no caso de*-locução adverbial conectiva], tal expressão parece ter passado por algum processo de reanálise (com forte influência do contexto de uso e de inferência a partir do seu uso entre orações), em especial no momento em que a locução “no caso de” passa a ser usada também como elemento conectivo de valor condicional.

Por fim, no que diz respeito à associação “se caso”, muito comum no português brasileiro atual, Barreto (2003, p. 4) destaca que o uso conjugado de “se caso” não constitui um exemplo de reforço semântico (do valor de condição), haja vista que, no século XVIII, era comum o uso de conjunção condicional seguida do advérbio “acazo”. Nesse caso, de acordo com a autora, o que se tem não são duas conjunções condicionais usadas para o mesmo fim, mas sim a conjunção condicional “se” seguida do advérbio “caso” [com sentido de eventualidade, porventura, etc], que, por analogia a uma forma adverbial, passou a se comportar como advérbio, como em: “*Se porventura você encontrar o João na festa, diga a ele que não poderei comparecer*”, no qual a palavra “porventura” opera como advérbio de incerteza, dúvida ou possibilidade.

2.2. O processo de formação de “no caso de (que)” no português brasileiro

2.2.1. Os usos de “caso” como forma nominal

Uma justificativa, na qual encontramos respaldo para a proposição da presente pesquisa, está na própria definição da palavra “*caso*” no dicionário Michaelis (2009),

que traz várias acepções semânticas para o termo em questão, incluindo o seu uso como forma nominal no português brasileiro, como se observa abaixo:

sm (lat casu) **1** Acontecimento, fato, ocorrência: *Foi esse um caso curioso.* **2** Eventualidade, hipótese: *No caso de tudo correr tudo bem, fecharemos o negócio.* **3** Circunstância. **4** Dificuldade. **5** Acaso, causalidade. **6** Apreço, consideração, estima. **7** Manifestação individual de uma doença: *São raros os casos de peste.* **8 Gram** Cada uma das formas de um substantivo, pronome ou adjetivo, nas línguas flexivas, que exprimem as várias relações (como as de sujeito, objeto, possuidor ou coisa possuída) em que estas palavras podem estar com outras palavras em uma sentença. **9 Gram** Relação particular da espécie acima descrita, quer expressa por uma forma distinta quer não. **10** Faculdade, possibilidade. **11** Situação particular: *Eu, no seu caso, teria tomado providências.* **12** Conto, história. **13** Aventura amorosa. **14** Importância. **15 pop** Desavença, motim, sururu. *C(aso) de consciência*: dificuldade ou dúvida quanto ao modo de proceder mais em acordo com a moral religiosa. *C. irreduzível, Mat*: caso em que as três raízes da equação do terceiro grau são reais. *C. reservado*: pecado que não pode ser absolvido senão pelo bispo ou pelo papa. *C. social, Sociol*: conjunto de fatores que afetam o equilíbrio emocional ou a situação social de um cliente de serviço social. *C. subjetivo*: o nominativo. *C. que*: no caso que; se. *De caso pensado*: com premeditação, propositadamente. *Em todo caso*: aconteça o que acontecer, apesar de tudo. *Estar no caso de*: estar nas circunstâncias de, ter a possibilidade. *Não fazer caso*: desprezar. *Não vir ao caso*: não vir a propósito (MICHAELIS, 2009).

Como se pode observar na definição de Michaelis (2009), o nome “*caso*” pode apresentar vários significados a depender do seu contexto de uso. Em geral, o que se nota são usos que vão do léxico ao gramatical, o que apontaria, portanto, um processo de GR em curso, com usos que vão, conforme a proposta de Traugott (1982), desde a esfera proposicional (referencial = usos lexicais) até a esfera expressiva (pragmática = usos interacionais), passando pela esfera textual (coesão = conexão de orações).

De acordo com o que foi mencionado na introdução do capítulo que inicia esta dissertação, a hipótese sobre a locução “*no caso de (que)*” é que a mesma percorre o seguinte trajeto de GR: *caso* (nome, com sentido de fato) > *no caso de* (locução prepositiva, com a função de exemplificador) > *no caso de* (locução adverbial

conectiva) > *no caso de que* (locução conjuncional de valor condicional). Essa hipótese está assentada nas ocorrências a seguir, que, a nosso ver, ilustram o que foi exposto:

- (6) A propósito, o autor, João Emanuel Carneiro, já é um **caso** instigante. Até virar o ritmo noveleiro de ponta-cabeça com o thriller *A Favorita*, ele assinara sucessos como a água-com-açúcar *Da Cor do Pecado* e a besteirada *Cobras & Lagartos*. (Google)
- (7) Este ano a gente está prevendo a retomada de mais alguns, mas poucos, para retomar com segurança e cronograma. Mas por enquanto vamos começar somente por aqueles, onde o custo-benefício for maior. Se for o **caso** de Bauru, que será apontado por esse estudo, será Bauru. Senão serão outros. Em Itaquaquecetuba, Taboão da Serra, têm obras bem adiantadas e onde não existe outro hospital, para uma população muito grande. Imprensa – Como será feito o contrato com as empreiteiras para a retomada das obras da Rondon? Covas – As empresas estão dando um desconto de 21% em relação aos contratos que já existiam e que precisam ser honrados pelo Estado. (19Or:Br:Intrv:Cid)
- (8) Os doadores estarão em um livro e os receptores das córneas estarão em outro. Esse sistema possibilitará que se saiba quem recebeu a córnea. O paciente receberá do seu oftalmologista uma autorização para procurar o Banco de Olhos e vai se inscrever como receptor de córnea, recebendo um número. Suponha que seja o número um. A partir daí, toda vez que for entrar uma córnea, teoricamente deveria ir para o primeiro da fila. Só não vai se os outros pacientes da lista tiverem um **caso** muito mais grave, que não puder aguardar. O diretor técnico do Banco vai justificar o porquê da córnea não ter sido destinada para o receptor número um. JC – O funcionamento do Banco permitirá transparência na fila para um transplante? Raul – O paciente vai saber quanto tempo está na fila. Se é o 45º, sabe quantos estão na sua frente e não vai ser o seu poder econômico que vai mudar a sua colocação na fila. (19Or:Br:Intrv:Cid)
- (9) Assim se evitam pressões sobre os preços. Nbr-fol-8360# # Hipócritas Otavio Frias Filho O caso Ricupero deflagrou uma onda confessional. Em os comentários, em os artigos, em as declarações tudo o que se viu foram mea culpas, como se um incêndio moral tivesse sido causado por o abismo entre a compunção ostentada em público e o pérfido amoralismo flagrado em particular. O **caso** expõe um problema tão profundo que, a o reagir a ele, qualquer que seja a reação, já estamos confessando nossas culpas por tabela e sendo ricuperos nós mesmos. Nbr-fol-8361# # Eua e AL criarão o livre comércio De as agências internacionais Estados Unidos, América Latina e Caribe resolveram construir uma zona hemisférica de livre comércio com base em documentos adotados por 34 países. O documento será discutido de 9 a 11 de dezembro em capital de a Flórida. (19N:Br:Folha)

Nos exemplos acima, temos uma ocorrência de “*caso*” empregado como item lexical (de valor mais concreto, em termos semânticos), isto é, como substantivo, portanto, pertencente ao plano referencial da língua. Em (6), a palavra “*caso*” aponta claramente para o sujeito da oração, com a função de identificação de algo (um fato, um

exemplo, um indivíduo – como alguém instigante, um acontecimento, dentre outras); vemos, assim, que acompanhado de adjetivo e precedido de artigo indefinido, não restam dúvidas de uma classificação substantivada para o termo.

Na ocorrência (7), também podemos perceber indícios de uma exemplificação no emprego do nome “*caso*” (com a função de indicar uma situação), já que o substantivo em nota toma como modelo o hospital de Bauru e não um outro. Já, no exemplo (8), o substantivo “*caso*” parece fixar um sentido mais nominal, mais concreto que os dois primeiros, visto que podemos remetê-lo aos significados 1 e 7 descritos no dicionário de Michaelis (2009). O termo é empregado no sentido de “doença”, “problema”. Em (9), o termo também nos parece puramente nominal, sendo apontado para o objeto “problema”, marcando um sentido de acontecimento, fato “problema”.

Essas ocorrências mostram que há usos de “*caso*” que, apesar de serem definidos linguisticamente como “nome”, atuam, em certos contextos, com um sentido menos concreto, como que em transição de mais concreto para menos concreto.

Do ponto de vista da GR, o estudo da perífrase “no caso de” propõe uma discussão entre palavras de conteúdo e palavras funcionais. A esse respeito, Hopper & Traugott (1993) assinalam que as palavras de “conteúdo” (conhecidas como palavras lexicais) se distinguem das palavras funcionais (chamadas de palavras gramaticais), dizendo que as palavras de conteúdo (substantivos, verbos e adjetivos) são usadas para informar ou descrever coisas, ações e qualidade, ao passo que as palavras funcionais “servem para indicar as relações dos nomes uns com os outros (preposições), ligar partes do discurso (conectivos), indicar se entidades e participantes do discurso já estão identificados ou não (pronomes e artigos), e mostrar se elas estão próximas do falante ou do ouvinte (demonstrativos)” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 4).

2.2.2. Os usos de “no caso de” como locução prepositiva (exemplificador)

O uso de “no caso de” como locução prepositiva é relativamente frequente no português brasileiro e, geralmente, tem como função exemplificar, especificar ou indicar uma situação particular ou demonstrar alguma coisa. Nesse caso, a locução prepositiva “no caso de” ainda guarda traços lexicais da forma base (nome), fato este que é indicativo de um processo de GR em curso (TRAUGOTT, 1982, 1989; TRAUGOTT e KÖNIG, 1991), com a presença de formas/funções em variação.

Seguem, abaixo, algumas ocorrências de “no caso de” como exemplificador:

- (10) Acredito que a batalha do mercado só será vencida com uma visão pluralista dos cineastas, cada um faz o filme que quer, com um sentimento próprio. É isso que vai bater na tela e vender e já está ocorrendo com filmes mais pessoais, mais reveladores. Estado – Mas a resposta do público no ano passado, com raríssimas exceções, ficou bem abaixo das expectativas. Nelson – a resposta do público que tem sido lenta é a resposta das salas. É preciso ver também a relação do número de espectadores por cópia, como **no caso de** Carlota Joaquina. O mercado do cinema não é imponderável. Alguns filmes provaram que é possível restabelecer o diálogo com o público. É só marcar o encontro espectador-filme. Se não tiver isso, o encontro não acontece. Estado – Mesmo com esse encontro marcado, muitos filmes não aconteceram. O encontro foi marcado e o público não foi. Nelson – Há também o momento do encontro. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- (11) Nos casos de queimaduras com limão, as manchas podem persistir de 30 a 60 dias e somem sozinhas. Podem ser usadas pomadas anti-inflamatórias. JC - Quais são os insetos campeões em alergias? Por que algumas pessoas incham quando atacadas? Nilma - Os mais comuns são pernilongos, formigas, pulgas, marimbondos e abelhas. Algumas pessoas têm suscetibilidade maior apresentando, muitas vezes, o membro inchado e correndo inclusive risco de vida, principalmente **no caso de** abelhas. JC - Todas as pessoas podem tomar anti-histamínicos em caso de alergia? Nilma - De maneira geral sim, quando o quadro exigir, mas os do tipo sedante têm como efeito colateral sonolência (exemplo Polaramide). Deve-se evitar quando vai dirigir ou ingerir bebida alcoólica. As crianças devem tomar dose menor; grávidas devem consultar um médico; e pessoas que usam anticoagulantes e antidepressivos podem sofrer danos com essa interação medicamentosa. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Como se pode observar, nos exemplos acima, a expressão “no caso de” é usada como locução prepositiva com função de exemplificação/especificação, sem leitura condicional. Conforme se observa nos exemplos acima, a expressão “no caso de” se manifesta no final de cada oração. Verificou-se, precisamente, neste tipo de manifestação, que o núcleo da locução se encontra na sua forma ainda lexicalizada, apontando especificamente para “alguém” ou “alguma coisa”, como à “Carlota” no exemplo (10). Já na ocorrência em (11), o intuito do falante é justamente especificar que tipo de inseto costuma causar alergia nas pessoas. Trata-se de uma estratégia de exemplificação/especificação que está fortemente relacionada à organização e ao fluxo de informação no texto.

2.2.3. Os usos de “no caso de” como locução adverbial conectiva

Nesta parte do trabalho nos detemos aos usos de “no caso de” como locução adverbial conectiva, nos termos propostos por Costa (2010), exatamente por conta da função

relacional/conectiva que ela estabelece entre duas orações. Trata-se de um uso que se diferencia, a nosso ver, de “no caso de” como locução prepositiva, pelas seguintes razões:

- (i) a locução adverbial conectiva “no caso de” indica sempre a existência de algum tipo de circunstância (a saber: condição) entre duas orações;
- (ii) apesar de apresentar uma estrutura semelhante a de uma locução prepositiva, a locução adverbial conectiva “no caso de” tem valor de advérbio relacional, como sentido de condição/eventualidade;
- (iii) a locução adverbial conectiva, de valor condicional, não constitui parte integrante do enunciado em que atua como conectivo;
- (iv) tende a ocorrer mais na posição inicial da oração subordinada.

Ao passo que o uso de “no caso de” como a locução prepositiva:

- (i) exerce sempre algum tipo de relação entre termos/sintagmas (e não entre orações), sem indicar nenhum tipo de valor condicional;
- (ii) tende a indicar uma relação de dependência/obrigatoriedade com relação à estrutura a qual se encontra relacionada;
- (iii) pode ocorrer em várias posições do enunciado/ da sentença, com a função de exemplificador ou de especificador.

Em vista da redução do quadro de conjunções (do latim para o português), e do consequente desgaste de muitos dos conectivos subordinativos, acreditamos que o uso de “no caso de” como locução adverbial conectiva e de “no caso de que” como locução conjuncional constitui uma estratégia de renovação linguística do quadro de conjunções subordinativas (de valor condicional) no português brasileiro. A convivência de ambas as expressões conectivas no português se justifica em razão do tipo de oração que cada seleciona, quais sejam: *a locução adverbial conectiva tende a selecionar orações não-finitas*, enquanto *a locução conjuncional tende a selecionar orações finitas*.

A distinção entre os dois tipos de locuções também está relacionada à composição formal de cada uma das estruturas: segundo Neves (1999), Luft (2002), Bechara (2006) e Longhin-Thomazi (2011), a locução conjuncional ou perífrase conjuncional é formada sempre a partir da palavra “que” como elemento final da locução.

Vejamos alguns usos de “no caso de” como locução adverbial conectiva:

- (12) A suspeita era de que o atacante iria ser submetido a um exame de ressonância magnética, mas Fernando Leopoldino afastou essa hipótese. O zagueiro Agnaldo também voltou machucado de Fortaleza. O jogador sofreu uma contusão no tornozelo, mas o médico também garante que não deverá ser problema para o clássico de amanhã. Mesmo o técnico Márcio Araújo disse que vai aguardar a avaliação dos médicos do clube sobre a contusão dos dois jogadores para depois definir a escalação da equipe. **No caso de Agnaldo não puder jogar, Sandro entrará no seu lugar.** Se Viola ficar fora do clássico, o técnico deverá escalar Marquinhos no meio-de-campo, passando Djalminha para atuar no ataque ao lado de Luizão. "Minha intenção é colocar em campo o mesmo time que começou a partida contra o Ceará", disse o técnico. (19N:Br:SP)
- (13) Pegou algumas caronas também, pelo que pude entender. Deve ter caminhado bastante. Algumas pessoas disseram que lhes fez perguntas estranhas na rua: queria saber quantas casas tinham sido destruídas; se tinha havido vítimas, e onde estavam os desabrigados. Foi assim que chegou ao padre, que por sua vez alertou a polícia e esta, em seguida, se comunicou conosco, em Santiago. Segundo o padre, ele parou de falar assim que a polícia chegou, para vigiá-lo e também como providência, no caso de ter uma crise, a pedido do padre ", disse. "Ninguém chamou um psiquiatra", perguntei, fazendo-me de revoltado, quando na realidade continuava inexplicavelmente com aquele nervosismo agudo, e talvez justo para tentar subjugá-lo com um sentimento mais forte, como a indignação. " Lógico que sim ", disse o vice-cônsul, sempre com as mãos entrelaçadas. " Mas também não abriu a boca para ele. (19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)
- (14) Feira de informática atrai crianças aos estandes montados no Praia de Belas # Leigos e experts em informática estão com uma ótima oportunidade para se aproximar das novidades lançadas em softwares e pela indústria de computadores. Desde terça-feira, no 3º andar do Praia de Belas Shopping Center, 50 expositores apresentam seus produtos na Feira Infoshow da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações (Sucesu-RS). ao mesmo tempo e na mesma área ocorre a Sucesu-RS Net*97, a primeira feira sobre Internet no Rio Grande do Sul. **No caso de o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar hoje um pacote de decisões para conter o consumo, o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira.** A estimativa de vendas diretas oscila entre um mínimo de R\$ 6 milhões e um máximo de R\$ 8 milhões (sem as restrições ao crédito). (19N:Br:PA)

Vemos nos exemplos acima que a expressão “no caso de” exerce a função de conector de orações, na medida em que a locução adverbial conectiva mantém uma relação de condicionalidade entre as orações que articula. Em (12), a locução adverbial conectiva “no caso de” estabelece a relação semântica de condição entre as orações “Agnaldo não puder jogar” e “Sandro entrará no seu lugar”, tanto que o mesmo período composto de subordinação pode ser parafraseado com a conjunção condicional prototípica “se”: *Se Agnaldo não puder jogar, Sandro entrará no seu lugar.* Em outras palavras, a realização do que está dito na oração principal depende (está condicionada) à não realização do evento descrito na oração subordinada “Agnaldo não puder jogar”. No exemplo (13), a condicionalidade consiste no fato de que a “polícia” chega a fim de “vigiar” alguém – (“ele”) e poder tomar alguma providência caso esse indivíduo tivesse

uma crise nervosa, ou seja, ele poderia não ter uma crise, mas se apresentasse algum problema (alguma crise), providências poderiam ser tomadas, com segurança, já que a polícia estava preparada para um possível descontrole. Já na ocorrência em (14), a locução adverbial conectiva “no caso de” articula as orações adverbiais “o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar hoje um pacote de decisões para conter o consumo” e “o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira”, com a ideia de condicionalidade entre elas, isto é, *se p, então q*.

São exemplos como esse da locução adverbial conectiva “no caso de” que sustentam as ideias defendidas por H. Paul (1886) e Meillet (1912) sobre o processo de renovação das formas linguísticas, e, mais recentemente, por Longhin-Thomazi (2004) sobre a gramaticalização da perífrase conjuncional “só que”. De acordo com Meillet, no processo de renovação das conjunções, formas do repertório da língua são reaproveitadas e a essas formas são atribuídas a função de conjunção, como já expomos no segundo capítulo deste trabalho. Embora a expressão “no caso de” não constitua um caso típico de perífrase/locução conjuncional, pela ausência da palavra “que” final, não se pode negar o valor de condição expresso em vários contextos em que esse articulador é usado no português. Acreditamos, então, que houve um reaproveitamento do termo “caso” na referida expressão, podendo ser atribuído ao mesmo, dentro da locução adverbial, um valor de conjunção, por apresentar condicionalidade em sua leitura, conforme vimos nos exemplos acima. Outra possibilidade de se tentar entender o que acontece com “no caso de”, quando usado como articulador de sentido condicional, é partindo do pressuposto de que o falante reconhece no uso da locução adverbial conectiva “no caso de” um conectivo de valor condicional com função específica, qual seja: articular orações adverbiais não-finitas (com o verbo no infinitivo), o que, em termos cognitivos, parece ser de mais fácil acesso e praticidade funcional, uma vez que o verbo da oração subordinada não sofre (na maioria dos casos) nenhum tipo de flexão. Outras conjunções condicionais levariam o verbo da subordinada para o subjuntivo⁶.

2.2.4. Os usos de “no caso de que” como locução conjuncional

O processo de formação de perífrases conjuncionais pode acontecer na língua, a qualquer momento, a partir da combinação de palavras de diferentes categorias com a partícula “que”. Dessa forma, o que apresentamos agora são usos de “no caso de que”

⁶ Entendemos que, mesmo com as conjunções condicionais corriqueiras, a variação verbal pode existir.

como locução conjuncional de valor condicional no português brasileiro. Encontramos apenas dez ocorrências de “no caso de que” como locução conjuncional condicional. Tendo em vista a proposta de Meillet (1912) sobre a emergência das conjunções e a relação existente entre as mesmas e o processo de GR, e também as ocorrências de “no caso de” como locução adverbial conectiva, admitimos aqui que estamos sim diante de um caso de gramaticalização, haja vista a crescente abstratização da expressão “no caso de (que)” em direção ao domínio textual na articulação de orações circunstanciais.

Seguem, abaixo, alguns exemplos de “no caso de que” como locução conjuncional de valor condicional:

- (15) E apontou na direção da cruz. Era seu irmão e dizem que meu pai. Pois bem, peço-lhe por ele que me fale com franqueza! Se sabe alguma coisa dos meus antepassados e do meu nascimento, conte-me tudo! Juro-lhe que lhe ficarei reconhecido por isso! Ou, quem sabe? serei tão desprezível a seus olhos, que nem sequer li e mereça tão miserável prova de confiança.. - Não! não! ao contrário, meu amigo! Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha, no caso de que isso tivesse lugar. E só peço a Deus que lhe depare a ela um marido possuidor das suas boas qualidades e do seu saber; creia, porém, que eu, como bom pai, não devo, de forma alguma, consentir em semelhante união. Cometeria um crime se assim procedesse.. - Com certeza há parentesco de irmão entre ela e eu! (18:Azevedo:Mulato)
- (16) Até hoje, nem por distração, receb um olhar dela. Longe de me desagradar esta indiferença, dou-me por feliz em achar tamanha discrição numa idade em que geralmente as moças gostam de ser admiradas e requestadas. Sei que não sou amado, mas não acho impossível vir a sê-lo. Seria porém impossível se continuasse a situação em que ambos nos achamos. Como saberia ela que eu a adoro, se nem suspeita que eu existo? Depois de refletir muito neste assunto, tive a idéia de vir pedir-lhe a mão de sua filha, e **no caso de que o senhor não me achasse indigno dela, pediria para ser apresentado à sua família,** caso este em que eu poderia saber se realmente.. - Paremos aqui, interrompeu Rodrigo. O senhor pede-me uma cousa singular; pelo menos não conheço semelhantes usos. Estimaria muito que o senhor fosse feliz, mas não me presto a isso.. por semelhante modo. Adolfo insistiu no pedido; mas o pai de Miloca cortou a conversa levantando-se e estendendo a mão ao pretendente. - Não lhe quero mal (18:Machado:Miloca)
- (17) seu número de 8 do mês passado, um ofício do vice-rei da Índia ao Conde Granville, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins, pareceu-me interessante transcrever esse documento: À S. Ex.^a. o Sr. Conde Granville, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Calcutá, 13 de agosto de 1883. Senhor Conde Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado Secretário de Estado das Colônias dou conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença a V. Ex.^a para resumi-los aqui, no caso de que o governo de Sua Majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado, ou vai sê-lo. Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Ex.^a que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé. (18:Machado:Balas)

Nos exemplos anteriores, a expressão “no caso de que” é usada como locução conjuncional de valor condicional. Em (15), a locução conjuncional “no caso de que” estabelece a relação semântica de condição entre as orações “Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha” e “isso tivesse lugar”, em que a realização do que está expresso na oração principal depende da realização do que aparece na subordinada. O mesmo ocorre em (16) e (17), em que a locução conjuncional “no caso de que” atua como uma conjunção condicional. Outra observação importante é que o uso de “no caso de que” tende a levar o verbo da oração subordinada para o modo subjuntivo.

Outro aspecto que sustenta essa interpretação é o fato de poder substituir a locução conjuncional “no caso de que” pela conjunção condicional prototípica “se”, sem afetar a gramaticalidade das orações e a relação de condicionalidade das mesmas.

2.2.5. Os usos de “no caso de (que)” como introdutor de tópico⁷

Nesta seção, apresentaremos alguns dados em que a expressão “no caso de (que)” parece se comportar como “introdutor de tópico” (algo sobre o que se fala). Primeiramente, teceremos algumas considerações do que vem a ser tópico.

Para definir o conceito de tópico, Jubran (2006) utiliza as noções de *centração* e a *organicidade* como suas propriedades particularizadoras. De acordo com a autora, os traços que caracterizam a centração permitem ao analista reconhecer e recortar os segmentos tópicos de um texto falado/escrito. Tais segmentos, que são identificáveis pelo princípio da *centração*, podem ser delimitados por marcas linguístico-discursivas de arbetura e fechamento de tópicos (JUBRAN, 2006, p. 119).

Em se tratando dessas marcas de delimitação de tópicos, Jubran (2006, p. 112) apresenta alguns exemplos de elementos que introduzem tópicos, como: *agora, então, realmente, depois, depois disso, ainda agora, e, e aí, e às vezes, e tem outro problema, e ainda outra coisa, e ainda mais porque, e tem mais, e depois, então, mas*. No que diz respeito à organização tópica, esse tipo de marcador estabelece aberturas, encaminhamentos, retomadas e finalização de tópicos (JUBRAN, 2006, p. 112).

Sobre a organização tópica da conversação, Koch (2010) esclarece que, ao falar-se, fala-se de alguma coisa. Nesse caso, os interlocutores têm sua atenção centrada em um

⁷ A questão de topicidade, neste capítulo, foi tratada com base nos fundamentos teóricos que emergem da Pragmática, da Linguística Textual e da Análise da Conversação, que por estudar o funcionamento da língua no contexto de uso, em nada invalida a nossa proposta adotada neste trabalho.

ou mais assuntos, que vão sendo organizados durante a atividade comunicativa. Na conclusão de Koch (2010, p. 81), “tópico é, portanto, aquilo sobre o que se fala”. Em vista do exposto, acreditamos que a expressão “no caso de (que)”, em função de suas similaridades funcionais, pode atuar também como introdutor de tópico, justamente porque opera na organização do texto falado/escrito, indicando o assunto a ser discutido.

Vejamos alguns exemplos de “no caso de (que)” como introdutor de tópico:

- (18) Mas, ainda que o filme se passe no passado, na congada final você vê que tem Volkswagen na praça, tem o presente na praça. Então, a eternidade daquela festa, de alguma maneira, mesmo que bem dissimulada, mantém viva essa idéia de permanência de tempos alternados, simultâneos num mesmo quadro, embora o filme não tenha essa relação estrutural como dramaturgia. Porque eu falo de tempo como dramaturgia. **No caso de Inocência**, que é uma história tão bem contada, um libreto (de Visconde de Taunay) com absoluta clareza, mesmo de uma forma totalmente arrevezada, o filme, que não era uma narrativa circular, acabou sendo, porque tudo acontece enquanto Inocência delira. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- (19) Se percebia que tinha obtido algum sucesso, esforçava-se em reiterar os encontros nos cinemas, nos bondes, nas estações, e, na ocasião propícia, pespegava-lhe a carta fatal. Isto tudo era feito com muita calma e discernimento, pacientemente, sem ser perturbado em nenhum movimento de impaciência ou arrebatamento. Se a moça ou a senhora aceitava-lhe os galanteios e as cartas, ele tinha o final como certo; se não, ele não perdia tempo, abandonava os esforços preliminares e esperava que outra mais suasória aparecesse. **No caso de Clara**, ele não estava disposto a acreditar que se houvesse dado a primeira hipótese, porquanto lhe davam certeza disso o embevecimento com que o ouvira cantar, na noite da festa dos anos dela, e a insistência que mostrara em vir falar com ele, quando lhe foi à casa do pai pela segunda e última vez. (19:Fic:Br:Barreto:Clara)
- (20) O aprendizado deve ter sido rápido, de vez que se anunciam cifras precisas e vultosas, ainda que uma parte dos gastos deva ser assumida pelos estados e municípios. Não é isto, no entanto, o mais importante. O ministro concorda com o deputado Alexandre Cardoso, segundo quem as faculdades de Medicina devem mudar os seus currículos, para restabelecerem a relação entre os médicos e os pacientes, substituída pela relação entre os pacientes e as máquinas. Cardoso tem impressionantes estatísticas sobre o desperdício que representam os pedidos de exames desnecessários. **No caso de radiografias do torax e do crânio**, requisitadas em dois dos melhores hospitais públicos do Rio de Janeiro, ocorreu a constatação de normalidade em 84% e 92% dos casos. Escreve ele: "A deficiente formação médica, os baixos salários e a elitização do treinamento profissional aumentaram de forma assustadora o custo do tratamento, já que grande parte dos pedidos de exames são feitos para dar rapidez ou se ver livre do doente" (19N:Br:Cur)

No exemplo (18), podemos observar que “o filme” é tratado de uma forma abrangente no enunciado. A partir da expressão “no caso de”, vemos, então, a entrada de um novo (sub)tópico – “Inocência” – que marca a contração do tópico (A) para (B), apesar de “Inocência” ser uma espécie particular/especial de “filme”. A mudança tópico

se dá, no caso, por não haver menção desse caso específico – “Inocência” – anteriormente no texto. O mesmo acontece no exemplo (19), que o (sub)tópico “Clara” é anunciado no texto por meio da expressão “no caso de”, sem nenhuma referência anterior ao assunto. Trata-se de um assunto “novo”, podendo, com facilidade, ser parafraseado por “*Quanto à/Com relação à Clara...*”, em vez de “*No caso de Clara...*”.

O que acontece em (20) não é diferente. A marca de “tópico” (radiografias do tórax e do crânio), introduzida por “no caso de”, registra a delimitação de um assunto (exame) que fora mencionado antes, e na sequência do enunciado vê-se, posteriormente, que o “subtópico” (exames) é retomado, porém, sem a presença delimitada de quaisquer exames específicos, nem antes nem depois do momento em que “radiografias do tórax e do crânio” é mencionado. Isso constitui, para nós, uma evidência de que a expressão “no caso de” funciona, nesse exemplo, como introdutor de tópico, além de ser substituível por “*Quanto a/Com relação a radiografias do tórax e do crânio...*”.

2.3. Ambiguidade nos usos de “no caso de”

Outra observação importante a se fazer é quanto aos usos ambíguos ou polissêmicos presentes nesse tipo de construção, que apontam para a existência de um processo gradual de mudança da estrutura composicional, como em (21) e (22):

- (21) Por que não fazer o exame? Seria uma precaução. Foi só quando ele me disse, com o resultado da ressonância magnética numa das mãos, que era inoperável (os estragos podiam ser ainda maiores **no caso de** uma cirurgia; era muito arriscado, devia ficar em observação, ver até onde podíamos levar aquele quadro), que tive pela primeira vez a idéia de ir atrás da única testemunha, a mulher que tinha sido entrevistada pelos jornais da época e cuja história passei a minha vida ouvindo - o que me irritava - desde a morte do meu pai e do meu irmão no acidente, a mesma que depois passaria a me perseguir, minha sombra, a última testemunha de mim mesmo. (19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)
- (22) As compras são realizadas em feiras específicas em os Estados Unidos e Europa e junto a representantes de mercadorias de o Oriente. Atualmente, elas recebem catálogos com lançamentos e também compram de importadores brasileiros. Apesar de pouco explorado, o mercado de quinquilharias importadas não é para qualquer um. Além de conhecimentos de os trâmites de a importação, o empreendedor deve ter capital suficiente para montar uma loja relativamente sofisticada afinal, são produtos destinados a classe média e alta e bancar transações de longo prazo, **no caso de** importações diretas de o exterior. Uma compra de produtos de o Oriente chega a demorar seis meses, diz Bittencourt. Já compramos mercadoria que só vai chegar a as nossas lojas em maio, afirma. Perla estima em US\$ 150 mil fora o ponto o investimento mínimo para montar uma casa de o gênero. Ela tinha 24 anos quando se casou em 12 de setembro de 1953 com o então senador John Fitzgerald Kennedy, de 36 anos. A cerimônia foi celebrada por o cardeal Richard Cushing. (19N:Br:Folha)

Nos exemplos (21) e (22), a expressão “no caso de” em destaque parece nos dar margem para fazermos duas possíveis leituras, que são: ora exemplificador, ora locução adverbial conectiva. Notemos que em (21), o núcleo “caso” mantém resquícios de uma palavra mais concreta, visto que aponta para outro léxico: “cirurgia”. Nesse caso, a palavra “cirurgia” pode constituir um exemplo de “algo” que não deveria ser realizado pelo autor desse texto. Em contrapartida, lê-se que “se houvesse cirurgia, as consequências (estragos) seriam ainda piores”. O exemplo (22) parece registrar uma confusão ainda maior, pois ao mesmo tempo em que as “importações diretas de o exterior” marcam um caso particular, que não são do “interior”, por exemplo, elas também podem, implicitamente, marcar a seguinte condição: “O empreendedor montará uma loja com importações diretas do exterior, se tiver capital para isso”.

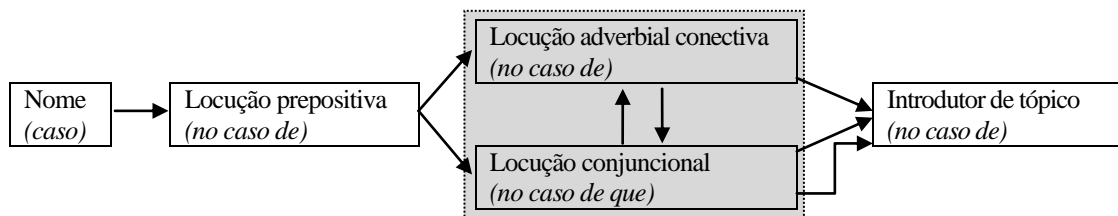
Em vista dos exemplos discutidos nessa seção, verificamos, conforme Sweetser (1991), que os usos de ambiguidade e polissemia se projetam entre um domínio cognitivo e outro, o que reafirma o processo gradual da mudança e também confirma a importância do contexto (inferência) no desenvolvimento de novas expressões linguísticas. A autora, assim como Traugott e König (1991), aposta no ganho de significados no processo de GR, em detrimento das perdas morfossintáticas e semânticas desse tipo de mudança linguística. A nossa intenção, ao listarmos casos de ambiguidade da expressão “no caso de”, é apenas ressaltar o processo gradual de mudança da locução em questão, em um sentido unidirecional [do léxico para a gramática], com usos que comungam traços tanto de um estágio A quanto de um estágio de B de mudança linguística. Em outros termos, os dados analisados aqui mostram que o processo de GR não ocorre de forma repentina, mas sim gradual, em que a nova forma tende a conviver com a forma mais antiga na língua, até ser substituída ou não pela forma mais produtiva em termos funcionais.

2.4. Considerações parciais

Em se tratando dos usos de “no caso de (que)” como locução prepositiva (exemplificador), locução adverbial conectiva, locução conjuncional e introdutor de tópico, observamos, conforme já foi discutido, que a construção em estudo assume, a cada novo uso, uma função ainda mais gramatical (como por exemplo, a locução conjuncional de valor condicional), em direção ao domínio textual da língua. Pela análise dos dados, foi possível verificar também que a mudança linguística de “no caso de” se desenvolve em uma única direção [do léxico para a gramática: do nome para

conjunção], fato este que vai ao encontro das observações de Heine et alii (1991), Traugott (1982), Traugott e König (1991), Hopper e Traugott (1993) e Bybee (2003).

O *continuum*, abaixo, ilustra a trajetória de GR de “no caso de (que)”:



O *continuum* de GR acima mostra que, além de o processo de mudança ser gradual e unidirecional, com aumento constante de abstratização (em termos semânticos) e gramaticalidade, a construção “no caso de” atua também na esfera pragmática/discursiva/interacional, na introdução de tópico discursivo (sobre o que se fala), organizando, pois, o fluxo de informação durante o processo de comunicação. Nesse caso, observamos que, ao mesmo tempo em que se gramaticaliza no português brasileiro, a expressão “no caso de (que)” envolve não somente “perdas” semânticas como também ganhos de expressividade/ discursividade no domínio pragmático.

Conforme o *continuum* de GR proposto acima, a partir da análise dos dados do português brasileiro, pode-se verificar que o uso de “no caso de” como locução prepositiva constitui um tipo de transição para dois outros usos que são bastante produtivos no português (locução adverbial conectiva e locução conjuncional condicional), principalmente o de locução adverbial conectiva, que é o mais frequente no *corpus* analisado. Apesar de atuarem na articulação de orações, não foi possível averiguar qual dos dois usos emerge primeiro na língua (se é o uso como locução conectiva adverbial ou se é o uso como locução conjuncional de valor condicional). São usos que se diferenciam, mas que se aproximam em termos de funcionalidade. Já o uso de “no caso de” como introdutor de tópico é o mais gramaticalizado, no entanto, sua origem na escala de gramaticalização também é um pouco difusa (como se vê acima).

Tendo demonstrado que a construção “no caso de (que)” pode desempenhar diferentes funções no português brasileiro, o que aponta para um processo de mudança em curso, passamos, a partir de agora, a discutir mais especificamente os usos de “no caso de” como locução adverbial conectiva e “no caso de que” como locução conjuncional, classificados aqui como usos mais gramaticalizados, com vistas a mostrar que a construção “no caso de (que)” está se especializando na função conectiva.

CAPÍTULO 3

AS LOCUÇÕES CONJUNCIONAIS NO PORTUGUÊS

3.1. Introdução

Em seus estudos, Meillet (1912) já expunha a emergência das conjunções e que essa classe de palavras passou por muitas renovações, o que nos permite dizer, numa perspectiva funcionalista, que os casos de formação de locuções conjuncionais nas línguas são verificados a partir de processos de GR (conforme discutido no capítulo anterior). De acordo com H. Paul (1886), as conjunções nascem a partir de mudanças sofridas por palavras autônomas. É a partir do contexto discursivo que surgem, então, a necessidade de se criar novas conjunções resultando em processos de GR, os quais se dão, principalmente, por mudança de categoria. Nesse caso, palavras de diferentes categorias passaram a funcionar como conjunções e em certos momentos juntaram-se à partícula “que”, formando locuções, isto desde os tempos do latim vulgar.

Na história das línguas observa-se, segundo Meillet (1912), que as conjunções foram submetidas a constantes mudanças e também ao desaparecimento progressivo de suas formas. Conforme o autor, o comportamento de renovação das conjunções consiste em aproveitar formas do repertório da língua e atribuir a elas a função de conectivo. Um exemplo desse tipo de renovação no processo de formação do latim para o português é a conjunção adversativa “mas” que tem sua origem no advérbio latino “magis”.

Devido a esse processo de emergência de novas formas (novas funções), fato, aliás, de grande interesse do funcionalismo, é que vem se ampliando os estudos sobre as construções perifrásticas no português brasileiro. É certo que há uma maior concentração de estudos nas construções *estar + gerúndio*, *ter + participio*, *vir + gerúndio*. Entretanto, por conta das mudanças e alterações principalmente de ordem sintático-semântica de itens lexicais plenos que passam a funções mais gramaticais, o interesse por esse tipo de construção se torna mais eminente e por isso surgem propostas de trabalhos de outras locuções, como no caso deste trabalho, cuja proposta é verificar a formação da construção “no caso de (que)” e buscar entender os vários contextos que a propiciam, bem como analisar a sua relação com o nome “caso”.

A esse respeito, Santos (2008, p. 16) assinala que “historicamente, o processo de gramaticalização permite que determinados itens lexicais passem a exercer função gramatical na sentença e, durante esse processo, acabam trazendo consigo algum traço semântico lexical de seu uso como [elemento] pleno”, a que Hopper (1991) chama de persistência (que consiste na preservação de traços semânticos da forma base). Nesse sentido, para entender o processo de constituição da locução “no caso de (que)”, analisamos também os elementos constituintes (a palavra ‘caso’).

Em vista do exposto, propõe-se neste capítulo discorrer sobre o processo de formação das locuções conjuncionais de base nominal, verbal, adverbial e prepositiva. Na sequência, discutiremos sobre a formação das locuções como um processo de inovação linguística no português brasileiro. Iniciamos este capítulo com considerações traçadas a respeito das locuções conjuncionais no português e a relação existente entre as mesmas e a GR. Tratamos ainda, com vista em outros estudos, de valores expressos por conjunções desde o latim, além da transformação pela qual vem passando o quadro de conjunções. Em seguida, discorreremos sobre a formação de locuções conjuncionais no parecer de algumas Gramáticas Normativas e da Gramática de Usos de Neves (1999).

3.2. As locuções conjuncionais no português

A formação de locuções conjuncionais é um processo que pode acontecer na língua a qualquer momento a partir da combinação de palavras de diferentes categorias (nome, verbo, advérbio e preposição) com a partícula “que” (em geral). Porém, há locuções como “no caso de” de função conectiva constituídas sem a palavra “que”.

A multifuncionalidade das conjunções é atestada já no latim clássico, no qual havia um conjunto bastante vasto de palavras dessa categoria, mas poucas, desse conjunto, permaneceram nas línguas românicas (português, espanhol, italiano, francês, etc). A partir desse momento surgiram novas conjunções e passou-se a usar a partícula “quod”, que se tornou a principal conjunção subordinativa nas línguas românicas.

Sobre esse aspecto, historiadores da língua portuguesa, como Bueno (1967) e Câmara Jr (1975) afirmam que a formação do português foi caracterizada pelo abandono de grande parte das conjunções latinas, permanecendo apenas *e (et)*, *ou (aut)*, *nem (nec)*, *quando*, *se (si)*, *como* e *que*. A língua, nesse percurso histórico, recorreu, segundo Longhin-Thomazi (2004), a processos de GR, em que palavras de categorias

diferentes passaram à função de conjunção, e advérbios e preposições se juntaram à partícula “que”, formando perífrases.

Durante muito tempo, desde Meillet (1912), aceitava-se a noção de perda de traços semânticos na GR. Embora haja sustentação desta hipótese por vários autores, como Heine e Reh (1984), outros estudiosos da GR, como Hopper e Traugott (1993) e Bybee et al. (1994), concordam que as transformações semânticas que acompanham a GR são guiadas por dois processos distintos, mas que se complementam, a saber, a transferência metafórica que se baseia no significado que vai de um domínio cognitivo mais concreto para um mais abstrato, e a transferência metonímica que consiste na mudança gradativa e contínua de significados, por meio de reinterpretação via contexto. Esses fatores são observados na construção de locuções conjuncionais como no trabalho de Longhin-Thomazi (2006) sobre a perífrase conjuncional “logo que”. De acordo com a autora, a palavra “logo” juntou-se à partícula “que”, ambas com valor temporal, resultando em uma mudança de categoria adverbial para conjuncional, o que confirma caso de GR. Tendo por base a mudança de categoria no processo de GR e as estratégias de caráter metafórico que envolve a abstratização do termo, consideramos que a locução “no caso de (que)” se apresenta como um caso de GR em curso.

Em geral, a conjunção (e a locução conjuncional) é descrita como um elemento coesivo que estabelece algum tipo de relação semântica entre termos ou orações. Nesse sentido, o processo de mudança linguística que resulta no surgimento de novos elementos conectivos, como aponta Neves (1998), tem sua motivação nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas. Desta forma, consideramos a expressão “no caso de (que)”, como uma nova maneira de sinalizar a condicionalidade no português brasileiro, buscando comprovar que a GR está associada às motivações semântico-pragmáticas que acompanham o processo de mudança da expressão desde o seu valor lexical até a sua forma mais gramatical.

Dessa forma, é pertinente dizer que a formação de locuções conjuncionais se dá, muitas vezes, por resultados de GR. Sobre esse tipo de formação, podemos falar que se trata de um caso de inovação linguística, em que dois ou mais elementos se juntam para gerar uma nova unidade gramatical, ou seja, um novo item conjuncional (que oferece outras possibilidades de combinação/articulação de orações e restrições gramaticais).

Seron (2007), sobre a formação da perífrase conjuncional “desde que” traz considerações importantes sobre o uso das conjunções desde o latim clássico. A autora

afirma que a união das orações por subordinação era mais comum do que por coordenação e que por isso o quadro de conjunções subordinativas era bastante rico. Essas orações subordinadas faziam uso de várias conjunções para expressar valores:

1. Condicionais: *si* (se); *sin* (mas se); *siue* (seja que); *nisi, ni* (se não, a não ser que); *dum, modo, dummodo* (contanto que);
2. causais: *cum* (como); *quod, quia, quoniam* (porque); *quando, quoniam* (visto que); *siquidem, quandoquidem* (visto que);
3. consecutivas: *ut non, quin* (de tal modo que não); *ut, uti* (de tal modo que);
4. finais: *ut, uti, quo* (para que); *ne* (para que não);
5. concessivas: *quamquam, etsi, tametsi, cum, ut* (ainda que); *quamuis, licet* (posto que, embora); *etiamsi* (ainda quando);
6. comparativas: *ac, atque* (como, assim como); *quam* (do que); *tamquam si, ut si, uelut si, quase, proinde ac si, proinde quasi* (como se); *ut, uti, sicut, sicuti, tam quam, uelut, ueluti* (como, assim como); *potius quam* (antes que);
7. temporais: *cum, ubi* (quando); *dum, donec, quoad* (enquanto até que); *antequam, priusquam* (antes que); *ut, ut primum, ubi, ubi primum, cum primum, simul ut, simulac, simulaque* (logo que); *postquam* (depois que).

(ALMEIDA e FIGUEIREDO, [sd], p. 130-3, apud SERON, 2007, p. 109).

De acordo com Seron (2007), o latim vulgar eliminou muitas das conjunções clássicas, e, segundo Maurer (1959), o latim vulgar fazia mais uso da parataxe. Dentre as conjunções que persistiram, do latim clássico, está a conjunção *si* de valor condicional, como se pode encontrar nas línguas românicas.

Ainda que o foco deste estudo seja o estudo sincrônico da construção “no caso de (que)”, julgamos pertinente elucidar os aspectos linguísticos relacionados ao quadro de conjunções do latim e o seu percurso de evolução na língua, como forma de oferecer subsídios teóricos para a devida descrição e compreensão do funcionamento dos elementos conectivos e locuções conjuncionais no português brasileiro.

A palavra “caso”, por exemplo, comumente utilizada como conjunção condicional no português brasileiro não figurava no quadro de conjunções subordinativas condicionais do latim, o que mostra que “caso” está se gramaticalizando. Isso se torna mais nítido a partir do momento que se analisa o processo de constituição da locução “no caso de (que)” no qual a palavra “caso” é nuclear.

Verificamos, ainda, na Gramática Latina de Almeida (1987, p. 362) que “a [oração] subordinada condicional inicia-se em português por *se, salvo se, exceto se, contanto que, com tal que, etc*”. Em latim, de acordo com Almeida, inicia-se por:

Si – se

Si autem, sina utem – mas se, se porém

Ni, nisi – se não, senão, exceto se, a não ser que

Si (sin) minus, sin aliter – se não, caso contrário

Dum, modo, dummodo – contanto que

Segundo o autor, no período composto conhecido como hipotético há a *prótase* (subordinada condicional) e a *apódase* (oração principal). A esse respeito, Almeida (1987) acrescenta que existem três tipos de períodos hipotéticos de acordo com o sentido: hipótese *real, possível* ou *irreal*. No primeiro caso, o verbo da condicional fica no indicativo e o da principal no indicativo, no imperativo ou no subjuntivo exortativo, optativo, como acontece no português, conforme exemplos do próprio autor:

Quadro 04. Prótase e Apódase

PRÓTASE (indicativo)	APÓDOSE
<i>Si homo es</i> Se homem és	<i>vive ut homo</i> vive como homem
<i>Si vis pacem</i> Se queres a paz	<i>para bellum</i> prepara a guerra

Fonte: Almeida (1987)

Na hipótese possível (sentido de realização possível), o exemplo a seguir marca condicionalidade com a palavra *caso*. O verbo, no entanto, aparece no subjuntivo. Já na oração principal, verifica a marca de futuro do indicativo:

* *Si Hannibal ad Urbem ire pergat, te ex Africa arcessemus*. Almeida (1987, p. 364).

Caso Aníbal continue a marchar em direção a Roma, nós te chamaremos da África.

Quando a hipótese é irreal (possível ou impossível), o verbo da oração condicional aparece no subjuntivo (no caso, o tempo verbal é em geral o passado imperfeito), conforme exemplo de Almeida (1987, p. 364):

**Si possem - facerem*

Se eu pudesse – faria

De acordo com a Gramática Histórica de Coutinho (1977), o português herdou poucas conjunções do latim, como já observado anteriormente. Das conjunções subordinativas remanescentes no português, o autor registra apenas as seguintes:

Que < quid

Se < si

Ca (arc.) < quam (comparativa)

Ca (arc.) < qua por quia (causal)

Como < quomo < quomodo

Quando < quando

Pelas descrições e exemplos vistos até aqui, notamos que a principal conjunção subordinativa latina de valor condicional é o *si = (se)* e que a preferência pelo uso desta condicional se estende até o português contemporâneo. Por meio de Coutinho (1977), vemos que a língua portuguesa recorreu a outras classes de palavras para suprir a deficiência de conjunções, sobretudo – advérbios e preposições, dando-lhes função conjuncional, como: *todavia, também, para que, depois que, etc.*

3.2.1. As locuções conjuncionais de base nominal

A constituição de locuções conjuncionais se baseia na junção de uma palavra variável, que pode ser de qualquer classe de palavras, mais o elemento “que”. Autores como Hagège (2001) e Heine e Kuteva (2007) consideram que os mais importantes canais de derivação são de natureza nominal, verbal e adverbial. Os autores defendem que no canal nominal, nomes de sentido genérico (espacial, temporal ou modal) tendem a dar lugar a conjunções, por meio de processos históricos unidirecionais, como aconteceu com a palavra “*while*”, do inglês, na alteração Tempo > Concessão.

De acordo com Kortmann (1997), núcleos nominais de orações relativas se desenvolvem em jutores temporais, que podem dar lugar a jutores causais, condicionais e contrastivos, como é o caso da construção com “hora”, que é investigado

por Longhin-Thomazi (2011) sobre a derivação “na hora que” e reanalisada como perífrase conjuncional (de valor temporal).

Na moderna Gramática Portuguesa, Bechara (2006) trata desse tipo de formação com a descrição “locução verbal”, sendo classificada como uma “combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama principal”, como por exemplo: “*estou estudando*”, “*tenho estudado*”. Essas locuções, no caso locuções verbais, podem ou não aparecer seguidas de preposições; o que vai determinar o emprego da categoria ou sua omissão é o uso, de acordo com Bechara (2006, p. 230). Ao falar da determinação do uso, podemos inferir aqui a ideia de Hopper (1991), de uma gramática emergente, cuja interpretação se faz a partir de contextos adequados, e é motivada pelas necessidades comunicativas.

Quanto às orações com locuções conjuntivas, Bechara (2006, p. 324) diz que:

A oração transposta a substantivo pela conjunção *que*, de acordo com a função sintática que exerce em relação ao núcleo verbal da oração chamada “principal”, pode receber um índice funcional representado por uma preposição. Se exerce função de sujeito, objeto direto, predicativo, não precisará deste índice funcional.

A partir da citação acima, Bechara (2006, p.324) lista os seguintes exemplos:

Parece [que vai chover].

Esperamos [que cheguem cedo].

A verdade é [que todos se saíram bem].

Destarte, quando a função é de objeto indireto, por exemplo, a conjunção “*que*” virá quase sempre precedida de preposição:

Ela dedicava seu cuidado [a que o filho tivesse boa educação].

Tenho esperança [[de] que vou passar no exame].

Em Cegalla (2005), encontramos apenas algumas citações de locuções conjuncionais de base nominal, quais sejam: *à medida que*, *a fim de que*, etc.

Luft (2002, p. 191), por sua vez, define “locução conjuntiva” como duas ou mais palavras gramaticais com função de conectivo conjuncional, geralmente terminado em “*que*”. Segundo o autor, temos a seguinte classificação:

- causais: *visto que, uma vez que, dado que;*
- comparativas: *tal como, do que, que nem;*
- concessivas: *ainda que, mesmo que, por mais/menos (muito/pouco) que, se bem que;*
- condicionais: *a não ser que, a menos que, exceto se;*
- consecutivas: *de sorte (forma, modo) que, sem que (= quando);*
- finais: *a fim de que, para que, por que (também escrito porque);*
- proposicionais: *à proporção que (medida que);*
- temporais: *logo que, assim que, (tão) logo que, antes/depois que, desde que, etc.*

Cunha e Cintra (2007, p. 504) ainda mencionam uma “polissemia conjuncional”, ao dizerem que:

Algumas conjunções subordinativas (que, como, porque, se, etc.) podem pertencer a mais de uma classe. Sendo assim, o seu valor está condicionado ao contexto em que se inserem, nem sempre isento de ambiguidades, pois que há circunstâncias fronteiriças: a condição da concessão, o fim da consequência, etc.

Como visto até aqui, pela análise dos exemplos, podemos notar que em todas as gramáticas tradicionais consultadas fala-se em junção de palavras variáveis para a formação de locuções, sejam elas de caráter verbal, conjuntiva, preposicional ou adverbial. Achou-se por bem, neste tópico, trazer estas considerações a respeito destas formações para descrevermos as marcas convergentes nas diferentes fontes mencionadas. No que tange à formação de perífrase conjuncional, todos os autores esclarecem sucintamente que a composição de palavras desse tipo de locução se faz com o elemento “que” final. Constatamos que é somente no uso que se pode buscar uma caracterização semântica e uma definição funcional para esse tipo de formação.

Como observado por Longhin-Thomazi (2011), em seu estudo sobre a construção perifrástica “na hora que”, o quadro de conjunções no português brasileiro vem se estendendo. Esse tipo de fenômeno, segundo a autora, tem se tornado comum no uso das línguas, em que, palavras de categorias diferentes dão lugar a conjunções, marcando um processo característico de unidirecionalidade, como é o caso do termo “hora” com sentido de nome genérico, que sofre alteração gramatical na sua formação de perífrase conjuncional, conforme analisado pela pesquisadora. Outros casos de construção de *nome* + “que”, na formação de perífrase conjuncional, podem ser averiguados em “a fim de que”, “uma vez que”, “de modo que”, e conseqüentemente

“no caso de que”, sendo que este último, que constitui o foco deste trabalho, tem núcleo nominal, mas integra uma locução conjuncional de valor mais gramatical (distanciando-se do campo lexical, nocional), já que aparecem mais abstratizados com marcas evidentes de polissemia. Na sequência desta seção veremos, também, casos de construções conjuntivas de base verbal, adverbial e prepositiva.

3.2.2. As locuções conjuncionais de base verbal

Além dos casos de locuções conjuncionais de núcleo nominal, o português brasileiro também dispõe de locuções conjuncionais de base verbal com particípio, como por exemplo, a locução “dado que”, que surge da combinação do verbo “dar” no particípio mais a partícula “que”, conforme destaca Link e Mazocco (2011, p. 1061). Outros exemplos desse tipo de formação são “posto que” e “visto que”, entendidos também como locuções de base verbal. Tratados como “locução verbal” em muitos materiais didáticos, tem-se o esclarecimento de que se trata de uma formação do verbo auxiliar mais um principal na formação nominal. Nos estudos linguísticos, os termos “locução conjuncional” e “perífrase conjuncional” são tratados como intercambiáveis, razão pela qual, nesta pesquisa, os referidos termos serão considerados sinônimos.

Quanto à composição da locução conjuncional “dado que”, Link e Mazocco (2011, p. 1069) observaram que essa forma participial ganhou outros sentidos com o passar do tempo, e com esta ampliação de usos polissêmicos, o particípio “dado” se gramaticalizou a partir do século XIX, de acordo com os resultados parciais dessa pesquisa [dos autores], que traz o exemplo abaixo no sentido explicativo-causativo:

*Os pesquisadores destacam que o benefício independe do teor etílico, **dado que** o efeito positivo do sumo de cevada se faz notar também no consumo das versões em álcool.*

Vemos no exemplo acima que o verbo “dar” encontra-se distante de seu significado pleno, uma marca, aliás, que corresponde à trajetória de um processo de GR. No que diz respeito à expressão “dado que”, a partir dos conceitos de Hopper e Traugott (1993), nota-se que o item lexical “dar” assumiu características gramaticais no uso, tornando-se um marcador de ligação entre orações, e conseqüentemente passando ao emprego de um item em situação de dependência no interior de orações subordinadas.

3.2.3. As locuções conjuncionais de base adverbial

No processo de formação das locuções conjuncionais de base adverbial, em geral, verificamos a presença de elementos que marcam tempo, como “logo”, “sempre”, “agora” e “já”, que unidos à partícula “que”, passam a exercer papel de conjunção. De acordo com Hermann Paul (1886), as locuções adverbiais derivam de advérbios que já ligavam orações antes de se tornarem conjunções puras. Historiadores da língua, como Bueno (1967), Câmara (1975) reconhecem que por uma necessidade comunicativa, a língua recorre, como já dito, à estratégia que consiste na combinação de advérbio + *que*; preposição + *que*; particípio + *que*; preposição + nome + *que*.

As formações de “logo que” e “já que”, por exemplo, foram analisadas por Longhin-Thomazi (2004), que confirmou, em dados históricos do português, a ocorrência de um processo de GR, uma vez que as palavras “logo” e “já” têm um sentido mais concreto de tempo, mas ao unirem-se à palavra “que”, passaram a formar locuções conjuncionais, portanto, mais gramaticais por terem o papel de ligar orações.

Bechara (2006, p. 288), sobre o assunto, diz que alguns advérbios precedem o transpositor “que” para marcar a circunstância, formando o que a gramática tradicional chama de locuções conjuntivas adverbiais. Segundo o autor, esse grupo de palavras funciona por hipotaxe, daí o efeito de conjunção em orações como: “***Agora que tudo serenou, podemos retornar***”. “***Sabíamos que ele estava errado sempre que gaguejava***”. “***Já que não me responde, sinto-me desobrigado de convidá-lo***”.

Cunha e Cintra (2007, p. 558), por sua vez, definem como locução adverbial o conjunto de duas ou mais palavras que funciona como advérbio, mas não trazem nenhuma informação a respeito da formação advérbio + *que* para a constituição de locução. Os autores acrescentam, porém, que, de regra, as locuções adverbiais formam-se da associação de uma preposição com um substantivo, com um adjetivo ou com o próprio advérbio, como nos exemplos que seguem, extraídos dos autores:

Fernanda sorriu em silêncio. (É. Verríssimo, LS, 133).

Sorrindo mais, obedeceu de novo. (Ferreira de Castro, O.C. I, 4).

Vou começar por aqui! (M. da Fonseca, SV, 133).

Os autores ainda acrescentam que há formações mais complexas, como:

De onde em onde, para, sussurra frases incompletas. (M. da Fonseca, SV, 209).

Assim como os advérbios, as locuções adverbiais se classificam em afirmação (ou dúvida): *com certeza, sem dúvida*; intensidade: *de muito, de pouco*; lugar: *de longe, de perto*; modo: *à vontade, às claras*; negação: *de forma alguma, de modo nenhum* e tempo: *à noite, à tarde*. (CUNHA e CINTRA, 2007, p. 559).

Para Luft (2002, p. 184), a locução ou sintagma adverbial (SAdv) apresenta estruturas com *Preposição + Sintagma Substantivo* (que pode ser um substantivo simples) ou *Sintagma Adverbial*, isto é, sintagmas preposicionais em que a preposição pode estar elíptica ou subentendida, como em: “toda a noite = durante ou por toda a noite”; “de madrugada = no período da madrugada”; “voltou domingo = voltou no domingo”.

Comumente, as gramáticas tradicionais concordam acerca da classificação de advérbio como uma expressão que modifica o verbo e que indica uma circunstância (de lugar, tempo, modo, intensidade, condição, etc). Deste conceito, então, partem para as considerações para a definição de locução adverbial, como já foi discutido.

Neves (1999, p. 231) lista os advérbios na forma simples, como “*amplamente*” e na forma perifrástica, como “*de todo*”, “*sem dúvida*”. De acordo com Neves (1999), essas formas perifrásticas adverbiais compreendem expressões formadas por:

a) preposição + substantivo/adjetivo/advérbio

Nasce lá *por acaso*. (SM)

Juntos entreabríamos *sem pressa* os lábios. (AF)

Ficaria *por demais* ansiosa sem saber notícia. (BOI)

b) substantivo quantificado

Perdera-se *algumas vezes* na confusão das faces, umas contra as outras. (AV)

c) preposição + substantivo quantificado

Mas não vou embora sem lhe provar de *alguma maneira* minha gratidão. (BOC)

d) substantivo + preposição + substantivo

Mas era-lhe talvez, como sempre acontece nas conspirações, que, *via de regra*, conduzem o destino das celebridades. (AV)

e) substantivo/pronome quantificador + preposição + mesmo substantivo/pronome

Nós vamos chegando, *passo a passo*, da treva completa. (MEC)

Depois deixa cair *gota a gota* a informação. (FAN)

f) preposição + sintagma nominal/pronominal + preposição + sintagma nominal/pronominal

Fique você sabendo *de uma vez por todas*. (SM)

g) preposição + nome/pronome + preposição + mesmo nome/pronome

De quando em quando aparecem frases como “a noite chegou silenciosa e envolvente”. (FAN)

h) as formas verbais Há/Faz, Havia/Fazia + substantivo quantificado

Fazia muito tempo que planejava fugir. (TS)

Estou *há dois anos* parado. (VA)

Observamos, pelas descrições e exemplos de Neves (1999), que grande parte das formações perifrásticas adverbiais se constitui de preposição mais um elemento lexical, com exceção da composição por substantivo quantificado.

Acerca das funções do advérbio no português, Neves (1999) apresenta a categoria gramatical como uma classe heterogênea, considerando as diversas possibilidades de uso, como lugar que indica tempo, ou mesmo o contrário, como:

Eles chegam *daQUI* a pouco e eu os apresento a você. (OE)

Depois da sala de jantar vinha um terraço espaçoso.

Quanto às locuções conjuntivas adverbiais, Neves (1999, p. 789) esclarece que esse tipo de locução tem, normalmente, o elemento “que” como final, e que envolvem:

a) um advérbio, como *antes*, *depois*, *logo*, *assim*.

Antes que

Afonso acode ao apelo, mas Lourenço o chama *antes que* chegue à cozinha. (CHU)

Logo que

Logo que ela saiu, levantei-me e fui à janela. (B)

Sempre que

Sempre que falava, detinha-me. (BH)

Pela abordagem de Neves (1999) à função adverbial e à formação perifrástica de base adverbial, verificamos que há uma explanação mais precisa em torno das diversas funções exercidas pela categoria adverbial, suas formações e conseqüentemente pela locução conjuncional que se forma a partir de advérbio + a palavra *que*.

3.2.4. As locuções conjuncionais de base prepositiva

Conforme já discutimos, muitos são os processos de criação linguística pelos quais se unem a partícula “que” com palavras de diferentes categorias gramaticais para formar uma nova palavra ou locução conjuncional de valor mais gramatical. Tem-se evidenciado nesse tipo de formação que essas diferentes categorias abrangem as classes substantivas, verbais, adverbiais e também as de preposição + a palavra “que”, o que indiscutivelmente, passa a desempenhar função de conjunção. Seron (2007) analisa, por exemplo, a preposição “desde” e a formação “desde que”, observando que houve um crescente aumento do estatuto gramatical da preposição para conjunção, e conseqüentemente, abstração do significado na perífrase conjuncional.

Pelo que pudemos observar nas gramáticas normativas, a classe das preposições se assemelham nas definições que são apresentadas nesses materiais. Bechara (2006) define preposição como uma “unidade linguística desprovida de independência”, ou seja, não aparece, normalmente, sozinha no discurso. O autor afirma que as preposições podem ser essenciais ou acidentais, sendo estas palavras que perdem seu valor e emprego primitivos e passam à função de preposições, como é o caso de: *durante, como, conforme, feito, exceto, salvo, visto, segundo, mediante, tirante, fora, afora* etc. As essenciais, no entanto, para o autor, se tratam de termos que só aparecem na língua como preposições. Um exemplo é a preposição *desde*, além de outras como, *a*,

ante, até, com, contra, de, para, por, trás, sob, etc. Quanto às locuções prepositivas, Bechara (2006) as apresenta como um grupo de palavras que é constituído de advérbio ou locução adverbial mais uma preposição que vem a seguir.

Na descrição de Cunha e Cintra (2007), as preposições são palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, nas formas simples e compostas. Para esses gramáticos, a forma simples é expressa por um só vocábulo e as compostas formam as locuções prepositivas, sendo que o último elemento é uma preposição simples, geralmente “de”. A forma “desde”, em particular, é exemplificada pelos autores com valor de movimento em: “*Desde* o Luita ao Porto, ou seja, ao rio Cuílo, toda essa planície pode dizer-se que era uma só senzala”. (Castro Soromenho, C, 224). Também com o valor de tempo, a preposição *desde* aparece no seguinte exemplo: “*Desde* o ano passado guardara essa mágoa” (A. M. Machado, HR, 272), CUNHA e CINTRA (2007, p. 583).

Acerca das preposições *desde*, assim como quaisquer preposições de valor essencial, Bechara (2006) declara que tais palavras só podem aparecer na língua como preposições, ou seja, não aparecem com outro valor gramatical. Todavia, não é o que se observa quando a mesma preposição se junta à forma “que”. Nos exemplos de Neves (1999, p. 725), observamos o uso da preposição “desde” + “que”, tradicionalmente *locução conjuntiva*, com relações de condição e de causa, respectivamente:

A mangueira pode ser enxertada durante todo o ano, *desde que* disponha de um porta-enxerto, garfos maduros e borbulas não brotados. (AGF)

Desde que a escola nova baseia o ensino na autoridade do aluno, na sua própria experiência, na sua capacidade intelectual, não pode prescindir do auxílio da biblioteca. (BIB)

Outro exemplo é a preposição *por*, também tida como pertencente à categoria essencial, que ao formar locução prepositiva do tipo *POR + nome + preposição*, expressa relações de causa, motivo, como nos exemplos de Neves (1999, p. 708):

Eu estendi a capa no chão, *por causa do* orvalho. (CE)

De acordo com esta autora, a expressão “*por causa*” recebe “*que*” em alguns registros populares, ficando com valor de conjunção subordinativa causal *PORQUE*:

Demorei a vir, mas foi *por causa que* não queria chegar aqui com as mãos abanando. (SA)
E mais pra uma costura que eu não posso lhe contar agora, *por causa que* ainda não tenho certeza se vai dar certo. (SA)

Com esses exemplos da Gramática de usos de Neves (1999), podemos observar que mesmo as preposições tratadas comumente, como palavras essenciais ou invariáveis, podem aparecer na língua com funções diversas a depender do contexto pragmático em que as mesmas aparecem. É a partir do momento em que nos deparamos com uma nova palavra, cujo estatuto gramatical se torna maior que o anterior, falamos que está mais gramaticalizada (em processo de GR).

3.3. As locuções como um processo de inovação linguística

Vários estudos sobre as construções perifrásticas (conjuncionais) vêm sendo realizados nos estudos linguísticos. Algumas outras pesquisas sobre o fenômeno também fazem menção ao processo de GR a fim de explicar com mais detalhes o uso dessas locuções, sejam elas verbais, adverbiais, prepositivas ou conjuntivas. É o caso, por exemplo, dos estudos sobre perífrases conjuncionais de Longhin-Thomazi (2004; 2006; 2011), Galbiatti (2008), Seron (2007), Amorin (2011) e Sousa e Renck (2012).

Em sua pesquisa, Seron (2007) diz que a locução “desde que” constitui caso de GR. A autora acrescenta que outros estudos recentes confirmam que mudanças desse tipo ocorrem por razões cognitivas ou necessidades comunicativas, como por exemplo, Heine et al. (1991a) que entendem que a GR é iniciada por forças que estão fora da estrutura da língua, portanto, a motivação da mudança ocorre por fatores extralinguísticos, e uma vez confirmado processo de GR, tem-se como resultado aumento de significado gramatical, daí o uso do termo *unidirecionalidade*.

Amorin (2011), por seu turno, investiga a locução conjuntiva “por causa de que” e mostra que a referida locução tem sua origem na locução prepositiva “por causa de” e que se trata de processo de GR, já que, nesse caso, houve intensificação do estatuto gramatical (de gramatical para mais gramatical). O autor aplicou os princípios de Hopper (1991), dos quais ganham destaque a estratificação que consiste na convivência das formas novas com as velhas, já que estas não se descartam de imediato. Segundo Tavares (2003, p. 24), no que diz respeito ao princípio de estratificação:

Os itens inovadores passam a conviver e a competir por espaço com os demais tanto na gramática dos indivíduos quanto na gramática da comunidade. Tem seu uso condicionado pela interação de motivações cognitivas, comunicativas, estruturais e sociais, que se constituem em armas que cada item possui, fazendo-o avançar, estacionar ou recuar em seu processo de mudança.

Com base nos estudos linguísticos sobre construções perifrásticas, constatamos que esse tipo de formação vem se ampliando no português brasileiro, “ajudando a delinear a gramática”, como bem observa Longhin-Thomazi (2011, p. 147), destacando, inclusive, o surgimento de polissemias em seu artigo sobre a perífrase “na hora que”, fato que nos faz pensar nas correlações entre polissemia e variação linguística.

É com base, portanto, nessas considerações que propomos, nesta pesquisa, analisar o processo de formação e as motivações funcionais da construção “no caso de (que)” no português brasileiro, tendo em vista que outras conjunções – de valor condicional – também poderiam ser acionadas para articular orações.

A esse respeito, Foley e Van Valin (1984) assinalam que:

Pode haver exemplos de comportamento verbal que não são comunicativos, mas isso de maneira alguma diminui o princípio funcionalista fundamental de que o entendimento da estrutura da língua requer o entendimento das funções que a língua pode servir, sendo que a comunicação é a função primária. (*tradução nossa*)⁸.

Essas considerações são de suma importância para o presente estudo, pois entendemos que qualquer explicação sobre uma expressão linguística, sob um enfoque funcionalista, deve estar pautada nas funções que essa forma exerce dentro de um contexto de comunicação, já que o objetivo primordial, na interação verbal, é a transmissão de informações entre falante e ouvinte, de maneira satisfatória.

Em vista do exposto, buscaremos, então, descrever a locução “no caso de (que)” como uma inovação perifrástica no português brasileiro, averiguando as funções que o termo exerce em várias situações de comunicação. Analisaremos todos os usos da construção “no caso de (que)”: tanto os formados apenas pela preposição “de” (no caso de) quanto os usos da locução conjuncional “no caso de que”. Os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos serão analisados de forma conjunta.

Depois de listar os tipos de locuções conjuncionais e os processos de formação desses conectivos, passamos, agora, a discutir com mais detalhes a locução “no caso de (que)” e os aspectos funcionais que a ela estão relacionados.

⁸ Cf. o original “There may well be instances of behavior which are non – communicative, but this in no way undermines the fundamental functionalist tenet that an understanding of language structure requires an understanding of the functions language can serve, communication being the primary one”.

3.4. Considerações parciais

Diante do exposto, vimos que o processo de formação de locuções conjuncionais, a depender do tipo conjuncional, pode envolver a combinação de advérbio + *que*; preposição + *que*; particípio + *que*; preposição + nome + *que*.

Neste capítulo, apresentamos uma discussão em torno do processo de formação das locuções conjuncionais e seus principais tipos no português brasileiro. Discutimos também a abordagem das Gramáticas Tradicionais acerca da formação das locuções conjuncionais, incluindo o modo como os estudos linguísticos tratam a questão.

A presença do elemento “que” é importante nesse processo, pois muitos processos de criação linguística ocorrem pela união da partícula com palavras de diferentes categorias gramaticais, passando a exercer o papel de locução conjuncional de valor condicional, razão pela qual, trazemos, no capítulo seguinte, uma explanação sobre a funcionalidade das conjunções condicionais e seu papel no processo de articulação de orações. Trata-se de uma discussão necessária para entender a composição e o funcionamento da construção “no caso de (que)” no português.

CAPÍTULO 4

CONJUNÇÕES CONDICIONAIS E ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

4.1. Introdução

O fato de descrevermos o comportamento funcional da construção “no caso de (que)” no português brasileiro, que envolve analisar o estatuto da conjunção/locução e o tipo de relação semântica que ela pode estabelecer entre orações, apresentamos, neste capítulo, uma breve explanação sobre o estatuto da conjunção, juntamente com algumas considerações sobre o processo de articulação de orações.

4.2. As conjunções condicionais

As conjunções adverbiais, que incluem as conjunções condicionais, são comumente gramaticais. Estudos sobre GR de conjunções, no entanto, oferecem uma descrição mais precisa dessas categorias que também se apresentam com conteúdo lexical em outros contextos (OLIVEIRA, 2008; LONGHIN-THOMAZI, 2003). Cunha e Cintra (207, p. 600) trazem a informação de que as conjunções subordinativas ocupam posição inicial nas orações adverbiais. Para Cegalla (2005, p. 228), as conjunções subordinativas iniciam orações adverbiais, ou seja, orações que traduzem circunstâncias, O autor acrescenta que esse tipo de conector liga duas orações que se complementam uma à outra, fazendo com que a oração subordinada dependa da oração principal.

Kortmann (1994, p. 4) considera a conjunção adverbial como forma livre ou morfema preso que é condicionado à função da oração adverbial. Por essas definições, vemos que a conjunção é considerada, por vários estudiosos, como um elemento gramatical que estabelece uma relação de dependência entre orações. Certamente, essa conclusão se torna problemática se considerarmos que tais relações semânticas podem também ser expressas por meio de orações justapostas (e até conjunções coordenativas).

Oliveira (2010, p. 7) lista uma série de elementos que atuam como conjunções adverbiais no português, a saber: **conforme, consoante, segundo, dado que, visto que, posto que, a não ser que, supondo que, desde que, antes que, depois que, logo que,**

assim que, sempre que, já que, uma vez que, no momento (em) que, contanto que, a menos que, mesmo que, ainda que, apesar (de) que, por causa (de) que, no caso (em) (que), a fim de que, de modo que, de maneira que, à medida que, sem que, para que. Muitas delas constituem casos de locuções conjuncionais, que resultaram, provavelmente, de algum processo de GR (incluindo o mecanismo de metonímia).

No que tange à relação semântica de condicionalidade, há vários trabalhos sobre GR de conjunções que mostram que, além da conjunção prototípica “se”, há várias outras que atuam com valor condicional na oração. Dessa forma, apresentamos, nesse momento, as conjunções condicionais verificadas a partir de algumas gramáticas e estudos linguísticos, a fim de que se possa entender a função cumprida pelas condicionais na oração e os processos de mudança pelas quais estão sujeitas a passar.

Kortmann (1997) diz que são muito frequentes os casos de núcleos nominais que se desenvolvem em juntores temporais nas orações, podendo dar lugar a juntores causais, condicionais e contrastivos. Através desses trabalhos, verificamos no português brasileiro que formações como “desde que”, “sem que”, “a menos que”, “salvo se”, “contanto que”, funcionam como conjunção de valor condicional em orações.

Bechara (2006, p. 327) descreve as conjunções condicionais e “hipotéticas” como conjunções que iniciam a oração, e que, em geral, exprimem: (i) uma condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar algo declarado na oração matriz; (ii) um fato real ou suposto que esteja em contradição com o que se diz na oração núcleo. Bechara lista as seguintes conjunções condicionais: *se, caso, sem que, uma vez que* (com o verbo no subjuntivo), *desde que* (subjuntivo), *dado que, contanto que*.

Cunha e Cintra (2007, p. 601) definem as conjunções condicionais como iniciadoras de uma oração subordinada, na qual se apresenta uma hipótese ou uma condição necessária para realização ou não do fato descrito na principal. Os autores listam as seguintes conjunções: *se, caso, contanto que, salvo se, sem que [=se não], dado que, desde que, a menos que, a não ser que*. Vejamos alguns exemplos (dos autores):

Se aquele entrasse, também os outros poderiam tentar... (Branq. da Fonseca, MS, 41)

A entrevista ficou marcada para as quatro da tarde, *caso* você não prefira ir à noite. (C. dos Anjos. M, 160)

Luft (1996) descreve como condicionais apenas as conjunções “se” e “caso”, enquanto que as condicionais “a não ser que”, “a menos que”, “exceto se”, são denominadas “locução conjuntiva” pelo autor, por terminarem em “que”.

Neves (1999, p. 830) esclarece que, além da conjunção prototípica “se”, outras condicionais expressam a mesma relação básica entre duas orações: “caso” e “que”. Os exemplos abaixo são de Neves:

Caso a senhora não preste contas, levaremos o problema ao novo Presidente do Estado. (DZ)

Você não pode ver flor *que* não corra logo para cheirar. (VB)

Neves diz ainda que há conjunções condicionais compostas, como aquelas que recebem o elemento “que” final, e que tradicionalmente são denominadas locuções conjuntivas, como “desde que”, “contanto que”, “uma vez que”, “a menos que”, “sem que”, “a não ser que”. No exemplo acima, vê-se que a substituição do termo “que” pela locução “sem que”, não causa prejuízo ao sentido condicional do termo.

De acordo com o que é apontado por Neves, há diferença de significado entre as *condicionais duplas* e as simplesmente condicionais. Nas chamadas conjunções *bicondicionais*, como é o caso de “só se” e “somente se”, os conteúdos proposicionais da prótase e da apódose têm de ser ou ambos verdadeiros, ou ambos falsos (graças à inferência solicitada). Exemplos de Neves (1999, p. 845, 854) ilustram valores diferentes de significados expressos pelas condicionais:

Pelas cinco chagas de nosso Senhor Jesus Cristo, eu lhe ordeno que vá!
- *Só se* a senhora for comigo. (PD)

Se sair a homologação do ultraleve para serviços na agricultura, a demanda mensal vai chegar a quatro mil aeronaves por ano, prevê Gatão. (AFG)

Enquanto na oração com “só se” é apresentada uma *condição necessária* para a validação do conteúdo expresso pela oração núcleo, na oração com “se”, apresenta-se uma *condição suficiente* para a validação do conteúdo descrito na oração núcleo “a demanda mensal vai chegar”. Como se pode verificar nos exemplos acima, as conjunções condicionais complexas podem apresentar sentidos diferentes nas orações.

A criação de novas expressões conectivas é um processo aparentemente natural na evolução das línguas. De acordo com Seron (2007), o latim vulgar eliminou muitas das conjunções usadas no seu período clássico. Das conjunções que persistiram do latim clássico, está a conjunção *si* (se) de valor condicional, como se pode ver nas línguas românicas. Oliveira (2008, p.4) apresenta a conjunção como o expediente mais comum para marcar a relação condicional. A autora expõe, em seu trabalho, dois quadros de

conjunções condicionais que mostram que o quadro de conjunções passou por um processo de redução no português desde o período clássico até o moderno:

Quadro 05. As conjunções condicionais na história do Português

Período	CONJUNÇÕES CONDICIONAIS
Latim clássico	Si (se) Nisi (se não) Ni (se não) Sin (se pelo contrário) Modo (contanto que) Dummodo (contanto que)
Português arcaico (séc. XIII a séc. XV)	Se Se/salvo se Salvo que Contanto que Nom que Fora/ Fora que Fora se Senon tanto se Ergo Marcar que
Português moderno (séc. XVI a séc. XVII)	Se Mais que Que senão

Fonte: Oliveira (2008, p. 4).

O quadro, abaixo, extraído de Oliveira (2008), composto a partir de algumas gramáticas tradicionais e de referência, lista as principais conjunções condicionais atuais:

Quadro 06. As conjunções condicionais atuais do português

GRAMÁTICAS	CONJUNÇÕES CONDICIONAIS DO PORTUGUÊS
Rocha Lima (1972)	Se, caso, contanto que, sem que, uma vez que, dado que, desde que, etc.
Bechara (2004)	Se, caso, sem que, uma vez que (com verbo no subjuntivo), dado que, contanto que, etc.
Luft (1989)	Se, caso, sem que (se não), uma vez que, a não ser que, exceto se, a menos que, etc.
Neves (2000)	Se, caso, que, desde que, contanto que, uma vez que, a menos que, sem que, a não ser que, salvo se, exceto se.

Fonte: Oliveira (2008, p. 4).

4.3. Articulação de orações

A articulação de orações consiste no modo como as orações podem combinar-se umas com as outras para formar estruturas oracionais maiores (complexas).

Apresentamos, inicialmente, a visão de algumas gramáticas tradicionais sobre os processos de estruturação sintática, finalizando com a visão dos estudos linguísticos.

Conforme observado em alguns compêndios gramaticais, a subordinação é definida em termos de dependência sintática e que não tem sentido completo sem a oração principal. As orações coordenadas, no entanto, são descritas como independentes, já que possuem sentido completo.

Nos dois tipos de articulação de orações se considera que o que liga duas ou mais orações são os conectores classificados como conjunção. É preciso, porém, levar em conta outros aspectos que são relevantes para a classificação das conjunções, como por exemplo, questões semânticas, o contexto de uso e os processos de GR. Nossa busca, nesse momento, é entender de forma geral, o conceito dado às orações no processo de subordinação e de hipotaxe, e para isso, utilizamos as gramáticas de Bechara (2006), Luft (1996), Cunha e Cintra (2007) e Neves (1999).

Segundo Bechara (2006, p. 47), no processo de subordinação, uma oração passa a funcionar como “membro” da outra oração. De acordo com o autor, a marca de subordinação, no português, é dada pelo elemento “que”, que não une orações, mas indica estrutura de dependência de oração.

Para Cunha e Cintra (2002, p. 608), as orações subordinadas não possuem autonomia gramatical e funcionam como termos essenciais (quando exercerem a função de argumento), integrantes ou acessórios de outra oração (circunstancial).

Luft (1996, p. 79) considera que a oração subordinada é a oração que depende de outra (dita principal). As orações podem ser classificadas como substantivas, adjetivas ou adverbiais, que exercem funções próprias do substantivo, adjetivo e advérbio das respectivas orações principais, respectivamente, e, ainda, podem ser desenvolvidas e justapostas, segundo suas formas. Luft considera como desenvolvidas aquelas que têm o verbo numa das formas finitas (indicativo/subjuntivo)⁹:

O aluno disse *que entendeu a explicação*.

Espero *que venças*.

As reduzidas, de acordo com Luft, trazem os verbos no infinitivo, como em:

O professor prometeu *ajudar*.

⁹ Os exemplos são de Luft (1996).

Já as orações justapostas se ligam à oração principal sem a mediação de um conectivo. Pelo que se pode observar nas gramáticas, as orações subordinadas adverbiais têm um papel secundário no arranjo do período, enquanto que, numa visão funcionalista, se consideram outras questões que vão além de aspectos estruturais da língua, pelo fato de a teoria levar em conta também os aspectos pragmáticos. Toda a relação existente entre orações é estabelecida pelos processos da coordenação (parataxe) e da subordinação (hipotaxe). Entretanto, esses processos não são analisados contextualmente pela Gramática Tradicional, visto que não é o objetivo da mesma.

Neves (1999, p. 601), ressaltando a importância do estudo sobre as adverbiais no ponto de vista da GF, defende que o significado está em toda a estrutura da oração:

Dentro da visão de uma gramática de usos, as relações entre uma oração nuclear e uma oração adverbial são vistas como análogas às relações retóricas que constroem o texto. Assim, entende-se que essas relações permeiam e governam todo o texto, independentemente do nível das unidades (micro ou macro-estruturais) envolvidas (sintagmas, orações, enunciados, parágrafos, capítulos etc.), penetrando nas suas subpartes como reflexo e consequência da organização geral a que estão subordinadas.

No que tange à articulação de orações, Decat (2001, p. 103) fala de dois grupos para as orações subordinadas: estruturas de encaixamento para as subordinadas substantivas e as adjetivas restritivas, e as estruturas de hipotaxe para as adverbiais e as adjetivas explicativas. Destacamos, neste trabalho, a hipotaxe adverbial por tratarmos, especialmente, da relação de condicionalidade expressa por “no caso de (que)”.

Para a autora, as orações hipotáticas adverbiais possuem várias funções: avaliadora, guiadora, anafórica, reparadora, resumitiva, de adendo e de fundo. A esse respeito, Olímpio (2006, p. 617) confirma, em seus estudos sobre articulação de orações, a existência de um *continuum* (proposto por Hopper e Traugott, 1993), que vai da parataxe à subordinação, passando pela hipotaxe, como segue abaixo:

Quadro 07. Articulação de orações (Adaptado de HOPPER e TRAUGOTT, 1993)

PARATAXE (- dependência semântica; - encaixamento) HIPOTAXE (+ dependência semântica; - encaixamento) SUBORDINAÇÃO (+ dependência semântica; + encaixamento)

Fonte: Olímpio (2006).

Conforme observado no quadro acima, as orações adverbiais (hipotaxe) se encontram em posição intermediária, estando em nível de dependência e integração, mas sem encaixamento, o que compete dizer que a relação de dependência entre as

orações adverbiais e suas orações principais não é de total dependência, mas de interdependência. Nesse sentido, o estudo da hipotaxe requer mais que uma avaliação no nível das sentenças, em termos estruturais; o estudo requer um estudo que considere a semântica, ou seja, as várias funções das orações hipotáticas adverbiais, e isto se faz, principalmente, analisando os valores que se agregam às conjunções/orações.

Matthiessen e Thompson (1988, apud NEVES, 2006, p. 229) ressaltam que “a avaliação do grau de interdependência das orações de um enunciado complexo (a parataxe e hipotaxe) tem de completar-se com a consideração das funções discursivas, isto é, não pode resolver-se totalmente no nível interno à frase.” Na proposta dos autores, a combinação de orações reflete a organização retórica do discurso: relações como as de causa, condição e concessão são relações que acontecem em quaisquer partes de um texto, e que, podem sofrer processos de GR.

Em se tratando, especificamente, da oração condicional, de acordo com a Gramática Tradicional, essa oração depende de sua (oração) principal para ter sentido completo, ou seja, não possui autonomia sintática. Na proposta de Dik (1997), as orações condicionais são construções *encaixadas* na posição de satélite e podem agir na predicação, proposição e nos atos de fala.

Segundo Dik et al (1990), há três tipos de satélites de condição que podem ser distinguidos: (i) satélites condicionais de predicação – especifica um estado de coisa; (ii) satélites condicionais proposicionais – o satélite condicional se relaciona com o valor de verdade da proposição; (iii) satélites condicionais ilocucionários – confere relevância para a ocorrência de um ato de fala.

Podemos separar essas construções em três grupos: factuais, contrafactuais e potenciais/hipotéticas (NEVES, 1999). Geralmente, as orações condicionais factuais são vistas na prótase como real, e, a partir disto, o enunciado da apódose é encarado como consequência necessária, vista também como real, conforme exemplos¹⁰:

Se tudo está desse jeito, eu não posso confiar! (PEM)

Vemos na apresentação do exemplo que a condicional factual envolve relação de consequência e conclusão e até causa e consequência para as proposições, pois é possível inferirmos a conjunção “então” na oração principal.

¹⁰ Exemplos de Neves (1999).

Nessas construções factuais, os trabalhos de Neves são de grande contribuição para os estudos na questão modo-temporal, nas quais a autora faz um levantamento da frequência de tempo e modo verbal nas prótases e apódoses, encontrados em usos de textos escritos no português brasileiro.

As orações contrafactuais se aplicam na não-realidade de fatos ou estado de coisas na prótase e na apódose.

Se a pergunta partisse de Irmã Flora, a resposta teria sido outra. (CP)

Observa-se nas prótases desse tipo de construção a marca do verbo no pretérito imperfeito do modo subjuntivo nas orações condicionais (NEVES, 1999). Nas construções eventuais há marca de eventualidade de fato, que, “se acontecer”, o enunciado da apódose será visto como fato certo:

Se seu Raul deixar eu mostro. (FR)

Nesse tipo de construção, Neves constatou, sobretudo, a presença de futuro do subjuntivo nas prótases, ao passo que nas apódoses aparecem mais o presente do indicativo. Nesta última, o enunciado é tido como certo, desde que seja eventualmente satisfeita a condição evidenciada na oração subordinada, segundo a autora.

4.4. Considerações parciais

Na intenção de justificar os resultados presentes em nossas análises, tentamos descrever brevemente, neste capítulo, esclarecimentos acerca de conjunções condicionais e orações complexas, tanto na visão da Gramática Tradicional quanto numa visão funcionalista. Reafirmamos que a natureza da oração condicional é de “subordinada adverbial”, com presença predominante da conjunção subordinativa “se”. Entretanto, como observa Neves (1999), na língua portuguesa, as orações condicionais são marcadas também por: *caso*, *que*, *desde que*, *uma vez que*, *contanto que* e outras. Vimos também que as orações adverbiais possuem tanto dependência sintática quanto dependência semântica, motivo pelo qual a proposta de Hopper e Traugott (1993) se coloca como a mais adequada para a análise dos usos de “no caso de (que)”.

CAPÍTULO 5

O COMPORTAMENTO FUNCIONAL DA LOCUÇÃO CONJUNCIONAL “NO CASO DE (QUE)” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

5.1. Introdução

Apresentamos, neste capítulo, a análise e a interpretação dos usos de “no caso de (que)” como locução conjuncional (incluindo, portanto, os usos de “no caso de” como locução adverbial conectiva) no português brasileiro, exatamente por conta de sua grande importância no processo de articulação de orações. Sendo assim, não analisaremos aqui os demais usos da expressão “no caso de (que)” no português por entendermos que o capítulo 3, de certa forma, já cumpre parcialmente esse propósito, e também por que tal recorte metodológico, que envolve a observação de parâmetros específicos atinentes à combinação de orações, propicia uma análise mais adequada dos usos de “no caso de (que)” como locução conjuncional nos dados do português.

5.2. Procedimentos metodológicos

O universo de investigação deste estudo é composto por textos escritos que compõem o *Corpus* do Português (disponível no endereço: <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>), organizado por Mark Davies e Michael Ferreira, com mais de 57 mil textos (cerca de 45 milhões de palavras) do português que vão do século XIV ao século XX. O *corpus* possibilita comparar dados em diferentes sincronias e também nas duas variedades do português: Brasil e Portugal. Os textos são, ainda, classificados de acordo com os gêneros: oral, fictício, jornalístico e acadêmico.

Para a realização da análise das ocorrências de “no caso de (que)” como locução conjuncional/locução adverbial conectiva, utilizamos os seguintes parâmetros:

- 1) **Tipo de entidade designada pela oração principal:** proposição (p), evento (e);
- 2) **Tipo de entidade designada pela oração subordinada:** proposição (p), evento (e);
- 3) **Correferência entre os sujeitos das orações envolvidas:** sujeitos idênticos (s), sujeitos distintos (n);
- 4) **Factualidade:** factual (f), não-factual (o);

- 5) Modo verbal da oração subordinada:** indicativo (i), subjuntivo (s) e não se aplica (/);
- 6) Tempo verbal da oração principal:** presente (p), passado (s), futuro (f), não se aplica (/);
- 7) Tempo verbal da oração subordinada:** presente (p), passado (s), futuro (f), não se aplica (/);
- 8) Tipo de operador:** adverbial – no caso de (n), conjuncional - no caso de que (c);
- 9) Forma de manifestação do sujeito da oração subordinada:** sujeito pronominal (l), sujeito anafórico/oculto (a), sintagma nominal (m);
- 10) Forma verbal da oração subordinada:** finita (f), não-finita (i), não se aplica – quando se tratar de uma nominalização (/);
- 11) Posição da oração subordinada em relação à oração principal:** inicial (i), final (f);
- 12) Tipo de gênero discursivo:** oral (l), fictício (t), jornalístico (j), acadêmico (a);
- 13) Existência de material interveniente entre as orações envolvidas:** sim (s), não (n).

No total, analisamos 302 ocorrências de “no caso de (que)”, sendo 292 (96%) usos de “no caso de” como locução adverbial conectiva e 10 (4%) usos de “no caso de que” como locução conjuncional no português brasileiro. A pesquisa é orientada mais para a análise qualitativa (foco do trabalho) do que para análise quantitativa. Tal procedimento se explica pelo fato de o fenômeno analisado aqui não constituir propriamente um objeto de estudo da Sociolinguística. Nesse caso, os dados estatísticos são utilizados na pesquisa apenas como um instrumento heurístico para dar suporte à análise qualitativa, a fim de confirmar ou não as hipóteses elencadas ao longo do estudo.

5.3. Análise e interpretação dos dados

Apresentamos, nesta seção, a análise e a interpretação dos dados de “no caso de (que)” no português brasileiro, a luz dos parâmetros de análise e dos pressupostos teóricos da Gramática Funcional e da Gramaticalização discutidos no capítulo 1.

5.3.1. Tipo de entidade designada pela oração principal

O primeiro parâmetro analisado diz respeito à unidade composicional da oração principal, cujo objetivo é saber qual o tipo predominante de unidade linguística acionada pela construção “no caso de (que)” no processo de articulação de orações. Nesse sentido, definimos aqui, conforme o modelo de organização da oração em camadas de Dik (1989), o *estado de coisas/ evento* como um evento (representação de uma

realidade) que pode ser localizado no tempo e no espaço, ao passo que a *proposição* designa um fato possível, que é avaliado apenas em termos de sua veracidade¹¹.

No que tange a esse parâmetro de análise, observamos nos dados que o evento é unidade composicional mais frequente na codificação da oração principal (com 195 casos), ficando a proposição com o segundo tipo mais frequente (com 107 casos):

Tabela 01. Unidade composicional da oração principal

Tipos de unidade linguística	TOTAL
Evento	195 (64%)
Proposição	107 (36%)
TOTAL	302 (100%)

Vejamos os exemplos abaixo:

- (1) Os dois clubes resistem, mas o gerente de esportes da Parmalat, José Carlos Brunoro, trabalha para superar todos os obstáculos. # ao mesmo tempo, o presidente Luís Carlos Silveira Martins tenta obter os recursos necessários para adquirir o passe de Fernando sem envolver o lateral Arce. O Grêmio terá de pagar R\$ 3 milhões para ficar com o ex-goleador do Juventude. Um grupo de empresários gremistas vai ajudar Cacalo. # Ontem, o presidente do Juventude, Carlito Chies, reafirmou sua posição de retomar Fernando no caso de o Palmeiras prescindir do jogador. Chies lembrou que o passe do atleta pertence a Juventude, Palmeiras e Parmalat em partes iguais. Garantiu que até agora não foi fixado o valor do passe.' Antes de fazer qualquer negócio envolvendo Fernando, o Juventude terá de ser consultado. (19N:Br:PA)
- (2) O vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Hülse (PMDB), envolvido no escândalo dos títulos públicos, livrou-se ontem do processo de impeachment. A abertura do processo de responsabilidade de Hülse obteve 20 votos contra 12, quando o quórum de dois terços exigia um mínimo de 27 votos para que o vice fosse julgado. Com a decisão, o PMDB assegura o governo de Santa Catarina. No caso de o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado, o vice assumirá o cargo. O presidente não proclamou o resultado, porque ainda vai consultar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o quórum válido, mas a vitória de Hülse dificilmente será revertida. # ao contrário do governador Paulo Afonso Vieira, que na segunda-feira só obteve os 11 votos da bancada do PMDB, Hülse contou com a ajuda do PFL e do PDT. (19N:Br:Recf)

¹¹ De acordo com Dik (1989, 1997), cada oração possui uma estrutura que se divide em camadas e que podem ser distinguidas em termos semânticos e formais. Nesse ínterim, as camadas são formadas a partir da introdução de determinado número de termos em uma estrutura com até quatro argumentos. Em “*José comeu o bolo*”, “*comer*”, por exemplo, é um predicado e “*José*” e “*o bolo*” são os argumentos que têm funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. No exemplo citado, temos, portanto, um *estado de coisas*, descrito como uma representação real que pode ser localizado no tempo e no espaço. Outros termos inseridos na estrutura da oração podem ainda ser considerados *satélites* de tempo, como em “*José comeu o bolo ontem*”; nesse caso, o advérbio “ontem” é um *satélite* por constituir uma informação adicional na frase. Com relação à organização da oração, de acordo com a visão funcionalista, Dik *et al.* (1990) conceituam a sentença condicional como uma oração encaixada na posição de *satélite*.

- (3) Na parte administrativa ainda tem o TCE que fiscaliza as contas, então, não vejo necessidade do controle externo. OP - O senhor é contra ou a favor da fidelidade partidária? SLL - Sou a favor, porque entendo que se uma pessoa é eleita por uma legenda não é possível que com três, quatro meses, essa pessoa deixe essa legenda para se debandar para outra. Mesmo porque com isso se poderia evitar a compra do legislador, no caso de o Executivo ter minoria, e atrativos, acenando com benesses. Isso termina por conquistar um deputado da oposição, um vereador ou qualquer um dos dois. A fidelidade é um ponto positivo para a democracia e para o fortalecimento dos partidos. OP - A tentativa de criação do efeito vinculante foi motivo de recente discussão pública entre o ex-presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence e o atual, Celso de Mello. Qual a posição do senhor sobre a súmula? (19Or:Br:Intrv:Pov)

Pelos exemplos listados acima, observamos que há a marcação de um fato concreto em um tempo real assinalado em “reafirmou ontem” em (1), e “assumirá” em (2). No exemplo (1), o evento “o presidente do Juventude, Carlito Chies, reafirmou sua posição de retomar Fernando” pode ser localizado no tempo e no espaço. A presença do *satélite* “ontem” confirma a classificação da frase acima como um evento. Em (2), a oração “o vice assumirá o cargo” constitui também um evento (com o verbo no futuro), que pode ser localizado no tempo e no espaço, isto é, pode ser avaliado em termos de sua existência. Já no exemplo (3), a oração principal é codificada por uma proposição, ratificada pela noção de fato possível construída a partir do verbo “poderia”, dando a entender que “isso” retoma uma atitude que alguém pode ou não ter para “evitar” algo. Está evidente nessa construção a marca de conteúdo proposicional, visto que podemos, claramente, observar que a “compra” não foi evitada, enquanto deveria ter sido. Além disso, é uma informação que o falante dá e que está relacionada a sua própria avaliação (verdade), como podemos notar nas palavras: “sou a favor”, no período anterior.

Nos dez exemplos de “no caso de que”, como locução conjuncional, encontramos um total de quatro ocorrências com *conteúdo proposicional* na oração principal e seis de *evento (estado-de-coisas)*, como mostram os exemplos abaixo:

- (4) E apontou na direção da cruz. Era seu irmão e dizem que meu pai.. Pois bem, peça-lhe por ele que me fale com franqueza! Se sabe alguma coisa dos meus antepassados e do meu nascimento, conte-me tudo! Juro-lhe que lhe ficarei reconhecido por isso! Ou, quem sabe? serei tão desprezível a seus olhos, que nem sequer li e mereça tão miserável prova de confiança.. - Não! não! ao contrário, meu amigo! Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha, no caso de que isso tivesse lugar. E só peço a Deus que lhe depare a ela um marido possuidor das suas boas qualidades e do seu saber; creia, porém, que eu, como bom pai, não devo, de forma alguma, consentir em semelhante união. Cometeria um crime se assim procedesse.. - Com certeza há parentesco de irmão entre ela e eu! (18:Azevedo:Mulato)

- (5) Sei que não sou amado, mas não acho impossível vir a sê-lo. Seria porém impossível se continuasse a situação em que ambos nos achamos. Como saberia ela que eu a adoro, se nem suspeita que eu existo? Depois de refletir muito neste assunto, tive a ideia de vir pedir-lhe a mão de sua filha, e **no caso de que o senhor não me achasse indigno dela, pediria para ser apresentado à sua família**, caso este em que eu poderia saber se realmente.. - Paremos aqui, interrompeu Rodrigo. O senhor pede-me uma cousa singular; pelo menos não conheço semelhantes usos. Estimaria muito que o senhor fosse feliz, mas não me presto a isso.. por semelhante modo. Adolfo insistiu no pedido; mas o pai de Miloca cortou a conversa levantando-se e estendendo a mão ao pretendente. (18:Machado:Miloca)

Como se pode observar, em (4), a própria caracterização da oração “Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha”, no futuro do pretérito, que indica um fato possível, já é suficiente para a sua classificação como uma proposição. O mesmo acontece no exemplo (5), em que a presença do verbo “pedir” no futuro do pretérito aponta para um fato possível, que pode ou não ser realizado. Trata-se, pois, de uma leitura que está sujeita à verificação de verdade do conteúdo da oração principal.

5.3.2. Tipo de entidade designada pela oração subordinada

Quanto à unidade composicional da oração subordinada, verificamos que a oração condicional inserida pela locução adverbial conectiva “no caso de” tende a designar, em primeiro lugar, uma proposição, com 246 ocorrências, ao passo que o evento, com 56 ocorrências, aparece como segunda opção em termos de unidade linguística utilizada pelo falante para codificar semanticamente a oração subordinada. Os dados da tabela 2 e os exemplos ilustram esses números:

Tabela 2. Unidade composicional da oração subordinada

Tipos de unidade linguística	TOTAL
Evento	56 (19%)
Proposição	246 (81%)
TOTAL	302 (100%)

- (6) O zagueiro Agnaldo também voltou machucado de Fortaleza. O jogador sofreu uma contusão no tornozelo, mas o médico também garante que não deverá ser problema para o clássico de amanhã. Mesmo o técnico Márcio Araújo disse que vai aguardar a avaliação dos médicos do clube sobre a contusão dos dois jogadores para depois definir a escalação da equipe. **No caso de Agnaldo não puder jogar, Sandro entrará no seu lugar**. Se Viola ficar fora do clássico, o técnico deverá escalar Marquinhos no meio-de-campo, passando Djalminha para atuar no ataque ao lado de Luizão. " (19N:Br:SP)

- (7) Israel e a Síria vivem um impasse sobre o futuro das Colinas de Golan, ocupadas pelos israelenses. No sul do Líbano, guerrilhas do Hezbollah mataram dois integrantes damilícia pró-israelense Exército do Sul do Líbano num atentado à bomba em uma estrada. Em represália, aviões de combate israelenses realizaram dois ataques com mísseis, num intervalo de três horas, contra supostos alvos do Hezbollah. # Ameaça de atentado # # nb_rcf_1736 ## JERUSALÉM - O braço armado do movimento integrista palestino Hamas ameaçou, ontem, Israel com a prática de um atentado de grandes proporções, no caso de não obter satisfação para sua exigência de cessar as agressões contra civis palestinos. Se nossas exigências não forem atendidas, haverá uma grande operação. Nossa capacidade militar é mais importante do que pensa o inimigo ", afirmou o grupo Ezzedin al Kassam, em um comunicado. "Rejeitamos uma trégua, a não ser que atendam nossas exigências justas", adianta o texto. (19N:Br:Recf)

No exemplo (6), a oração subordinada é representada por uma entidade de segunda ordem, isto é, pelo evento “*Agnaldo não puder jogar*”, enquanto no exemplo (7) a oração subordinada é representada por uma entidade de terceira ordem, ou seja, pela proposição “*não obter satisfação para sua exigência de cessar as agressões contra civis palestinos*”, que passa pelo filtro de avaliação do falante e é avaliada em termos de sua veracidade. Segundo Hengeveld (1998), a diferença existente entre os tipos de entidade está relacionada ao fato de que as orações condicionais de segunda ordem descrevem um evento (estado de coisas), que é independente da avaliação do falante (julgamento), não podendo, pois, ser asseverada ou questionada, enquanto as orações condicionais de terceira ordem descrevem uma proposição, ou seja, veiculam um fato possível, um construto mental ou uma hipótese que pode ou não se confirmar. Assim, o fato de a entidade de terceira ordem ser a mais frequente na oração subordinada está relacionado à própria natureza semântica da oração condicional, que indica sempre uma hipótese (fato possível de ser realizado ou que podia ser realizado). Tal aspecto foi observado também por Oliveira (2008) em seu estudo sobre as conjunções condicionais complexas.

De acordo com Comrie (1986), as orações condicionais descrevem um enunciado hipotético (que pode ou não ser realizado) e, por essa razão, são indicadores naturais do grau de incerteza do falante com relação ao conteúdo da oração. Também Givón (1994) apresenta o parecer de que as condicionais são um dos mecanismos de expressão do sub-modo epistêmico da incerteza.

As orações condicionais inseridas pela locução conjuncional “no caso de que” tendem a designar uma entidade de terceira ordem, uma vez que o modo verbal mais frequente selecionado pela condicional é o subjuntivo, que caracteriza um fato possível.

Apesar de não termos encontrado nenhuma ocorrência de oração condicional de quarta ordem (que designam um ato de fala, que pode ser avaliado em termos de sua

relevância pragmática, informacional) nos textos do *Corpus* do Português, tal uso é relativamente frequente no português brasileiro em textos disponíveis na internet:

- (8) Contexto (Uma mulher, interessada em namoro, pergunta a idade de um homem e ele responde o seguinte): **Só no caso de *you* quiser saber, *do* 51 anos agora.** Por isso disse que você é muito nova pra mim. (Google)

Em (8), a oração condicional inserida pela locução adverbial conectiva “no caso de” designa uma entidade de quarta ordem (um ato de fala ou um ato discursivo), pois a realização do que está expresso na oração condicional não depende da realização do que está expresso na oração principal. A oração só faz sentido em um contexto mais amplo de interação, em que a informação disponibilizada pelo homem de 51 anos é relevante pragmaticamente, ou seja: caso você (mulher) esteja interessada em mim e queira algum tipo de compromisso, saiba que faço 51 anos agora. Tal estrutura condicional funciona como se fosse um alerta, um aviso, destinado ao interlocutor.

5.3.3. Correferência entre os sujeitos das orações envolvidas

A identidade dos sujeitos das orações condicional e principal (isto é, correferencialidade entre sujeitos) é um dos principais parâmetros elencados nos estudos linguísticos (LEHMANN, 1988; HOPPER e TRAUGOTT, 1993; HAIMAN e THOMPSON, 1995; BRAGA, 1999; PEREIRA e PAIVA, 2004; CARVALHO, 2004; SOUSA, 2007) para se medir o grau de vinculação sintática entre as orações. Nesse sentido, quanto maior for a identidade entre os sujeitos das orações, maior será o grau de vinculação sintática entre elas (a principal e a subordinada), e quanto menor for a identidade (ou quando os sujeitos forem distintos ou não correferenciais), menor será o grau de integração entre as duas orações.

Com relação a esse parâmetro de análise, verificamos que, na grande maioria dos casos de orações condicionais inseridas pela locução “no caso de (que)”, não há correferencialidade entre os sujeitos da oração principal e da subordinada, fato que aponta para uma menor integração entre as duas orações. Tal configuração ratifica os resultados encontrados nos estudos de Lima-Hernandes (1998), Pereira (1999) e Mendes (2003), que dizem que as orações hipotáticas tendem a apresentar um maior índice de sujeitos não correferenciais em relação às orações encaixadas (que tendem a

compartilhar o sujeito), sendo, portanto, tais orações hipotáticas classificadas como tendo um grau intermediário de vinculação sintática.

Vejam os números da tabela 3, a seguir:

Tabela 3. Correferência entre os sujeitos das orações envolvidas

Correferencialidade	TOTAL
Sujeitos idênticos	45 (15%)
Sujeitos distintos	257 (85%)
TOTAL	302 (100%)

Os exemplos (9) e (10) ilustram, respectivamente, orações condicionais inseridas pela locução “no caso de” com sujeito distinto e sujeito idêntico:

- (9) Desde terça-feira, no 3º andar do Praia de Belas Shopping Center, 50 expositores apresentam seus produtos na Feira Infoshow da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações (Sucesu-RS). ao mesmo tempo e na mesma área ocorre a Sucesu-RS Net*97, a primeira feira sobre Internet no Rio Grande do Sul. **No caso de o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar hoje um pacote de decisões para conter o consumo, o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira.** A estimativa de vendas diretas oscila entre um mínimo de R\$ 6 milhões e um máximo de R\$ 8 milhões (sem as restrições ao crédito). (19N:Br:PA)
- (10) Acabara o resto da tristeza, ficara o resíduo da raiva, necessário para mover sua busca pessoal. Por sorte não vendera nenhum dólar, poderiam chegar até o dinheiro escondido, do mesmo modo como chegaram até ele por causa da venda do revólver. O melhor que tinha a fazer era esconder o dinheiro em outro lugar. Até porque, se encontrassem Rose, ela poderia denunciar a existência dos dólares e a polícia inteira cairia em cima dele. Esse era um cuidado que teria que tomar em relação à secretária. **No caso de (Rose) ser encontrada, (Rose) seria confrontada com a história inventada por ele,** e o mínimo que ela poderia fazer em troca era contar a história do suicídio, do bilhete e dos dólares. Por outro lado, sem contar com a ação da polícia a possibilidade de reaver o bilhete era remota. Havia ainda outro aspecto da questão que não podia ser desprezado. Agora que a arma do crime conduzira a polícia até ele, o bilhete era o único alibi de que dispunha contra a acusação de assassinato. (19:Fic:Br:Garcia:Silencio)

Na ocorrência (9), o sujeito da oração condicional “o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar hoje um pacote de decisões para conter o consumo” é diferente do sujeito da oração principal “o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira”, conforme se pode observar pelos termos grifados. Os sujeitos são, portanto, não correferenciais. Já no exemplo (10), o

sujeito da oração condicional é idêntico ao sujeito da oração principal, porém, tal sujeito aparece na forma elíptica (anáfora zero). No caso, trata-se do mesmo sujeito: Rose.

5.3.4. Factualidade

Nas colocações de Hengeveld (1998), uma oração adverbial pode ser considerada factual ou não-factual. Quando se trata de uma oração condicional, segundo o autor, ela será sempre não-factual, justamente por conta de sua própria natureza semântica: o fato descrito na condicional é sempre dependente do fato descrito na oração principal, o que lhe confere o caráter de hipoteticidade. Vejamos os dados:

- (11) "Assim, eles conseguirão elevar nossa capital como centro de distribuição de cargas de todo o Nordeste ", elogiou. nb_rcf_12### FLORIANOPOLIS - O vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Hülse (PMDB), envolvido no escândalo dos títulos públicos, livrou-se ontem do processo de impeachment. A abertura do processo de responsabilidade de Hülse obteve 20 votos contra 12, quando o quórum de dois terços exigia um mínimo de 27 votos para que o vice fosse julgado. Com a decisão, o PMDB assegura o governo de Santa Catarina. **No caso de o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado, o vice assumirá o cargo.** O presidente não proclamou o resultado, porque ainda vai consultar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o quórum válido, mas a vitória de Hülse dificilmente será revertida. # ao contrário do governador Paulo Afonso Vieira, que na segunda-feira só obteve os 11 votos da bancada do PMDB, Hülse contou com a ajuda do PFL e do PDT. (19N:Br:Recf)
- (12) Podem ser uni ou pluricelulares ou cenocíticos. Os populares bolores, leveduras, cogumelos e orelhas-de-pau fazem parte desse grupo, que freqüentemente é incluído em um reino à parte: o Reino Fungi. A maioria das mais de oitenta mil espécies descritas de fungos são constituídas por hifas, isto é, filamentos tubulares, cuja trama forma o talo, denominado de micélio. Nos fungos mais simples, as hifas não são subdivididas e contêm diversos núcleos; nos grupos mais evoluídos, as hifas são septadas, podendo as paredes intercelulares ser sólidas ou perfuradas. **No caso de serem perfuradas, existe a migração de material celular**, inclusive de núcleos, entre os diferentes compartimentos. Os fungos estão amplamente distribuídos por quase todos os ambientes do planeta e, apesar de mais numerosos nas áreas terrestre úmidas, são também encontrados na água ou em solos secos e desérticos. A maioria dos fungos se reproduz tanto assexuada como sexuadamente. A reprodução assexuada ocorre por formação de esporos, de brotos ou por fragmentação do talo. (19Ac:Br:Enc)

Como se pode verificar nos exemplos acima, as orações condicionais inseridas pela locução adverbial conectiva “no caso de” são não-factuais, pois descrevem sempre um conteúdo hipotético, que pode ou não ser realizado (ou que poderia ter sido realizado no passado). Descrevem sempre fatos possíveis. O mesmo acontece com as orações introduzidas pela locução conjuncional “no caso de que”.

5.3.5. Modo verbal da oração subordinada

Nas considerações de Almeida (1987), já discutido no capítulo 2, os períodos hipotéticos podem ter sentido de hipótese *real*, *possível* ou *irreal*. Essas hipóteses selecionam, nos termos do autor, verbos no modo indicativo, imperativo ou subjuntivo. Na hipótese *real*, por exemplo, o verbo da condicional aparece no indicativo com a forma prototípica “se”, e na hipótese *possível*, a conjunção “caso” seleciona o verbo no subjuntivo, conforme os exemplos do autor: “*Se homem és, vive como homem*”; “*Caso Aníbal continue a marchar em direção a Roma, nós te chamaremos da África*”.

Em nossa análise, verificamos que os modos subjuntivo e indicativo na oração subordinada (hipotática) são pouco frequentes no *corpus* de análise, predominando o verbo no infinitivo (que não indica sua temporalidade). Vejamos a tabela 4:

Tabela 4. Modo verbal na oração subordinada

Modo verbal	TOTAL
Subjuntivo	23 (8%)
Indicativo	44 (14%)
“Infinitivo”	235 (77%)
TOTAL	302 (100%)

As ocorrências (13) e (14) ilustram os tipos mais frequentes de modo verbal:

- (13) Vou-me embora, então! Não posso ficar..Vou, vou já.. Faustina, toma o menino.. - Estás doida! gritou D. Adozinda, furiosa, prendendo-a pelo vestido, enquanto as irmãs protestavam. Mas é toleima! Quem mais se lembra do passado.. Já se viu coisa igual! E acumulava razões para impedir essa retirada, com uma voz ansiosa que se fazia persuasiva. Ela era agora uma senhora casada_e, mesmo **no caso de acudir ao Gilberto a veleidade de algum namoro, certamente que o rapaz escolheria uma das duas irmãs solteiras**. - Eu! bradou Olga, esboçando um passo de valsa. - Eu! contestou Julieta, mais séria. E Celina desferiu sobre ambas um raio enigmático da sua pupila negra, de repente faiscante. - És uma egoísta, decidi a mãe; e teu filho? Sacrificas então a criança doente às tuas imaginações? Deixa lá, filha: águas passadas não movem moinhos. (19:Fic:Br:Moncorvo:Luta)
- (14) A suspeita era de que o atacante iria ser submetido a um exame de ressonância magnética, mas Fernando Leopoldino afastou essa hipótese. O zagueiro Agnaldo também voltou machucado de Fortaleza. O jogador sofreu uma contusão no tornozelo, mas o médico também garante que não deverá ser problema para o clássico de amanhã. Mesmo o técnico Márcio Araújo disse que vai aguardar a avaliação dos médicos do clube sobre a contusão dos dois jogadores para depois definir a escalação da equipe. **No caso de Agnaldo não puder jogar, Sandro entrará no seu lugar**. Se Viola ficar fora do clássico, o técnico deverá escalar Marquinhos no meio-de-campo, passando Djalminha para atuar no ataque ao lado de Luizão. "Minha intenção é colocar em campo o mesmo time que começou a partida contra o Ceará", disse o técnico. (19N:Br:SP)

No exemplo (13), o infinitivo é a forma verbal utilizada na oração condicional, e, por essa razão, não há indicação de tempo (a marcação temporal é neutra), enquanto no exemplo (14) o modo verbal utilizado na oração condicional é o subjuntivo.

5.3.6. Tempo verbal da oração principal

Com relação ao tempo verbal da oração principal, observamos nos dados do português brasileiro uma frequência maior de tempo presente, com 143 ocorrências. Em segundo lugar, estão os usos de tempo futuro, com 114 marcações, enquanto o tempo passado ocorreu em 40 ocorrências. É o que se observa na tabela 5:

Tabela 5. Tempo verbal da oração principal

Tempo verbal	TOTAL
Presente	143 (47%)
Futuro	114 (38%)
Passado	40 (13%)
TOTAL	302 (100%)

Os exemplos, a seguir, ilustram os tipos de tempo verbal:

- (15) É preciso estendê-lo ao resto das forças armadas. Suponhamos um sargento que quer ser alferes. Pega-se o candidato e faz-se engolir a seguinte beberagem: Ácido azótico.. 5 g Oxalato de potássio. 7 g Magnésia calcinada.. 3 g Biclreto de mercúrio.. 2 g Água destilada.. 100 g Deve-se dar ao paciente tudo isto de uma só vez. Se o sujeito não bater a bota, examinam-se as fezes com o papel tournesol, que, **no caso de avermelhar-se, indica que o tipo pode ser alferes**. No contrário, não. Isto não tem nada que ver com Leibnitz, nem com o seu cálculo infinitesimal; mas não me ficava bem deixar de citar o imortal filósofo e a sua magna obra, podendo, se assim não procedesse, ser confundido com um qualquer legislador metafísico e anarquizado, por aí, que não é senhor do saber integral da humanidade. (19:Fic:Br:Barreto:Bruz)
- (16) Os dois clubes resistem, mas o gerente de esportes da Parmalat, José Carlos Brunoro, trabalha para superar todos os obstáculos. # ao mesmo tempo, o presidente Luís Carlos Silveira Martins tenta obter os recursos necessários para adquirir o passe de Fernando sem envolver o lateral Arce. O Grêmio terá de pagar R\$ 3 milhões para ficar com o ex-goleador do Juventude. Um grupo de empresários gremistas vai ajudar Cacalo. # Ontem, o presidente do Juventude, Carlito Chies, reafirmou sua posição de retomar Fernando no caso de o Palmeiras prescindir do jogador. Chies lembrou que o passe do atleta pertence a Juventude, Palmeiras e Parmalat em partes iguais. Garantiu que até agora não foi fixado o valor do passe.' Antes de fazer qualquer negócio envolvendo Fernando, o Juventude terá de ser consultado. Em princípio, nós queremos o jogador aqui no Jaconi' # José Carlos Brunoro confirmou ontem que realmente está em negociação com o Grêmio mais uma vez e deixou evidente que a questão pode ser definida a qualquer momento' (19N:Br:PA)

- (17) Assim, eles conseguirão elevar nossa capital como centro de distribuição de cargas de todo o Nordeste ", elogiou. nb_rcf_12## # FLORIANOPOLIS - O vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Hülse (PMDB), envolvido no escândalo dos títulos públicos, livrou-se ontem do processo de impeachment. A abertura do processo de responsabilidade de Hülse obteve 20 votos contra 12, quando o quórum de dois terços exigia um mínimo de 27 votos para que o vice fosse julgado. Com a decisão, o PMDB assegura o governo de Santa Catarina. **No caso de o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado, o vice assumirá o cargo.** O presidente não proclamou o resultado, porque ainda vai consultar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o quórum válido, mas a vitória de Hülse dificilmente será revertida. (19N:Br:Recf)

Em (15), o tempo verbal utilizado para ancorar temporalmente a oração principal é o presente do indicativo, em que o verbo “indicar” da oração “*indica que o tipo pode ser alferes*” está conjugado no tempo presente do modo indicativo. No exemplo (16), a oração principal aparece na posição inicial (antes da locução adverbial “no caso de”), com o verbo no passado (pretérito perfeito) do modo indicativo. Já em (17), temos a oração subordinada anteposta à principal, e, nessa, o verbo ocorre no tempo futuro (futuro do presente), indicando que um evento poderá ser realizado futuramente caso a condição expressa na oração condicional “No caso de *o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado*” seja realizada. No caso das orações condicionais introduzidas pela locução conjuncional “no caso de que”, encontramos também uma maior predominância da marca de tempo presente (indicativo) na oração principal. Uma outra classificação que não se aplica a questões de tempo verbal, como orações infinitivas na oração núcleo, foi identificada em cinco recortes apenas, o que corresponde a (2%) dos casos, como mostra o exemplo seguinte:

- (18) O texto é curto e prático e todos os capítulos são recheados de notas, dicas e alertas, ilustradas com as respectivas figuras Note, Tip e Stop. nbr-fol-739## Com direção de Roberto de Oliveira, a Bandeirantes prepara um documentário sobre a Campanha Contra a Fome e o trabalho de o rapaz. O especial deverá ir a o ar em o Brasil e em vários países poucos dias antes de a eleição para o Prêmio Nobel da Paz. nbr-fol-740## O mais grave, no entanto, são os problemas que os clientes poderão enfrentar. **A quem recorrer no caso de um descomprimento de o que é prometido?** Notamos ainda que, quando um passageiro brasileiro se inscreve em um programa de milhagem de uma companhia aérea internacional que serve o Brasil, passados 30 dias, recebe a proposta de a Iapa. (19N:Br:Folha)

5.3.7. Tempo verbal na oração subordinada

Os números mostram que, na oração subordinada (condicional), o tempo verbal mais recorrente é a forma infinitiva, com 272 (90%) ocorrências do total de dados. Os

tempos verbais – presente, passado e futuro – ocorreram em apenas 30 (10%) ocorrências do *corpus*, mostrando que a característica principal das orações condicionais introduzidas pela locução adverbial conectiva “no caso de” é a presença do verbo infinitivo na oração principal. Vejamos os exemplos abaixo:

- (19) O acidente ocorreu em o aeroporto de Tamanrasset, em o sul de a Argélia. O avião transportava 32 pessoas de o clube nigeriano e sete tripulantes. Segundo a agência Efe, 24 pessoas feridas foram hospitalizadas. nbr-fol-8675## Peep-show permite apalpar Da Reportagem Local Além de ser um ponto de encontro de garotas de programa, a casa noturna Paris-Texas se diferencia, em o mercado de o sexo, por dispor de cinco cabines individuais de peep-show e de um salão para shows de striptease particular. **No caso de o cliente desconhecer esses atrativos, uma mulher se oferece para guiá-lo para casa.** 8676## Navegador descobre último mar de o mundo Fernão de Magalhães avistou a Terra do Fogo, enfrentou motins e batizou o estreito que leva o seu nome JAVIER Pérez De ALBÉNIZ De o El País A fronteira de o fim de o mundo leva seu nome: estreito de Magalhães. (20:FOLHA:8675:SEC:soc)
- (20) "Assim, eles conseguirão elevar nossa capital como centro de distribuição de cargas de todo o Nordeste ", elogiou. nb_rcf_12## FLORIANOPOLIS - O vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Hülse (PMDB), envolvido no escândalo dos títulos públicos, livrou-se ontem do processo de impeachment. A abertura do processo de responsabilidade de Hülse obteve 20 votos contra 12, quando o quórum de dois terços exigia um mínimo de 27 votos para que o vice fosse julgado. Com a decisão, o PMDB assegura o governo de Santa Catarina. **No caso de o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado, o vice assumirá o cargo.** O presidente não proclamou o resultado, porque ainda vai consultar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o quórum válido, mas a vitória de Hülse dificilmente será revertida. # ao contrário do governador Paulo Afonso Vieira, que na segunda-feira só obteve os 11 votos da bancada do PMDB, Hülse contou com a ajuda do PFL e do PDT. (19N:Br:Recf)

No exemplo (19), a oração subordinada apresenta o verbo “desconhecer” no tempo futuro do subjuntivo, o que não é comum de acordo com o que podemos perceber nos recortes analisados. Em (19), a oração condicional é “No caso de o cliente desconhecer esses atrativos” e a oração principal é representada por “uma mulher se oferece para guiá-lo para a casa”. Na ocorrência (20), o verbo da oração subordinada é empregado no infinitivo, comportamento este que parece uma característica das orações condicionais inseridas pela locução conjuncional “no caso de (que)” no português. Ainda com relação ao exemplo (20), podemos identificar alguns traços de polissemia no uso da locução adverbial conectiva “no caso de” para indicar a relação semântica de condição, pois, tal elemento conectivo pode ser substituído pela conjunção temporal “quando”, como em (14): “*Quando Agnaldo não puder jogar, Sandro entrará no seu lugar*”. Isso certamente aponta para uma oscilação funcional no uso da locução

conjuncional “no caso de”, o que, por sua vez, é típico de construções que estão em processo de GR.

5.3.8. Tipo de operador

No que diz respeito ao tipo de operador, o objetivo foi verificar a frequência de uso da locução adverbial conectiva “no caso de” e da locução conjuncional “no caso de que”, considerando a nossa hipótese de que o uso de “no caso de” constitui a base formativa da locução conjuncional “no caso de que”, que parece ser mais gramatical que os demais casos discutidos até o momento. As evidências listadas até aqui parecem sustentar a nossa ideia de que estamos diante de um processo de GR, de modo que podemos observar transformações semânticas e morfossintáticas (de rearranjo estrutural), acompanhadas de processos metafóricos e metonímicos (HOPPER e TRAUGOTT, 1993), e também a recategorização de *nome* > *preposição* > *conjunção*.

Em termos numéricos, em 302 ocorrências de “no caso de (que)”, encontramos 292 casos de “no caso de” como locução adverbial conectiva e 10 casos de “no caso de que” como locução conjuncional. A tabela abaixo traz a porcentagem de uso:

Tabela 6. Tipo de operador

Operador conjuncional	TOTAL
<i>No caso de</i> – locução adverbial conectiva	292 (96%)
<i>No caso de que</i> – locução conjuncional	10 (4%)
TOTAL	302 (100%)

Vejamos os exemplos a seguir:

- (21) "Foi um ato isolado, feito por 10 ou 15 estudantes ", disse. " Não dá para controlar um grupo tão grande ", justificou. Ele se dispôs a ressarcir os estragos feitos durante a manifestação. " A destruição não foi tão grande assim ", comentou. # Dávila não sabe se a delegacia aceitará a oferta de ressarcimento. Ele disse que será necessário aguardar o andamento do inquérito policial. O delegado titular do 77º Distrito Policial, Reinaldo Corrêa, adiantou que há possibilidade de a pena ser reduzida no caso de o dano ser ressarcido. " Isso, no entanto, dependerá da decisão do juiz que cuidará do caso " Para o presidente da UNE, a manifestação foi vitoriosa. # nb_sp_678## # CRISTIANE SEGATTO # Enviada especial # São CARLOS - A primeira experiência brasileira a viajar na nave espacial Columbia na semana passada ressaltou a produção de São Carlos, uma ilha de excelência científica a 244 quilômetros da capital paulista. – (19N:Br:SP)

- (22) À S. Ex.^a. o Sr. Conde Granville, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Calcutá, 13 de agosto de 1883. Senhor Conde Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado Secretário de Estado das Colônias dou conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença a V. Ex.^a para resumi-los aqui, no caso de que o governo de Sua Majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado, ou vai sê-lo. Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Ex.^a que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé. (18:Machado:Balas)

Os dados e os exemplos listados acima confirmam o fato de “no caso de” ser bastante frequente no português brasileiro como elemento conectivo de valor condicional, seguido dos usos de “no caso de que” que são ainda não muito frequentes e mais presos a gêneros discursivos mais formais (textos acadêmicos, editoriais de jornal, etc). No exemplo (21), a locução adverbial conectiva “no caso de” atua claramente como um elemento conectivo de valor condicional, sendo, pois, possível, a substituição de “no caso de” pela conjunção condicional prototípica “se”. Tal expressão é classificada aqui como “locução adverbial conectiva” pelo fato de se assemelhar a um advérbio com função relacional, distanciando-se, pois, do uso de “no caso de” como locução prepositiva. Assim, o uso de “no caso de” como locução adverbial conectiva não permite a inserção de nenhum elemento na sua estrutura composicional interna, restrição esta que não se mantém para os demais casos de “no caso de” (como locução preposicional). Em (22), temos um exemplo de “no caso de que” empregado como locução conjuncional de valor condicional. A diferença entre os dois tipos de conectivo é que, no caso da locução conjuncional “no caso de que”, o modo verbal da oração subordinada tende a ser o subjuntivo, exatamente por indicar um fato possível, e isso é motivado pela presença da palavra “que” que leva o verbo para o subjuntivo. No caso da locução adverbial conectiva, o verbo da oração principal tende a ficar no infinitivo.

Tais usos comprovam mais uma vez a ideia de um processo de GR em curso, em que se percebe um deslocamento funcional de um domínio mais lexical (concreto) para um domínio mais gramatical (abstrato), com a “desativação” de alguns traços semânticos em detrimento de algumas outras funcionalidades que vão sendo agregadas ao longo do percurso de mudança linguística da expressão “no caso de (que)”. Nos dados do português brasileiro, encontramos usos de “no caso de” como locução prepositiva, locução adverbial conectiva, locução conjuncional e introdutor de tópico,

fato que reforça as observações de Hopper e Traugott (1993), Heine et. al. (1991), Bybee (2003) e Gonçalves et al. (2007) sobre os princípios e parâmetros de GR.

5.3.9. Forma de manifestação do sujeito da oração subordinada

No que tange à forma de manifestação do sujeito da oração subordinada, isto é, as estratégias de codificação morfossintática do sujeito, encontramos o seguinte:

Tabela 7. Forma de manifestação do sujeito

Forma de manifestação	TOTAL
Sujeito pronominal	89 (29%)
Sintagma nominal	167 (55%)
Sujeito anafórico/oculto	46 (16%)
TOTAL	302 (100%)

Como se pode observar, a forma de manifestação preferida pelo sujeito da oração subordinada é o sintagma nominal, com 55% dos dados, seguida do sujeito pronominal, com 29% dos casos, e, por último, o sujeito anafórico com 16% dos dados.

As ocorrências (22), (23) e (24) ilustram esses tipos de manifestação:

- (23) Dizei-lhe que faça com que seus artistas decorem melhor os papéis, e aprendam a pronunciar com perfeição os nomes estrangeiros. Esqueci-me de pedir-vos isto naquela brilhante reunião em que vos encontrei seta-feira, tão bonitas, tão satisfeitas, tão risonhas, que bem se via que esta noite tem de ficar gravada na vossa memória, até que outra a venha fazer esquecer. E agora atirai o jornal de lado, ou antes passai-o ao vosso marido, ao vosso pai ou ao vosso titio, para que ele leia o resto. Bem entendido, **no caso de que não esteja pensando em ações, porque então é escusado, não me dará a atenção** de que eu preciso para falar a respeito da discussão que tem havido ultimamente na câmara. O Sr. Sayão Lobato fazendo a exumação dos partidos políticos, procurou demonstrar que as idéias liberais tinham sido sempre estéreis para o país. Em resposta duas vezes se ergueram; a do Sr. Melo Franco que defendia seus aliados, ea a do Sr. F. (18:Alencar:Correr) – sujeito anafórico
- (24) Desde terça-feira, no 3º andar do Praia de Belas Shopping Center, 50 expositores apresentam seus produtos na Feira Infoshow da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações (Sucesu-RS). ao mesmo tempo e na mesma área ocorre a Sucesu-RS Net*97, a primeira feira sobre Internet no Rio Grande do Sul. **No caso de o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar hoje um pacote de decisões para conter o consumo, o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira.** A estimativa de vendas diretas oscila entre um mínimo de R\$ 6 milhões e um máximo de R\$ 8 milhões (sem as restrições ao crédito). (19N:Br:PA)

- (25) Parvos que sois! disse ele. Se vos parece, revoltai-vos agora que estais em meu poder, e que não tendes outro remédio senão seguir a minha fortuna! Voltai.. Também eu voltarei; mas para denunciar-vos a todos. Os dois aventureiros empalideceram. -Não me façais lembrar, Loredano, disse Rui Soeiro abaixando um olhar rápido para o punhal, que há um meio de fechar para sempre as bocas que se obstinam a falar. -Isto quer dizer, replicou o italiano desdenhosamente, que me mataríeis no caso de que eu vos quisesse denunciar? -À fé que sim! respondeu Rui Soeiro com um tom que mostrava a sua resolução. -E eu pela minha parte faria o mesmo! Primeiro está a nossa vida que as vossas venetas, misser italiano. -E que ganharíeis vós em matar-me? perguntou Loredano sorrindo. -Essa é melhor! que ganharíamos? Achais que é coisa de pequena valia assegurar a sua existência e o seu descanso? (18:Alencar:Guarani)

Pelos exemplos acima, podemos notar que, no caso das orações condicionais introduzidas pela locução “no caso de (que)”, o português brasileiro opta por preencher a posição de sujeito com um sintagma nominal (ou uma forma pronominal). Nesse tipo específico de oração condicional, o falante parece evitar o uso de sujeito oculto.

5.3.10. Forma verbal da oração subordinada

Com relação às orações condicionais inseridas pela locução adverbial conectiva “no caso de”, verificamos, no *corpus* de análise, que a maior parte das ocorrências aparece na forma não-finita (com o verbo no infinitivo), ao passo que, no caso das orações inseridas pela locução conjuncional “no caso de que”, todas ocorrem na forma finita (com o verbo flexionado). É o que observamos nos exemplos a seguir:

- (26) Estive muito implicado nessa questão, como encarregado da renegociação da dívida. Inicialmente, os bancos credores exigiam para um acordo a anuência do FMI, mediante uma operação com a instituição e a emissão, pelo Tesouro norte-americano, de títulos de longo prazo para dar em garantia. Consegui convencer os bancos a aceitar uma derrogação para tal exigência enquanto, muito discretamente, conseguimos comprar, no mercado, os títulos do Tesouro sem ter de pedir às autoridades norte-americanas uma emissão especial, que teria sido aceita só no caso de ter um acordo com o FMI. Fomos assim o primeiro País a conseguir a reestruturação de nossa dívida sem ter acordo com o FMI. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- (27) Se sabe alguma coisa dos meus antepassados e do meu nascimento, conte-me tudo! Juro-lhe que lhe ficarei reconhecido por isso! Ou, quem sabe? serei tão desprezível a seus olhos, que nem sequer li e mereça tão miserável prova de confiança.. - Não! não! ao contrário, meu amigo! Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha, no caso de que isso tivesse lugar.. E só peço a Deus que lhe depare a ela um marido possuidor das suas boas qualidades e do seu saber; creia, porém, que eu, como bom pai, não devo, de forma alguma, consentir em semelhante união. Cometeria um crime se assim procedesse.. (18:Azevedo:Mulato)

Como bem se pode observar, temos em (26) um exemplo de oração condicional com o verbo na forma infinitiva “ter” (forma não-finita). No exemplo (27), temos um caso de oração condicional com o verbo “ter” flexionado no pretérito imperfeito do subjuntivo (forma finita). Ademais, cabe dizer que não encontramos, em nossa análise, casos de orações condicionais com o verbo no gerúndio/particípio.

5.3.11. Posição da oração subordinada em relação à oração principal

Em relação à posição da oração subordinada, constatamos que a oração condicional inserida pela construção “no caso de (que)” apresenta uma frequência relativamente equilibrada entre posição final (com 162 ocorrências) e posição inicial (com 140 ocorrências). Vejamos a porcentagem da tabela abaixo:

Tabela 8. Posição da oração subordinada em relação à oração principal

Posição da oração subordinada	TOTAL
Posição final	162 (53%)
Posição inicial	140 (47%)
TOTAL	302 (100%)

De acordo com Pereira e Paiva (2004, p. 254), a “flexibilidade da oração no período é um outro critério que pode auxiliar na determinação do seu grau de vinculação” sintática. Nesse sentido, e também com base em Lehmann (1988) que diz que as orações hipotáticas são mais flexíveis do que as orações encaixadas no que tange à ordenação sintática, verificamos que as orações condicionais introduzidas pela construção “no caso de (que)” apontam para um grau menor de vinculação sintática com a oração principal, haja vista que, no português brasileiro, tais orações podem ocorrer tanto na posição final quanto na posição inicial, diferenciando-se, assim, das orações encaixadas/completivas que apresentam uma ordem mais fixa.

Apresentamos, na sequência, um exemplo de cada tipo ordem:

- (28) Por sorte não vendera nenhum dólar, poderiam chegar até o dinheiro escondido, do mesmo modo como chegaram até ele por causa da venda do revólver. O melhor que tinha a fazer era esconder o dinheiro em outro lugar. Até porque, se encontrassem Rose, ela poderia denunciar a existência dos dólares e a polícia inteira cairia em cima dele. Esse era um cuidado que teria que tomar em relação à secretária. **No caso de *ser encontrada*, seria confrontada com a história inventada por ele**, e o mínimo que ela poderia fazer em troca era contar a história do suicídio, do bilhete e dos dólares. (19:Fic:Br:Garcia:Silencio)

- (29) Israel e a Síria vivem um impasse sobre o futuro das Colinas de Golan, ocupadas pelos israelenses. No sul do Líbano, guerrilhas do Hezbollah mataram dois integrantes damilícia pró-israelense Exército do Sul do Líbano num atentado à bomba em uma estrada. Em represália, aviões de combate israelenses realizaram dois ataques com mísseis, num intervalo de três horas, contra supostos alvos do Hezbollah. # Ameaça de atentado ## JERUSALÉM - O braço armado do movimento integrista palestino Hamas ameaçou, ontem, Israel com a prática de um atentado de grandes proporções, no caso de não obter satisfação para sua exigência de cessar as agressões contra civis palestinos. "Se nossas exigências não forem atendidas, haverá uma grande operação. Nossa capacidade militar é mais importante do que pensa o inimigo ", afirmou o grupo Ezzedin al Kassam, em um comunicado. # " Rejeitamos uma trégua, a não ser que atendam nossas exigências justas ", adianta o texto. (19N:Br:Recf)
- (30) E apontou na direção da cruz. Era seu irmão e dizem que meu pai.. Pois bem, peça-lhe por ele que me fale com franqueza! Se sabe alguma coisa dos meus antepassados e do meu nascimento, conte-me tudo! Juro-lhe que lhe ficarei reconhecido por isso! Ou, quem sabe? serei tão desprezível a seus olhos, que nem sequer li e mereça tão miserável prova de confiança.. - Não! não! ao contrário, meu amigo! Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha, no caso de que isso tivesse lugar. E só peço a Deus que lhe depare a ela um marido possuidor das suas boas qualidades e do seu saber; creia, porém, que eu, como bom pai, não devo, de forma alguma, consentir em semelhante união. Cometeria um crime se assim procedesse.. - Com certeza há parentesco de irmão entre ela e eu! - Repare que me está ofendendo.. - Pois defenda-se, declarando tudo por uma vez! (18:Azevedo:Mulato)

5.3.12. Tipo de gênero discursivo

Quanto ao tipo de gênero discursivo, observamos que as orações condicionais inseridas pela construção “no caso de (que)” ocorrem com mais frequência nos gêneros discursivos acadêmico (com 116/40% das ocorrências) e fictício (com 89/29% das ocorrências), com destaque maior para os textos do gênero acadêmico. O gênero oral, por sua vez, ocorreu em 51/16% dos casos das orações condicionais e o gênero jornalístico, em 46/15% dos dados catalogados. O fato de a locução “no caso de (que)” ocorrer com mais frequência em textos escritos do gênero acadêmico explica porque tal elemento conjuncional complexo não é encontrado com muita facilidade nos dados de língua falada ou em textos mais informais, já que, em termos cognitivos, o uso da construção “no caso de que” exige um esforço maior por parte do falante no que tange ao processo de combinação de orações, em especial no processo de codificação das relações de tempo e da forma verbal. Consequentemente, o seu uso torna-se mais recorrente em textos formais, que, pela sua própria natureza composicional, requer um tratamento/cuidado maior com a linguagem.

5.3.13. Existência de material interveniente entre as orações envolvidas

Em nossa análise, no que diz respeito à existência de algum material interveniente entre a oração subordinada e oração principal, observamos a presença (não muito frequente) de alguns elementos entre as duas orações, como: “*e, só, aí, mesmo, que, ou, então, porque, assim, mas, também*”. Entretanto o uso desses materiais nos recortes com “no caso de” representam apenas 12,5% dos dados (38 ocorrências). Nos 302 recortes analisados, em geral, o que se observa é a ausência de material interveniente entre as orações envolvidas (um de 264 ocorrências/87,5%). Esse resultado, de certa forma, referenda a nossa expectativa de não encontrar algum material entre as duas orações, considerando-se o fato, já discutido, de que as orações hipotáticas tendem a apresentar um grau intermediário de vinculação sintática entre a subordinada e oração principal, o que permitiria, assim, a inserção de algum elemento nos limites oracionais.

Observemos alguns exemplos a seguir:

- (31) As três Marias e João se postaram num lado, os soldados romanos em outro. João era o irmão de Cunhantan, um índio imberbe de rosto grande, quase sempre sorridente, mas com ar meio espantado agora. Houve uma conversa em voz baixa que um soldado romano rematou, dizendo: - vamos fazer como estava combinado. Antonio insistira no uso de pregos de verdade, escolhera-os longos e finos, que fossem realmente fincados em cada mão, no caso de não aguentarem o peso do corpo que se amarrassem também os braços na cruz. Nos pés, só cordas, bem fortes. Manuel reunira o grupo dos mais íntimos, fez a ponderação: * É preciso evitar que o uso das mãos seja prejudicado. Apareceu um ex-enfermeiro de hospital do Rio, Espiridião, que examinou os pregos: - Eles devem ser pregados entre um metacarpo e outro, em cima e apontou onde. (19:Fic:Br:Olinto:Sangue)
- (32) o teste pode ser aplicado - embora seja um teste curto - ele pode ser aplicado por duas pessoas - certo? então numa trilha tem um a quatro outra trilha tem - cinco a oito - tem que seguir a mesma ordem - mas pode ser dividido L.A. - e a outra? Inf. - ou outra você poderiam dividir uma parte () nominal ou outra parte () e escrita L.A. - () duas pessoas? Inf. - não mas aí **no caso de ter uma terceira** então *vocês tem que que ver* porque aí - também - não dá pra dividir as / mais - o teste () nem com a parte de: compreensão - de () aluno () - porque as tarefas - DA pra dividir assim realismo () e escrita - certo? L.A. - a outra fica obsevando Inf. - mas é bom que ela participe de uma das partes - não é? (19Or:Br:LF:Recf)
- (33) E agora atirai o jornal de lado, ou antes passai-o ao vosso marido, ao vosso pai ou ao vosso titio, para que ele leia o resto. Bem entendido, **no caso de que não esteja pensando em ações, porque então é escusado**, *não me dará a atenção de que eu preciso para falar a respeito da discussão que tem havido ultimamente na câmara.* O Sr. Sayão Lobato fazendo a exumação dos partidos políticos, procurou demonstrar que as idéias liberais tinham sido sempre estéreis para o país. (18:Alencar:Correr)

Como podemos notar, no exemplo (31), a oração relativa “que fossem realmente fincados em cada mão” opera entre as duas orações (a subordinada e a principal), abrandando, de certa maneira, a relação sintática entre as duas orações. No exemplo (32), o que se observa é o uso do articulador “então” entre a oração subordinada “*ter uma terceira*” e a oração principal “*vocês tem que ver*”. Já no exemplo (33), temos uma outra oração explicativa “porque então é escusado” entre as duas orações, afrouxando, pois, o grau de vinculação sintática estabelecido entre elas.

5.4. Aplicação dos critérios de Kortmann para a definição de conjunções

Preocupado com o estatuto linguístico das conjunções adverbiais, Kortmann (1994) elenca alguns critérios definidores para essa classe, quais sejam: (i) as conjunções constituem formas não-flexionais, isto é, não aceitam marcação de número, gênero e caso, como é o caso dos pronomes relativos (que aceitam essas marcas); (ii) as conjunções atuam sobre uma oração que funciona como um adjunto adverbial; (iii) as conjunções não aceitam funções argumentais de sujeito/objeto na oração da qual fazem parte; (iv) assumem uma posição fixa na margem da oração; por fim, (v) as conjunções não pertencem a um determinado registro ou modalidade de uso da língua.

Quanto ao primeiro critério, verifica-se que a locução conectiva “no caso de” não aceita nenhuma marcação de número, gênero ou caso, como segue:

- (34) a. Por sorte não vendera nenhum dólar, poderiam chegar até o dinheiro escondido, do mesmo modo como chegaram até ele por causa da venda do revólver. O melhor que tinha a fazer era esconder o dinheiro em outro lugar. Até porque, se encontrassem Rose, ela poderia denunciar a existência dos dólares e a polícia inteira cairia em cima dele. Esse era um cuidado que teria que tomar em relação à secretária. **No caso de ser encontrada, seria confrontada com a história inventada por ele**, e o mínimo que ela poderia fazer em troca era contar a história do suicídio, do bilhete e dos dólares. (19:Fic:Br:Garcia:Silencio)
- b. ***Nos casos de ser encontrada, seria confrontada com a história inventada por ele**, e o mínimo que ela poderia fazer em troca era contar a história do suicídio, do bilhete e dos dólares. (19:Fic:Br:Garcia:Silencio)

Em (34b), a locução conectiva “no caso de” não permite a marcação de número, confirmando o fato de que se trata de um caso de elemento conjuncional.

Em geral, a posição assumida pela locução conectiva/conjuncional “no caso de (que)” é a posição inicial da oração: trata-se de uma posição obrigatória no Português:

- (35) a. E agora atirai o jornal de lado, ou antes passai-o ao vosso marido, ao vosso pai ou ao vosso titio, para que ele leia o resto. Bem entendido, **no caso de que não esteja pensando em ações, porque então é escusado, não me dará a atenção** de que eu preciso para falar a respeito da discussão que tem havido ultimamente na câmara. O Sr. Sayão Lobato fazendo a exumação dos partidos políticos, procurou demonstrar que as idéias liberais tinham sido sempre estéreis para o país. Em resposta duas vezes se ergueram; a do Sr. Melo Franco que defendia seus aliados, ea a do Sr. F. (18:Alencar:Correr) – sujeito anafórico
- b. * *não esteja pensando no caso de que em ações, porque então é escusado, não me dará a atenção* de que eu preciso para falar a respeito da discussão que tem havido ultimamente na câmara.
- (36) a. Desde terça-feira, no 3º andar do Praia de Belas Shopping Center, 50 expositores apresentam seus produtos na Feira Infoshow da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações (Sucesu-RS). ao mesmo tempo e na mesma área ocorre a Sucesu-RS Net*97, a primeira feira sobre Internet no Rio Grande do Sul. **No caso de o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar hoje um pacote de decisões para conter o consumo, o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira.** A estimativa de vendas diretas oscila entre um mínimo de R\$ 6 milhões e um máximo de R\$ 8 milhões (sem as restrições ao crédito). (19N:Br:PA)
- b. * *o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar no caso de hoje um pacote de decisões para conter o consumo, o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira.*

Os exemplos acima mostram que a locução conectiva/ conjuncional “no caso de (que)” só ocorre no início da oração. Quando a mesma é deslocada para uma outra posição da oração, a sentença se torna agramatical, como em (35a) e (36b).

Em vista dos exemplos analisados, vimos que a função da locução conectiva/ conjuncional é inserir a oração adverbial de condição, atuando, portanto, como modificador/ adjunto da oração principal (em termos de informação circunstancial).

Foi possível verificar também que, apesar de apresentar uma frequência maior em certos gêneros textuais, os usos de “no caso de (que)” como locução conectiva/ conjuncional ocorrem tanto em textos de língua falada quanto em textos de língua escrita, o que mostra que a locução não se restringe apenas a uma modalidade de uso.

5.5. Considerações parciais

Nesse capítulo, mostramos que a construção “no caso de (que)” atua na articulação de orações hipotáticas de valor condicional, estabelecendo entre a oração condicional e a oração principal um grau médio de integração sintática, aspecto este que é reforçado pela correlação modo-temporal (presente do indicativo/ sentença infinitiva) e a não-correferência dos sujeitos das orações envolvidas. Tal comportamento funcional, acompanhado dos demais usos de “no caso de” (conforme discutido no capítulo 3) indica que estamos diante de um processo de GR em curso, que vai do mais lexical para o mais gramatical (do concreto para o mais abstrato/discursivo).

Os usos de “no caso de (que)” no português brasileiro, incluindo os usos descritos no capítulo 3 (como forma nominal, locução prepositiva e introdutor de tópico) percorrem o mesmo trajeto de GR descrito por Traugott (1982) e Hopper e Traugott (1993), qual seja: *Proposicional (referencial) > Textual (coesão) > Expressivo (atitude do falante)*, com grande destaque para os usos textuais (de coesão).

Além disso, verificamos também que as orações condicionais hipotáticas introduzidas pela locução “no caso de (que)” são definidas como eventuais, pois a oração subordinada indica a eventualidade de um fato que, no caso de ocorrer ou ser realizado, o conteúdo da oração principal será tido como certo/realizável, estabelecendo, pois, uma relação muito próxima daquela de causa/consequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar os usos de “no caso de (que)” no Português brasileiro, a partir dos pressupostos teóricos da GR (TRAUGOTT, 1982, 1995, 1999; TRAUGOTT E KÖNIG, 1991; HOPPER & TRAUGOTT, 1993) e também do Funcionalismo (DIK, 1997; GIVÓN, 1979). Considerando as propriedades sintáticas, semânticas e pragmático-textuais responsáveis pelos usos da referida expressão, mostramos que o substantivo “caso”, considerado núcleo da locução “no caso de (que)”, pode se transferir de um domínio mais concreto (lexical) para um domínio mais abstrato (gramatical), confirmando a nossa hipótese de que o item em questão, ao integrar uma locução, desencadeia um processo de mudança, com o acréscimo de novas funções.

As ocorrências catalogadas e analisadas foram coletadas de textos escritos e falados do *Corpus* do Português, a partir de uma investigação qualitativa e também quantitativa. Por apoiar-se no modelo funcionalista da linguagem, este estudo buscou apresentar, inicialmente, uma explanação sobre os princípios teóricos do Funcionalismo e da GR, a fim de discutir e mostrar em que medida tais questões teóricas são de extrema importância para a análise da formação e dos usos de “no caso de (que)”.

É por essa razão que apresentamos, no capítulo 2, uma discussão sobre perífrases conjuncionais de base nominal, verbal, adverbial e de base prepositiva. Com base em outros estudos a respeito desse tipo de construção, constatamos a relação existente entre esse tipo de formação e a GR, bem como a transformação pela qual vem passando o quadro de conjunções desde o latim vulgar. O estudo favoreceu a compreensão do processo de locuções e perífrases, além de nos ajudar a entender melhor o processo de inovação pelo qual vem passando a expressão “no caso de (que)”.

No capítulo seguinte, listamos alguns aspectos da natureza linguística das conjunções condicionais e do processo de articulação de orações, de acordo com estudos linguísticos e alguns compêndios gramaticais. No quarto capítulo, discutimos o grau de gramaticalidade dos usos de “no caso de (que)”, mostrando também as diferentes leituras semânticas que se pode fazer no uso dessa locução e como se pode perceber no curso da mudança linguística desse objeto, incluindo casos ambíguos.

Por fim, na análise dos dados, descrevemos o comportamento funcional de “no caso de (que)” no Português, a partir da observação de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos atrelados à locução “no caso de (que)”. Entre as descobertas, verificamos

que o núcleo da expressão “no caso de (que)” passa de nome à conjunção (nome>conjunção), adquirindo, conseqüentemente, mais restrição gramatical, com a abstratização da expressão conjuncional e a perda de autonomia da expressão. Trata-se, pois, de um resultado que referenda a proposta de unidirecionalidade no percurso de GR.

Nesta pesquisa, a GR foi compreendida nos termos de Traugott (1982, 2003), Traugott & König (1991), Sweetser (1991) e Bybee (2003), que analisam a GR numa abordagem que envolve “ganho” de significado e maior variabilidade funcional. Nesse caso, os autores acima foram de grande contribuição para este estudo, pois, observamos, na análise dos dados, um fortalecimento do processo metafórico. Nesse processo gradual de aumento de gramaticalidade, foi verificado o valor de condição expresso em vários contextos em que o articulador “no caso de (que)” fora usado no português. De acordo com o que pudemos averiguar, acreditamos que houve um reaproveitamento do termo “caso” na referida expressão, podendo ser atribuído ao mesmo, dentro da locução, um valor de conjunção, por apresentar condicionalidade em sua leitura.

1. Generalizações sintático-semânticas

Apresentamos aqui algumas generalizações sintático-semânticas referentes à aplicação dos parâmetros de análise às ocorrências de orações condicionais inseridas pela construção “no caso de (que)” no *Corpus* do Português.

2. Propriedades morfossintáticas das orações condicionais introduzidas pela locução (conjuncional) “no caso de (que)”

Com a análise dos casos de orações condicionais introduzidas pela construção “no caso de (que)” no português brasileiro, a partir da observação de diversos parâmetros, foi possível verificarmos os seguintes aspectos:

- i) As orações condicionais introduzidas pela locução adverbial conectiva “no caso de” tendem a ocorrer na forma não-finita (com o verbo no infinitivo);
- ii) A forma de manifestação mais recorrente dos sujeitos da oração hipotática (condicional) é o sintagma nominal, seguida da forma pronominal;

- iii) As orações condicionais introduzidas pela locução conjuncional “no caso de (que)” podem ocorrer no português brasileiro tanto na posição inicial (em 47% dos dados) quanto na posição final (em 53% dos dados), evidenciando, assim, uma ordenação mais flexível da oração condicional em relação à oração núcleo;
- iv) Em geral, há poucos casos de material interveniente entre a oração condicional e a oração principal, com destaque para elementos como “então”, “e”, “porque”, “orações relativas”, “orações explicativas”, dentre outros tipos.

3. Propriedades semântico-discursivas das orações condicionais introduzidas pela locução (conjuncional) “no caso de (que)”

- i) As orações condicionais inseridas pela locução “no caso de (que)” tendem a designar uma entidade de terceira ordem (proposição), ao passo que a oração principal tende a designar uma entidade segunda ordem (evento);
- ii) As orações condicionais introduzidas pela locução “no caso de (que)” são não-factuais, exatamente por conta de sua própria natureza semântica (indicam uma hipótese: algo que pode ou ser realizado/podia ser realizado);
- iii) Os sujeitos da oração condicional e da oração principal não são correferenciais (os sujeitos das duas orações são distintos em termos referenciais), fato que aponta para um grau menor de integração sintática entre as orações;
- iv) Nas orações condicionais de “no caso de (que)” predomina sempre a forma verbal no infinitivo, o que torna mais latente a sua dependência temporal da principal;
- v) O tempo verbal das orações condicionais de “no caso de (que)” tende a seguir o padrão *presente do indicativo-oração principal/ sentença infinitiva-oração subordinada*, resultado este que referenda e explica a preferência dos falantes do português brasileiro pela forma não-finita na oração condicional;
- vi) No que tange ao tipo de gênero discursivo, as orações condicionais inseridas pela locução “no caso de (que)” ocorrem com uma frequência maior nos gêneros discursivos acadêmico (com 116/40% das ocorrências) e fictício (com 89/29% das ocorrências), com destaque maior para o gênero acadêmico;
- vii) Em geral, as orações condicionais são introduzidas pela locução adverbial conectiva “no caso de” (mais frequente nos dados), ficando a locução conjuncional “no caso de que” (menos frequente no *corpus* pesquisado) na segunda posição; apesar de serem formas diferentes, a função é de conexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N. M. **Gramática Latina**: curso único completo. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
- AMORIN, F. S. Alguns indícios sincrônicos da gramaticalização do conector “por causa de que”. **Revista Eletrônica de Linguística**, v. 5, 2011.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BRAGA, M. L. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, p.443-460, 1999. V. VII: Novos estudos.
- BRAGA, L. M. Aí e então em expressões cristalizadas. *CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, n. 44. Campinas: Unicamp/IEL, 2003.
- BUENO, F. S. **Gramática normativa da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1967.
- BUTLER, C. S. Functionalist approaches to language. In _____. **Structure and function**: a guide to three major structural-functional theories: Part 1 approaches to the simple cause: Studies in Language Companion Series. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishers, 2003. p. 1-31.
- BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, M. (Ed.). **The new psychology of language**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003a. v. 2, p. 145-167.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.
- BUENO, F. S. **A formação histórica da língua portuguesa**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
- CÂMARA JR, J. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1975.
- _____. **Dicionário de linguística e gramática**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CAMPBELL, L; JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. **Language Sciences**, n. 23, p. 93-112, 2001.
- CARVALHO, C. dos S. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos**: uma análise funcionalista. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- CASTILHO, A. T. **Unidirecionalidade ou multidirecionalidade?** O Problema da gramaticalização. In: KOLLOQUIUM IN MUNSTER 2003: DANS BRASILIANSISCHE PORTUGIEISCH : PERSPEKTIVEN DER GEGENWÄRTIGEN FORSCHUNG, 1-18 de Janeiro, 2003, 19p.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Nova minigramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CINTRA, M. R. A perífrase ir (pres.) + (es) + a (r) + gerúndio como indício de inovação linguística. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v.37, p. 233–241, 2008.

COSTA, A. L. Estruturas contrastivas: desenvolvimento do conhecimento explícito e da competência de escrita. **Dissertação de Doutorado (Linguística Educacional)**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 77-99.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1976.

CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

CUNHA, M. A. F. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. da et al. (Org.) **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29-55.

DAVIES, M., FERREIRA, M. **Corpus do português: 45 million words, 1300s-1900s**. 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso.. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento et alii (orgs.) . **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2001.

DICIONÁRIO MICHAELIS. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

DIK, S. **The theory of functional grammar: parte I: the structure of the clause**. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. The semantics of conditionals. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M., VET, C. (Eds.) **Layers and levels of representation n language theory: a functional view**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p.233-261.

DIK, S. C. et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M., VET. C. (Eds.) **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 25-70.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar II**. New York: Mouton, 1997.

_____. **The theory of functional grammar**. v. 1 ed. By Hengeveld (Kees). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FONSECA, A. M. H. **Tempo, aspecto, modo/modalidade (TAM) na expressão de futuridade**. São José do Rio Preto: UNESP, 2007.

GALBIATTI, E. M. **Análise comparativa do processo de gramaticalização das perífrases conjuncionais *agora que* e *já que***. 2008. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara.

GIVÓN, T. **On understanding grammar**. London: Academic Press, 1979.

_____. Irrealis and the subjunctive. **Studies in Language**, v. 18, p. 265-337, 1994.

GORSKI, E. A (não) realização do sujeito e a integração de orações. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 161-173, 2º sem. 2001.

GONÇAVES, S. C. L. et al. **Introdução à gramaticalização**. Parábola: São Paulo, 2007.

HAGÈGE, C. Les processus de grammaticalisation. In: Haspelmath, M.; König, E.; Oesterreicher, W.; Raible, W. (eds). **Language typology and language universals**. Berlin, New York: Walter Gruyter, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Arnold, 1994, [1985].

HEINE, B.; REH, M. **Grammaticalization and reanalysis in african languages**. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HEINE, B, CLAUDI, U, HÜNNEMEYER, B. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B. Grammaticalization as an Explanatory Parameter. In: PAGLIUCA, W. (org.). Perspectives on grammaticalization. **Current Issues in Linguistic Theory**, n. 109. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 255-287.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R. D. (eds.) **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 575-601.

HEINE, B.; KUTEVA, T. **The genesis of grammar: a reconstruction**. Studies in the evolution of language. New York: Oxford University Press, 2007.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN der AWERA, J. (Ed.) **Adverbial constructions in the languages of Europe**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998, p. 335-419.

HOPPER, P. J. Emergent Grammar. **Berkeley Linguistic Society**, n. 13 1987, p. 17-36.

_____. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.). **Approaches to grammaticalization**, v. 1, Amsterdam/ Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 17-35.

_____. Emergent Grammar. In: TOMASELLO, Michael (ed.). **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to linguistic structure**. Englewood Cliffs, NJ: Erlbaum, 1998.

_____. Hendiadys and auxiliation in English. In: BYBEE, Joan; HAINAN, John; NOONAN, Michael (eds.). **Complex sentences in grammar and discourse: a festschrift for Sandra Thompson**. Amsterdam: John Benjamins, 2002, pp. 147-173.

HOPPER, P., TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: University Press, 1993.

_____. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi e KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. (Orgs.) **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 89-132.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 75-85.

KORTMANN, B. Adverbial subordinators in the languages of Europe. Towards a typology and history. **Eurotyp Working Papers**, v. 8, 1994.

_____. **Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

KURY, A. G. **Português básico: gramática, antologia, exercícios**. 15 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora digital, 2007.

LAKOFF, G.; Johnson M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: THOMPSON, S.; HAIMAN, J. (orgs.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 181-225.

_____. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. **Lingua and Stile**, v.20, n. 3, 1985, p. 302-318.

LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization**. München, Newcastle: Lincom Europa, 1995 [1982].

LIMA-HERNANDES, M. C. P. **Gramaticalização de combinação de cláusulas: orações de tempo no português do Brasil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LINK, D., MAZOCCO, D. M. O estudo da gramaticalização da perífrase conjuncional dado que. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: [s.n.], 2011.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. **A gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’**. 2003. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem- UNICAMP, Campinas.

_____. **Considerações sobre gramaticalização de perífrases condicionais de base adverbial.** [S.l.]: UNESP / FAFESP, 2004.

_____. **Flutuação e gramaticalização no paradigma dos jutores em português: forma, significado e história de (na) hora que.** São José do Rio Preto: UNESP, 2011.

LOPES, C. **Gramaticalização: definição, princípios e análise de casos.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira.** São Paulo: Globo, 2002.

MARTELOTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. Os paradigmas da gramaticalização. In: MARTELOTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Grupo de Estudos Discurso & Gramática, 1996. p.24-40. Disponível em: <http://www.discursoeagramatica.letas.ufrj.br/download/publicacao_livro_gramaticalizacao.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2011.

MAURER J. T. **Gramática do latim vulgar.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEILLET, A. **L'évolution des formes grammaticales: linguistique historique et linguistique générale.** Paris: Champion, p. 230-280, 1958 [1912].

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale.** Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

MENDES, A. **Orações complexas de tempo no português escrito do Brasil.** 2003. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NEVES, M. H. M. A. **Gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática de usos do português.** São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **Texto e gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.

OLÍMPIO, H. O. Articulação de orações: ultrapassando a sintaxe. In: TRAVAGLIA, L. C. et al. **Lingüística: caminhos e descaminhos em perspectiva.** Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 616-622.

OLIVEIRA, T. P. **A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil.** São José do Rio Preto, UNESP, 2004.

_____. **As conjunções e orações condicionais no português do Brasil.** 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara.

_____. **Conjunções adverbiais no português.** Três Lagoas: UFMS, 2010.

_____. Conjunções condicionais no português. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 247-254, 2010.

OLIVEIRA, V. M. **A Gramaticalização do verbo “ir” em predicções complexas**. Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2008.

PAIVA, M. C. Gramaticalização de Conectores no Português do Brasil. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 35-46, 2º sem. 2001.

PAUL, H. **Principien der sprachgeschichte**. Tradução de Maria Luiza Schemann: *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

_____. **Princípios fundamentais da história da língua**. Trad. portuguesa de Maria Luiza Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

PEREIRA, M.H. **Ordenação das orações temporais no discurso escrito**. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, M. H.; PAIVA, M. C. Estatuto sintático das orações introduzidas pelas construções (prep) + det + N temporal + (prep) + que. **Veredas – Rev. Est. Ling.**, Juiz de Fora, v. 8, n.1 e n.2, p. 245-258, 2004.

PEZATTI, E. G. Funcionalismo em Linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 165-218.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. **Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa**. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SANTOS, S. R. C. Perífrases durativas do português brasileiro. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SARMENTO, L. L.; TUFANO, Douglas. **Português: literatura, gramática e produção de texto**. v. 2. São Paulo: Moderna, 2010.

SERON, D. H. **Um estudo funcional da perífrase conjuncional “Desde Que” sobre a ótica da gramaticalização**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara.

SOUZA, G. C. **Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara.

SOUZA, E. R. F. **Gramaticalização dos itens linguísticos *assim, já e aí* no português brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - IEL/UNICAMP, Campinas.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TAVARES, M. A. **A Gramaticalização de E, Aí, Daí e Então**: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista. 2003. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.

TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W.; MALKIEL, Y. (eds.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 245-271.

TRAUGOTT, E. C. e KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (eds.). **Approaches to grammaticalization**: focus on theoretical and methodological issues. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991.

TRAUGOTT, E. C. **The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization**. Mimeo: Department of Linguistics, Stanford University, 1995.

TRAUGOTT, E. C. From subjectification to intersubjectification. In: RAYMOND, H. (ed.). **Motives for language change**, 124-139. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WLODEK, M. **O particípio português**: forma e usos. Oslo: Universidade de Oslo, 2003.